

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2025



RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2025

7
I.C.
Pereira
A.
H. S.
P.S.
J.M.

APROVAÇÃO

Pela Câmara Municipal a 17 de abril de 2026
Pela Assembleia Municipal a 27 de Abril 2026

APROVADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Por acórdão de ____ de ____ de 2026
(S/ ofício nº _____, de ____ de ____ de 2026
Emolumentos de € _____, _____, pagos em ____/____/2026,
pela ordem de pagamentos nº _____

REUNIÃO DE: 17 de abril de 2026

DELIBERAÇÃO Nº _____

Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
I – INTRODUÇÃO	6
CONTEXTO ECONÓMICO	6
II – PRIORIDADES ESTRATÉGICAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	7
ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MUNICÍPIO.....	7
PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DO PESO DA RÉGUA	8
DOPSU	15
SETOR DE OBRAS PÚBLICAS.....	16
SETOR DE SERVIÇOS URBANOS	17
TRATAMENTO DE RESÍDUOS.....	18
DPDEGT	19
ATIVIDADE	20
SECÇÃO ADMINISTRATIVA	21
SETOR DE GESTÃO URBANÍSTICA	22
SETOR DE FISCALIZAÇÃO	23
SETOR DE DESENHO, CARTOGRAFIA E SERVIÇO DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA	23
GABINETE TÉCNICO FLORESTAL	24
DDSE.....	26
EDUCAÇÃO	27
ASSOCIATIVISMO	33
CAMPANHA DE APOIO À ESTERILIZAÇÃO DE CÃES E GATOS DE COMPANHIA E CAMPANHA DE APOIO À IDENTIFICAÇÃO ELETRÓNICA E REGISTO DE ANIMAIS DE COMPANHIA.....	35
TURISMO	36
AUDITÓRIO MUNICIPAL DO PESO DA RÉGUA.....	41
BIBLIOTECA MUNICIPAL DO PESO DA RÉGUA	42
AÇÃO SOCIAL	48
CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL.....	49
SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS).....	51

↓
Renald

FP

FP

FP

FP

FP

FP

FP

FP

HABITAÇÃO SOCIAL E ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO	52
GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL (GIP)	56
EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	57
PISCINAS MUNICIPAIS	60
DAF	65
Enquadramento	66
REPORTING FINANCEIRO	77
III - REPORTING FINANCEIRO	78
1 – Processo Orçamental.....	78
1.1 – Execução Orçamental.....	79
1.1.1 – Resumo do Orçamento – Inicial e Final.....	79
1.2 – Execução Orçamental da Receita.....	81
1.2.1 – Evolução Orçamental da Receita.....	81
1.3 – Execução Orçamental da Despesa.....	84
1.3.1 – Evolução Orçamental da Despesa.....	85
1.4 – Execução das GOP's	86
1.4.1 – Evolução das GOP's	87
1.5 – Equilíbrio Orçamental	87
2 – Processo Económico-Financeiro.....	88
2.1 – Estrutura do Ativo	89
2.2 – Estrutura do Passivo.....	89
2.3 – Estrutura das Dívidas de Terceiros c/prazo.....	90
2.4 – Estrutura do Património Líquido	91
2.5 – Estrutura dos Rendimentos	91
2.6 – Estrutura dos Gastos.....	92
2.7 – Principais Indicadores de Desempenho Económico	92
3 – Endividamento Municipal	92
4 – Declarações Pagamentos e recebimentos em atraso.....	94
IV – Proposta de aplicação de resultados.....	94








ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2025..... 97

P.º
→
Rate
⊗
Fi
→
Fi
→

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2025 ficou marcado pelo final de um ciclo autárquico e pela realização de eleições, circunstâncias que condicionaram o ritmo e o enquadramento de algumas decisões e projetos.

Ao longo deste período, mantivemos uma aposta firme em áreas estruturantes para o quotidiano das pessoas, numa estratégia orientada para um território mais coeso, mais acessível e com melhores condições para viver, trabalhar e investir. Cada obra realizada, cada iniciativa promovida e cada investimento concretizado tiveram sempre objetivos claros: melhorar a qualidade de vida dos reguenses e consolidar o caminho de desenvolvimento do concelho de Peso da Régua.

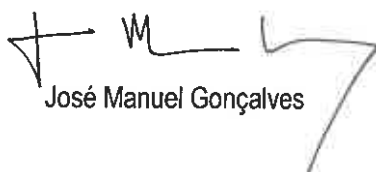
2025 ficou marcado por uma programação cultural, social e turística dinâmica, que mobilizou a comunidade e atraiu visitantes. Ao longo do ano, promovemos iniciativas que valorizaram a identidade local, dinamizaram a economia e reforçaram o sentimento de pertença.

A participação em iniciativas externas e ações de promoção territorial permitiram continuar a projetar o nome de Peso da Régua e a valorizar o seu papel enquanto capital histórica do Douro e território de grande riqueza cultural, patrimonial e económica.

Em 2026, continuaremos a trabalhar com a mesma dedicação, proximidade e sentido de responsabilidade, certos de que é com trabalho consistente, visão estratégica e envolvimento da comunidade que continuaremos a construir um concelho cada vez mais forte, mais dinâmico, atrativo e preparado para os desafios do futuro, com mais oportunidades para todos.

O melhor está por vir!

O Presidente CM Peso da Régua



José Manuel Gonçalves

R. R. R. R. R.

P

F.P.

Handwritten signature

A

J.S.

Handwritten signature

I – INTRODUÇÃO

CONTEXTO ECONÓMICO

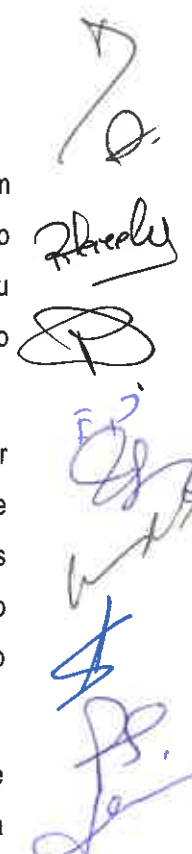
Em 2025, a economia portuguesa manteve uma trajetória de crescimento moderado e resiliente, num enquadramento internacional ainda marcado por tensões geopolíticas, incerteza elevada e abrandamento do comércio externo. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o Produto Interno Bruto cresceu 1,9% em volume, após o aumento de 2,2% em 2024, tendo a procura interna assumido o principal contributo para a evolução da atividade económica ao longo do ano.

No domínio dos preços, o processo de desinflação prosseguiu em 2025. O Índice de Preços no Consumidor registou uma variação média anual de 2,3%, enquanto o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor se fixou em 2,2%, ambos abaixo dos valores observados no ano anterior. Em paralelo, as condições financeiras tornaram-se gradualmente menos restritivas, na sequência da redução das taxas diretoras do Banco Central Europeu e da descida das taxas de juro de mercado, contribuindo para um enquadramento mais favorável ao consumo e ao investimento.

O mercado de trabalho permaneceu robusto, refletindo-se numa média anual da população empregada de 5 275,3 mil pessoas, o que correspondeu a um aumento de 3,2% face a 2024. No mesmo sentido, a remuneração bruta mensal média por trabalhador aumentou para 1 694 euros, traduzindo um crescimento de 5,6% em relação ao ano anterior. Este enquadramento favoreceu a evolução do rendimento das famílias e sustentou a despesa privada, embora se tenham mantido níveis de poupança relativamente elevados e alguma prudência nas decisões de investimento.

Para o horizonte seguinte, o Banco de Portugal projeta a continuação do crescimento da economia portuguesa, estimando uma variação do PIB de 2,2% em 2026 e de 1,7% em 2027, num contexto em que a inflação deverá estabilizar em torno de 2%. Esta evolução deverá beneficiar do alívio das condições financeiras, da recuperação do investimento e da execução de fundos europeus, em particular do Plano de Recuperação e Resiliência. No plano europeu, as projeções do Eurosistema apontavam, no final de 2025, para um crescimento de 1,4% na área do euro em 2025, 1,2% em 2026 e 1,4% em 2027 e 2028, com a inflação a descer de 2,1% em 2025 para 1,9% em 2026 e 1,8% em 2027.

Neste enquadramento, a intervenção pública local manteve particular relevância na promoção da coesão territorial, no reforço da qualificação dos serviços públicos de proximidade e na criação de condições favoráveis à fixação de população, ao apoio à atividade económica e à valorização do território. É neste contexto que se insere o presente Relatório de Gestão, que traduz a execução das Grandes Opções do Plano, do Plano Plurianual de Investimentos e do Orçamento relativos ao exercício de 2025, permitindo apreciar o grau de concretização das medidas definidas, a afetação de recursos e os principais resultados alcançados pelo Município no período em análise.



II – PRIORIDADES ESTRATÉGICAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MUNICÍPIO

Assembleia Municipal - Órgão deliberativo

De acordo com o definido na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal do Peso da Régua, órgão de natureza deliberativa do Município, é constituída por 30 elementos, 21 dos quais eleitos diretamente nas eleições para o respetivo Órgão aos quais se juntam os 9 Presidentes de Juntas de Freguesia e União de Freguesias.

Mesa da Assembleia – Órgão Deliberativo

Presidente da Assembleia Municipal - Artur José Montenegro Soveral Freire de Andrade

1.º Secretário - Paula Manuel Pereira Correia dos Santos

2.º Secretário - João Manuel Nogueira Rocha

Câmara Municipal - Órgão Executivo

Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vem estabelecer o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, a composição da Câmara Municipal (em virtude de estar no intervalo entre 10.000 e 50.000 eleitores) é de 1 Presidente e 6 Vereadores. Tendo a 31 de dezembro de 2025 a seguinte composição:

Presidente da Câmara Municipal | José Manuel Gonçalves (PSD)

- Coesão Territorial
- Educação
- Planeamento Económico e Financeiro
- Planeamento Estratégico e Obras Públicas
- Habitação e Reabilitação Urbana
- Programas e Financiamentos Estruturais
- Proteção Civil
- Segurança Pública

Vice-Presidente Rui Filipe dos Anjos Teixeira (PSD)

- Associativismo
- Desporto
- Modernização Administrativa e Serviços do Cidadão
- Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional
- Turismo e Promoção do Território
- Urbanismo e Obras Particulares

Vereadora Maria José Fernandes Lacerda (PSD)

- Cultura e Património
- Saúde, Bem-estar e Qualidade de Vida.



Vereador Eduardo Jorge Ribeiro Pinto (PSD)

- Ambiente, Transição Climática e Energia
- Coesão Social
- Gestão Financeira
- Licenciamento e Atividades Económicas
- Serviços e Limpeza Urbana
- Trânsito, Mobilidade e Transportes



Vereadora Rita Carolina Ribeiro Meireles (PSD)

- Assuntos Jurídicos
- Comunicação e Imagem
- Desenvolvimento Sustentável
- Igualdade de Género e Cidadania
- Inovação e Empreendedorismo
- Juventude



Vereador Hugo Mendo Magalhães de Almeida (PS)

Vereadora Ana Luisa Couto Almeida dos Santos (PS)

PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DO PESO DA RÉGUA

Participações Societárias em 31 de dezembro de 2025

▪ Águas do Norte

A Águas do Norte, S.A. foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, mediante a agregação das empresas Águas do Douro e Paiva, S.A., Águas do Noroeste, S.A., Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. e SIMDOURO – Saneamento do Grande Porto, S.A., integradas no Grupo Águas de Portugal. Em sequência, foi-lhe atribuída, pelo Estado Português, em regime de exclusivo, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, pelo prazo de trinta anos.

O Município do Peso da Régua detinha uma participação social de 1,67 % na empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. até 31 de julho de 2015.

A 1 de agosto de 2015, com a criação da Empresa Águas do Norte, o município passou a deter 0,42 % do capital, no valor de 467.528,00 €.

▪ **Águas do Interior – Norte, EM, SA.**

A Águas do Interior – NORTE, EM, SA., foi constituída em 15 de novembro de 2019, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, pelos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

Por força dos seus estatutos, a Águas do Interior – NORTE, EM, SA., é uma empresa encarregue da gestão de serviços de interesse geral, tendo, neste âmbito a ela competido a gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas nos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

Nos termos do disposto no artigo 17.º do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a delegação destes serviços é regulada através de um contrato de gestão delegada, celebrado entre os Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real e a Águas do Interior – NORTE, EM, SA.

A Águas do Interior – NORTE, EM, SA., assume-se como uma empresa local, de natureza intermunicipal, sob a forma de sociedade comercial anónima, de capitais exclusivamente públicos, sendo a totalidade do seu capital detida por entidades públicas. Goza de personalidade jurídica, é dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de independência orçamental. Em 2025, foi representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Carlos Manuel Gomes Matos da Silva, e pelo Vogal do Conselho de Administração, Dr. José Manuel Gonçalves, igualmente com poderes necessários para o efeito ao abrigo dos Estatutos da Empresa.

Pelo Contrato de Gestão Delegada, os Municípios delegam na empresa a prestação tendencialmente universal nos territórios dos Concelhos dos Municípios participantes, dos seguintes serviços de interesse geral, nos termos previstos no artigo 2.º do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação:

1. Abastecimento público de água para consumo humano;
2. Saneamento de águas residuais urbanas.

Os serviços referidos no parágrafo anterior incluem a valorização de subprodutos resultantes daquelas atividades, nomeadamente a disponibilização de águas residuais tratadas aptas a novas utilizações.

A exploração e gestão destes sistemas municipais consubstanciam serviços de interesse geral devendo reger-se pelos princípios orientadores previstos no artigo 46.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, bem como pelos seguintes princípios gerais, em consonância com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação:

1. A promoção tendencial da sua universalidade e garantia de igualdade no acesso;

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page, including a large signature at the top, a circular stamp, and several other initials and signatures below.

2. A garantia da qualidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores;
3. O desenvolvimento da transparência na prestação dos serviços;
4. A proteção da saúde pública e do ambiente;
5. A garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
6. A promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento dos Municípios que integram a empresa.

O Município do Peso da Régua detém 16,29 % da AdIN.

▪ Fundo de Apoio Municipal

O Fundo de Apoio Municipal (FAM) é um mecanismo de recuperação financeira dos municípios portugueses, mediante a implementação de medidas de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e, subsidiariamente de assistência financeira.

O FAM foi inicialmente previsto no RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), vindo posteriormente a ser regulamentado através da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto. Em linhas gerais, esta Lei prevê a criação de um Fundo, constituído por um capital social de 650 milhões de euros, repartido entre o Estado (50 %) e os municípios, tendo como objetivo prestar o apoio necessário aos municípios em situação de desequilíbrio financeiro, conduzindo-os a uma trajetória de recuperação através da implementação de medidas de reequilíbrio orçamental, de redução da dívida e, quando necessário da assistência financeira.

A realização do capital social do FAM tem vindo a ser efetuada, desde junho de 2015, em prestações semestrais, estando prevista a sua realização no prazo de sete anos, sendo as correspondentes unidades de participação remuneradas, mediante a valorização obtida pelo fundo, através de aplicações financeiras e dos juros dos empréstimos de assistência financeira concedidos, cuja valorização se encontra consubstanciada nos resultados apurados anualmente.

Após a conclusão do período de realização de capital, o FAM poderá proceder ao resgate das unidades de participação, reembolsando o capital investido pelo Estado e pelos municípios à medida que os empréstimos de assistência financeira forem sendo amortizados pelos municípios aderentes aos programas de ajustamento.

Com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018, foi alterado o artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, através da qual a subscrição do capital social do FAM foi alterada por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios, para um montante total de 417.857.175 €.

A subscrição de capital do FAM do Município do Peso da Régua é 0,08 % no valor de 353.574 €.

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page, including a large signature at the top, a signature that appears to be 'Rereles', a signature with 'E.P.' below it, and other initials and signatures further down.

Participações Não Societárias em 31 de dezembro de 2025

▪ Associação Nacional de Municípios Portugueses

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) foi criada a 22 de fevereiro de 1985, e tem por objetivo a representação e defesa dos Municípios Portugueses, perante os órgãos de soberania e perante as organizações nacionais ou internacionais.

Desenvolve projetos com vista ao acompanhamento do Poder Local, promove a troca de experiências e o intercâmbio de informação entre os seus membros, para além de disponibilizar meios de ação técnico-jurídica para os Municípios associados.

▪ Associação de Municípios do Vale do Douro Norte

Constituída a 25 de outubro de 1990 pelos Municípios de Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real, a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte surgiu de a necessidade destes Municípios coordenarem ações de desenvolvimento sustentável na região. Neste sentido, gere iniciativas intermunicipais em todo o território da Associação, das quais se destaca a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.

▪ Associação de Municípios Portugueses do Vinho

Com o objetivo de promover e valorizar os vinhos e as regiões de origem, foi constituída em 2007 a Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV).

Atualmente com 71 Municípios associados, a AMPV tem desenvolvido contatos com o Ministério da Agricultura, o Instituto do Vinho e do Turismo de Portugal entre outras entidades do setor para que, atuando em conjunto, sejam desenvolvidas estratégias de promoção do produto de acordo com as especificidades de cada Concelho.

A AMPV propõe a formulação de linhas orientadoras de ação que consubstanciam a cooperação e a partilha de experiências entre Municípios que representam as regiões demarcadas de produção de vinho de qualidade.

▪ Associação do Douro Histórico

Criada em 1991, a Associação do Douro Histórico nasceu da tomada de consciência, por parte dos agentes locais da Região do Alto Douro, privados e públicos, de que o processo de desenvolvimento rural foi e é uma necessidade emergente e que com uma iniciativa dinâmica, enraizada na sociedade local, feito com as pessoas, pelas pessoas e para as pessoas, poderia vir a ser desenvolvido.

De entre as atividades desenvolvidas, sobressai a gestão dos fundos comunitários que visam apoiar projetos de desenvolvimento rural na procura da melhoria da qualidade de vida através do reforço do sistema produtivo, da capacidade de iniciativa e de empreendedorismo, a valorização e diversificação da atividade económica local, a preservação e valorização do património construído, natural e cultural.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Rereles", "EP", "PS", and "af".

- **Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico**

Criada e sediada em Lamego, a 22 de junho de 1988, a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico visa, essencialmente, a preservação e conservação dos centros históricos dos aglomerados urbanos, promovendo a sua dinamização, contribuindo, assim, para o bem-estar das populações que deles desfrutam e usufruem.

A Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, em colaboração com os Municípios, promove ações de divulgação cultural e proteção de locais que são da maior importância nacional e de indiscutível interesse público.

- **Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro**

A Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro (AIMRD) surge da vontade de diversas localidades, situadas nas margens deste rio, em criar um órgão capaz de se ocupar da cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal, assim como de tentar alcançar a consecução de um projeto económico e ecológico comum.

Os primeiros passos da Associação remontam ao protocolo assinado em 12 de fevereiro de 1993, em Valladolid, pelos Municípios de Covalada, Aranda de Duero, Roa, Penafiel, Laguna de Duero, Valladolid, Toro, Zamora, e as Câmaras Municipais de Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Peso da Régua, Castelo de Paiva, Penafiel, Vila Nova de Gaia e Porto.

A AIMRD tem como objetivos principais: promover a elaboração de um projeto de desenvolvimento integral cujo centro seja o rio Douro, com as suas inúmeras potencialidades, e que abranja a área das Câmaras Municipais ribeirinha; impulsionar a adoção de um compromisso ecológico, cuja finalidade consista na defesa do rio Douro, essencial para a vida das povoações ribeirinhas; denunciar e tratar de impedir possíveis atentados ecológicos; desenvolver programas que melhorem e potenciem a atividade dos seus sócios, nomeadamente no âmbito das infraestruturas e dos serviços especializados; promover e defender os interesses dos seus associados para conseguir o desenvolvimento integral da área geográfica do Douro, para além de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

- **Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2**

Composta pelos Municípios de Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua, Lamego, Castro Daire, Viseu, Tondela, Santa Comba Dão, Penacova, Vila Nova de Poiares, Góis, Pedrogão Grande, Sertã, Lousã, Vila de Rei, Sardoal, Abrantes, Ponte de Sor, Mora, Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo, Castro Verde, Aljustrel, Almodôvar, Loulé, São Brás de Alportel e Faro foi constituída a 5 de novembro de 2016. Tem como objetivo principal o desenvolvimento turístico e a promoção económica e cultural dos Municípios que são atravessados pela Estrada Nacional 2 (EN2).

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page, including a large signature at the top, a circular mark, and several other initials and signatures below.

▪ Comunidade Intermunicipal do Douro

Constituída por escritura pública, pelos 19 Municípios da NUT III Douro, a 15 de janeiro de 2009, tem como principais objetivos: a participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, através dos fundos comunitários; a articulação dos investimentos municipais e de interesse intermunicipal; promoção do planeamento e da gestão estratégica de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido.

▪ Fundação Museu do Douro

A Fundação Museu do Douro foi criada a 23 de março de 2006, pelo Decreto-Lei nº 70/06. É uma instituição de direito privado e utilidade pública, dotada de personalidade jurídica.

A Fundação tem como objetivo principal a promoção de atividades culturais, que dignifiquem e publicitem a Região do Douro, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu da Região do Douro, criado pela Lei n.º 125/97, de 2 de dezembro, bem como a concretização das atribuições estabelecidas na referida lei.

▪ Douro Alliance

A Associação de Municípios "Douro Alliance - Eixo Urbano do Douro" foi constituída por escritura pública, a 10 de julho de 2009, pelos Municípios do Peso da Régua, Lamego e Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pela Associação Comercial e Industrial dos Concelhos do Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio, assim como pela Associação Comercial e Industrial de Vila Real, Associação Empresarial de Lamego e, ainda, pela NERVIR - Associação Empresarial.

O objetivo comum é a criação de uma plataforma de diálogo, partilha e cooperação entre cidades, desenvolvendo uma identidade regional forte, em torno de uma estratégia comum que possa reverter em benefícios partilhados. Com o desenvolvimento das ações previstas na candidatura "Douro Alliance", procuraremos encontrar estratégias e aproveitar sinergias para a implementação e consolidação de projetos, cujos efeitos se farão sentir, não apenas em Vila Real, Peso da Régua e Lamego, mas também em toda a região do Douro.

▪ Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

Constituída pelas 34 principais cidades do Norte de Portugal e da Galiza, a Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular surgiu a 1 de abril de 1992, com o objetivo de desenvolver tecnológica, social, cultural e cientificamente as cidades que a integram, promovendo uma cultura de coesão no território comum.

Com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável da região transfronteiriça, o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular realiza estudos e projetos (principalmente os que apresentem possibilidade de cofinanciamento estatal, comunitário ou internacional) que visem formas de relacionamento entre agentes, estruturas e entidades públicas e privadas.



- **Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal**

Pessoa coletiva de direito público de âmbito territorial, dotada de autonomia administrativa, financeira e património próprio, foi criada para gerir a área regional de turismo coincidente com o território da NUT II Norte, com estatutos aprovados pela Portaria n.º 1039/2008 de 13 de outubro e de acordo com a deliberação n.º 358 tomada em Reunião de Câmara de 9 de dezembro de 2008.

- **A Federação Portuguesa do Caminho de Santiago**

Em maio de 2019, foi criada a Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, projeto que já vinha sendo desenvolvido desde 2015 por vários parceiros fundadores, com os apoios respetivos do Turismo de Portugal e Direção Geral de Património Cultural.

A Federação Portuguesa do Caminho de Santiago resultou da necessidade de existência de uma organização que permitisse a concertação de todas as matérias relacionadas com os Caminhos de Santiago em Portugal, associando à volta deste projeto os Municípios, Associações de Peregrinos e todas as Instituições privadas ou públicas relacionadas com esta temática.

A Federação Portuguesa do Caminho de Santiago tem como principais responsabilidades servir de plataforma de comunicação com as entidades nacionais (Turismo, Cultura, Igreja e Associações) e internacionais, através da Federação Europeia dos Caminhos de Santiago, Fundação Xacobeo e Instituto Cultural do Conselho da Europa; proceder à promoção dos Caminhos Portugueses de Santiago a nível nacional e internacional; organizar eventos e seminários relacionados com a temática dos Caminhos de Santiago e ainda, tendo em vista o atual Decreto-Lei n.º 52/2019 apoiar os procedimentos para as respetivas certificações dos Caminhos de Santiago Portugueses, assim como a Certificação como Itinerários Culturais Europeus.

- **Associação Nacional de Assembleias Municipais**

Constituída em sete maio de 2016, a Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM) é uma entidade de direito privado e tem por objetivo valorizar o papel das assembleias municipais na organização democrática dos municípios, apoiando e promovendo para o efeito estudos, seminários, congressos e publicações.

Sabendo os desafios que o futuro reserva a este Poder Local, a ANAM acredita que estes desafios podem transformar-se em oportunidade, pelo que, é com otimismo que procurará contribuir para que o desempenho das funções confiadas ao Poder Local seja feita de forma cada vez mais participada, transparente e inclusiva.



70
Parece
D.
E.P.
P.P.
P.P.
P.P.



DOPSU

DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS

SETOR DE OBRAS PÚBLICAS

Ao setor de Obras Públicas compete, essencialmente, coordenar e gerir todas as tarefas inerentes à organização e elaboração dos processos de concurso de empreitadas de obras públicas e, também, coordenar e gerir a fiscalização das empreitadas de obras públicas adjudicadas pela Câmara Municipal.

Nesse âmbito, durante o ano de 2025, decorreram as empreitadas identificadas no mapa a seguir, algumas das quais com início em anos anteriores. Tendo sido executado um investimento total de 3 177 359,29€.

São também referenciadas algumas empreitadas que, embora não tenham tido faturação no ano de 2025, tiveram o processo de contratação pública concretizado nesse ano.

Empreitadas com faturação em 2025	Valor da adjudicação	Faturação 2025
2022		
Reabilitação do Antigo "Hotel Vilhena" - Habitação Social em Caldas do Moledo – Fontelas	1 266 868,24 €	604 794,46 €
2023		
Reabilitação de 22 Fogos no Bairro JAE	660 756,76 €	90 446,07 €
Reabilitação de Edifícios de Habitação Unifamiliar (10 Fogos) – Bairro de Moura Morta – Peso da Régua	694 995,00 €	216 846,75 €
Reabilitação de Edifícios de Habitação Unifamiliar (10 Fogos) – Bairro de Moura Morta – Peso da Régua - Trabalhos Complementares	10.993,21€	10.993,21 €
2024		
Reabilitação de Edifício de Habitação Coletiva (30 Fogos) - Bairro da Azenha - Peso da Régua	697 042,55 €	162 267,52 €
Conjunto Habitacional Rua Visconde da Régua	2 939 000,00 €	566 854,51 €
Reabilitação Habitação Unifamiliar - Covelinhas	146 988,13 €	97 111,18 €
Execução de muro de suporte na margem direita do Rio Douro - Avenida do Douro	5 698 000,00 €	652 251,71 €
2025		
Bairro Fundação Salazar - Bloco 18	152 235,90 €	86 227,46 €
Manutenção de Pavimento em cubos no concelho	149 500,00 €	130 639,50 €

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name "Rei" and various initials like "EJ", "B", and "A".

Bairro da Diocese - Lote 5	259 347,52 €	
Bairro da Diocese - Lote 6	178 597,87 €	
Bairro de Fontelas	147 925,00 €	69 596,40 €
Bairro de Fontelas - Trabalhos complementares	18 745,53 €	18 745,53 €
Reparação de telas cobertura - Centros Escolares e EB2,3	29 485,00 €	11 631,00 €
Manutenção betuminoso a frio	146 742,00 €	13 326,00 €
Pavimentações de troços no Concelho	628 920,00 €	216 928,55 €
Pluviais na Rua das Lapas	12 185,00 €	
Bairro Fundação Salazar - Bloco 19	124 915,55 €	
Bairro da Diocese - Lote 4	209 144,96 €	
Ramal de Baixa Tensão - Edifício das Termas do Moledo	6 649,10 €	
Requalificação de Parques Infantis	424 077,39 €	
Escola de Fontelas	364 463,19 €	
Trabalhos nas instalações de água termal - Moledo	12 500,00 €	
Fornecimento e aplicação de pavimento Amortecedor - Centros Escolares	29 475,00 €	
Intervenção no âmbito de eficiência energética - Centro Escolar da Alameda	306 880,22 €	228 669,44 €
Escola da Presegueda	141 997,76 €	
Ramal Bairro de Fontelas	3 670,00 €	
Bairro da Diocese - Lote 3	264 443,76 €	

SETOR DE SERVIÇOS URBANOS

Este setor é responsável pela conservação e manutenção das infraestruturas públicas municipais, podendo realizar, nessa área, pequenas intervenções por administração direta.

Mais discriminadamente, as competências referidas abrangem a manutenção, reparação de anomalias e pequenas inovações por administração direta, nos edifícios municipais, edifícios escolares e edifícios de habitação social. Inclui-se também a manutenção do espaço público, ambiente e gestão de resíduos.

Durante o ano de 2025 foram realizadas, por administração direta, inúmeras intervenções no âmbito da manutenção e conservação de edifícios municipais, escolares e de habitação social, num valor total de 110.000,00 €.

No âmbito da manutenção e beneficiação de espaço público, foram efetuadas, por administração direta, intervenções de reparação e manutenção de pavimentos de vias rodoviárias, bem como reparação e beneficiação de passeios e vias pedonais. Foi também efetuado um reforço de sinalização rodoviária. O valor total gasto nessa área foi de 91.000,00 €.

Na área de espaços verdes, ambiente e limpeza urbana, as intervenções incidiram na manutenção e beneficiação de jardins e áreas verdes da cidade, limpeza do espaço público, com recurso a varredura manual e varredura mecanizada.

Foram também realizadas tarefas de desinfeção de áreas urbanas e infraestruturas, recolha de resíduos excedentes dos contentores, com especial incidência na recolha de papelão produzido pelos estabelecimentos comerciais e recolha de monstros. Foi também reforçado o número de papeleiras e contentores no espaço urbano. O valor referente ao conjunto de intervenções nesta área foi de 130.000,00 €.

TRATAMENTO DE RESÍDUOS

A autarquia tem realizado um esforço significativo na sensibilização para separação dos resíduos, bem como na garantia de recolha atempada e eficaz. Exemplo disso é a recolha de “monstros” efetuada diretamente pelos serviços municipais que se traduz num custo de 43 002,88€. Este esforço tem reduzido o número de toneladas depositadas em aterro, que se fixaram em 6 588,5 de recolha indiferenciada. Valor a que acresce a recolha seletiva de bio resíduos de 102 toneladas, recolhidas numa parceria com a ACIR no canal Horeca. No que à recolha seletiva diz respeito, recolheram-se 343,87 toneladas de vidro, 397,87 toneladas de papel/cartão, e 290,79 toneladas de embalagens. É relevante referir que o município recolhe diretamente o papelão junto dos comerciantes, algo que acresce ao total de custos com a recolha de resíduos e limpeza urbana, que se fixaram num total de 1 312 910,02€. Valor ao qual se soma o apoio social da fatura da água e saneamento de 254 458,30€. Em 2025, este setor continua a ter um défice tarifário de mais de seiscentos mil euros por ano.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin of the page. The notes include a large 'Z' with a circle, the word 'Recolha', a circled 'P', and several other illegible scribbles and initials.



DPDEGT

**DIVISÃO DE PLANEAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

ATIVIDADE

Ao longo do ano de 2025, as atividades desta divisão decorreram de forma regular, mantendo-se dentro do âmbito habitual das suas atribuições e competências.

No ano de 2025 houve um aumento no que aos indicadores principais de 2024 diz respeito quanto à movimentação processual, distinguindo-se claramente do ciclo de estabilidade que se verificou entre 2019 a 2024. Este aumento processual verificado não se deveu propriamente ao aumento dos processos de obras, mas aos de ocupação da via pública, por força dos pedidos de levantamento de alvarás de obras (conjugados com os dos anos anteriores) e ainda acrescido das obras de conservação em área ARU (Áreas de Reabilitação Urbana), constatando-se assim num aumento de maior relevância urbanística.

De referir que este incremento processual, explica-se pelo aumento da tipologia de "Ficha Técnica de Habitação", mas principalmente pelo aumento dos processos Diversos onde se incluem vários pedidos, nomeadamente: viabilidade sobre a capacidade construtiva sobre determinado prédio; queixas de insalubridade; outras queixas; certidões de construção anteriores a 1951/1965; certidões de compropriedade; outras certidões; e sobretudo aos relacionadas com a numeração predial, atribuição de toponímia, delimitação de confrontações e unificação de endereços, cuja carga representou em 40 % daquele valor.

No cômputo geral constata-se uma estabilidade no volume de processos referentes às restantes categorias, sem variações que justifiquem uma análise detalhada.

Neste quadro de tramitação e análise os serviços, administrativo e técnico, desta divisão deram uma resposta global eficaz, num quadro de normalidade plena no que respeita ao regime de funcionamento e atendimento ao público, continuando a manter-se, por opção de muitos interessados, a opção por atendimento por via digital, tendo-se generalizado como forma de resposta a audiência e reuniões de trabalho entre serviços e técnicos, promotores e munícipes.

O quadro seguinte, utilizando um comparativo com os últimos sete anos, apresenta o resumo da movimentação processual global em números por tipologias de procedimento urbanístico em comparação aos anos transatos.

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page. The signatures are arranged vertically and include the name 'Rafael' at the top, followed by several other illegible signatures and initials.

Movimentação Processual	2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019
Processos de Obras	80	83	84	76	114	96	119
Utilização / Alteração de Utilização	49	53	55	45	56	45	45
Processo de Loteamento	0	1	1	0	1	0	0
Destaque (certificação)	4	3	4	3	6	7	5
Informação Prévia	9	8	11	8	10	6	6
Propriedade Horizontal (Certificação)	17	2	8	5	8	6	5
Ocupação da Via Pública	56	38	41	31	24	21	19
Publicidade	5	6	5	2	13	1	9
Segurança / Salubridade	0	0	0	0	0	0	0
Diversos	786	389	393	332	302	288	340
Disposições controlo de funcionamento	3	0	0	0	1	4	4
Ficha Técnica de Habitação	43	4	42	25	16	37	25
TOTAL	1052	586	644	527	551	511	577








SECÇÃO ADMINISTRATIVA

A Secção Administrativa desta unidade orgânica centraliza as funções de articulação interna entre o Setor de Gestão Urbanística e o Setor de Fiscalização. Essa articulação é realizada dentro do cumprimento dos regimes jurídicos gerais, das legislações aplicáveis, dos regulamentos municipais e de toda a tramitação processual vinculada ao Código do Procedimento Administrativo. Através desta secção, assegura-se a gestão da cadeia de processos urbanísticos junto aos órgãos executivo e deliberativo. Além disso, é também a partir desta área que se estabelece a relação direta com os requerentes, interessados e municípios, incluindo a gestão e a comunicação oficial dos respetivos processos.

Conforme já sugerido no início, os indicadores de 2025 representam uma inversão ao decréscimo significativo que se vinha a verificar nos anteriores anos, com aumento das emissões dos alvarás de obras de construção e as comunicações prévias, observando-se uma ligeira estabilidade nos outros indicadores específicos.

A tipologia de operação urbanística relacionada ao loteamento permanece subutilizada pelos promotores, sem qualquer solicitação de submissão registada em 2025, mantendo, dessa forma, o padrão nulo observado em períodos homólogos anteriores.

Com a entrada em vigor da alteração do PDM, essa tendência poderá reverter-se. Algumas áreas classificadas como solo urbano passarão a ter uma vigência programática mais breve, o que pode levar à adoção dessa tipologia como alternativa para a concretização urbanística de zonas com potencial de desenvolvimento.

Títulos	2025	2024	2023	2022	2021
Alvarás de Obras e Comunicações Prévias	74	63	58	54	63
Alvarás de Utilização	55	61	33	45	61
Alvarás de Loteamento	0	0	1	0	0
Aditamentos (Alvará de Loteamento e Alvará de Obras)	9	16	11	13	16
Obras de Urbanização / Remodelação de Terrenos	1	0	0	0	0
Certidões / Declarações	203	199	162	166	199

SETOR DE GESTÃO URBANÍSTICA

Este setor é composto atualmente por dois técnicos superiores, que realizam as atividades relacionadas com a análise processual na área do urbanismo.

Entre as principais responsabilidades estão a verificação da conformidade documental, a submissão de pedidos para consulta junto às entidades competentes e a análise do cumprimento das normas e regulamentos urbanísticos, assegurando a sua compatibilidade com os instrumentos de gestão territorial, especialmente aqueles de âmbito municipal.

A conclusão deste estudo de análise processual reúne as informações técnicas apresentadas para apreciação superior, sustentando as decisões e deliberações municipais relacionadas com este domínio.

Ao setor em questão e ao seu quadro permanente, compete a responsabilidade de prestar esclarecimentos técnicos e processuais, seja por atendimento presencial ou remoto – modalidade que ganhou destaque durante o período pandêmico e se consolidou nos anos seguintes – em dia da semana previamente designado para tal finalidade.

Integrar comissões de fiscalização e vistoria, bem como elaborar pareceres prévios sobre o enquadramento de operações urbanísticas nas Áreas de Reabilitação Urbana definidas para o Município, também se insere nas responsabilidades deste setor e dos profissionais que nele atuam.

Durante o ano de 2025 verificou-se um aumento significativo dos números registados em anos anteriores, marcado, no entanto, por uma constância, no que se refere a processos informados (informações técnicas) notando a integração em julho de um técnico superior especializado na área de arquitetura, cujo contributo para o serviço tem sido determinante.

O mesmo se verifica quanto às notificações por ofícios, dada a inclusão de mais uma assistente técnica na área administrativa (*BackOffice*) no terceiro trimestre de 2024.

Obras Particulares		2025	2024	2023	2022	2021
Processos		1052	586	644	527	551
Requerimentos		2029	1438	1564	1303	1435
Informados		4068	3094	3566	3119	3402
Deferidos	por despacho	570	480	560	507	521
	por deliberação	113	31	72	52	40
Informações Técnicas	Chefe de Divisão	1858	1092	1241	1081	1227
	Técnicos	1527	1491	1693	1476	1622
Pareceres Externos	Papel/SIRJUE	115	123	138	93	141
Ofícios / Notificações		1975	1272	1368	1023	1125

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Ribeiro', 'D', 'S', 'P', and 'J'.

SETOR DE FISCALIZAÇÃO

Esse setor desempenha a função principal de fiscalizar e assegurar a conformidade legal das operações urbanísticas licenciadas e autorizadas, realizando verificações regulares em campo. Além disso, os fiscais municipais atuam frequentemente em parceria com a DOPSU e a DAF nas atividades de fiscalização relacionadas com as feiras de levante, o mercado municipal e os eventos anuais.

SETOR DE DESENHO, CARTOGRAFIA E SERVIÇO DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

Este setor é composto por um técnico superior, que realiza as atividades relacionadas com a análise processual na área do urbanismo, destacando-se tanto pela identificação cadastral, atualização e sistematização cartográfica, como pela recolha e tratamento de dados essenciais para a gestão das diferentes infraestruturas. Além disso, tem desempenhado um papel fundamental na identificação e no registo das variadas operações urbanísticas.

Entre as principais responsabilidades estão:

- Acompanhamento à elaboração de processos de toponímia e sua validação;
- Atendimento a solicitações variadas relacionadas com a numeração predial, atribuição de toponímia, delimitação de confrontações e unificação de endereços;
- Georreferenciação de processos urbanísticos, envolvendo a organização, arquivamento e suporte na análise técnica, além da verificação precisa da geolocalização da planta de implantação ;
- Tratamento, georreferenciação e estudos de suporte à elaboração dos instrumentos de gestão territorial em execução;
- Prestação de suporte técnico ao Setor de Fiscalização, abrangendo a consulta de informações cadastrais, identificação de propriedades rústicas e urbanas, além da impressão de cadernetas prediais e mapas de localização;

- Colaboração com outras entidades públicas e estruturas orgânicas deste município, na georreferenciação da localização dos novos ecopontos (DOPSU / ADIN); circuitos de varredura manual, por funcionário e por periodicidade (DOPSU); e atualização do sistema de redes e infraestruturas e outras tarefas (ERSAR).

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

A funcionar desde o ano de 2006 e integrado nesta unidade orgânica, o Gabinete Florestal tem como objetivos fundamentais a concretização das tarefas no âmbito do planeamento, ordenamento, operacionalização dos espaços rurais/florestais do Concelho do Peso da Régua.

Durante 2025 o trabalho desenvolvido por este gabinete, resume-se ao descrito agrupado por áreas:

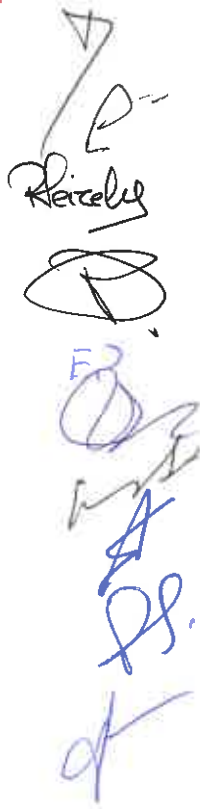
Planeamento

- Elaboração anual do Plano Operacional Municipal (POM) que é feito e aprovado todos os anos durante o mês de maio;
- Participação nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais dos municípios e nas questões de proteção civil, nomeadamente na identificação e resolução das situações neste âmbito;
- Participação em reuniões técnicas da CSRGIFR do Douro (Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais) para definição do PSA Do Douro (Plano Sub-Regional da Ação do Douro).

Operacional

- Acompanhamento dos programas de ação previstos no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), nomeadamente no que respeita às faixas de gestão de combustível junto das edificações e aglomerados populacionais, que engloba a notificação dos proprietários para execução destas faixas de gestão de combustível de acordo com a legislação em vigor e posterior fiscalização; inclui ainda o apoio junto da população sobre a legislação em vigor;
- Tratamento de toda a informação relativamente aos incêndios florestais e cartografia das áreas ardidas e validação na plataforma correspondente;
- Apoio às entidades públicas e privadas que participam na Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente GNR, Bombeiros, ICNF, entre outros;
- Acompanhamento e divulgação junto da população do Índice de Risco de Incêndio Florestal, com maior incidência no período crítico;
- Apoio no sector silvopastoril, nomeadamente na seleção e execução de áreas para a renovação de pastagem e também faixas de contenção de incêndios;
- Verificação de todos os pontos de água do concelho no que se refere à sua operacionalidade antes do início da época de incêndios florestais;
- Verificação de todas as denúncias relacionadas com a Defesa da Floresta Contra Incêndios.





Administrativo

- Emissão de pareceres durante todo o ano no que se refere ao lançamento de fogo-de-artifício;
- Manutenção de um dossier atualizado com a legislação relevante para o sector florestal e também na área de proteção civil;
- Auxílio, quer presencial quer pelo telefone a todos os munícipes na utilização da plataforma para registo de queimas de sobrantes - até ao dia 18 de março do corrente ano já foram efetuados e registados 5182 pedidos de queima de sobrantes na plataforma;
- Atualização das bases de dados e gestão SIG ao nível da Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Apoio no preenchimento e submissão de candidaturas ao subsídio excecional aos agricultores afetados pelos incêndios rurais de setembro de 2025 da freguesia de Sedielos;
- Apoio e colaboração com a empresa Municípiã que está na fase final de elaboração do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC);
- Elaboração e submissão da candidatura para o apoio ao funcionamento do gabinete técnico florestal; (candidatura aprovada em dezembro de 2024 no montante de 13.979 €).

Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including the name "Reidy" and several illegible initials.



DDSE

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EQUIPAMENTOS

EDUCAÇÃO

No domínio da Educação, o Município manteve, ao longo do período em análise, o seu compromisso com a promoção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, reconhecendo o papel fundamental da escola no desenvolvimento integral das crianças e jovens e na formação de cidadãos responsáveis e participativos.

Em articulação com o agrupamento de escolas, entidades formativas e diversos parceiros institucionais, foram desenvolvidos projetos e iniciativas que visaram apoiar a comunidade educativa, promover o sucesso escolar e reforçar a dimensão formativa da escola enquanto espaço de transmissão de conhecimentos e de vivência de valores fundamentais, como o respeito, a solidariedade, a responsabilidade e a cidadania.

Neste contexto, o Município continuou a implementar medidas de apoio às atividades educativas e pedagógicas, bem como a dinamizar ações de sensibilização e projetos nas áreas da saúde, da cidadania, do desenvolvimento pessoal e da sustentabilidade, contribuindo para a formação de alunos mais conscientes, críticos e preparados para os desafios da sociedade contemporânea.

Paralelamente, foram promovidas iniciativas alinhadas com os princípios do Desenvolvimento Sustentável, incentivando práticas responsáveis e a aquisição de competências que integram conhecimentos, capacidades e atitudes essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

Importa igualmente destacar a valorização da Aprendizagem ao Longo da Vida, através do apoio e da promoção de atividades formativas dirigidas a diferentes públicos, reconhecendo a educação como um processo contínuo de desenvolvimento pessoal, social e profissional.

Deste modo, o conjunto das ações desenvolvidas contribuiu para reforçar o papel da educação como um eixo estratégico da intervenção municipal, promovendo a valorização do capital humano, a coesão social e o desenvolvimento do território.

No domínio da educação, importa salientar a situação relativa às assistentes operacionais afetas ao Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia, estrutura que integra seis estabelecimentos de ensino. Verifica-se atualmente a existência de 21 assistentes operacionais acima do rácio definido pelo Ministério da Educação, realidade que, embora resulte da necessidade de assegurar o regular funcionamento dos estabelecimentos e a qualidade do serviço prestado à comunidade educativa, representa um encargo financeiro adicional para o Município. Este acréscimo traduz-se num custo anual de 351.213,52 €, valor que evidencia o esforço assumido pela autarquia no reforço das condições de funcionamento das escolas e na garantia de respostas adequadas às necessidades dos alunos, docentes e restantes profissionais.

Com o intuito de responder às necessidades específicas dos alunos e respetivas famílias, o Município disponibiliza diversas medidas de Apoio Social, destinadas a atenuar os encargos das famílias e a promover a igualdade de oportunidades no acesso à educação, assumindo um papel relevante na promoção do sucesso escolar. Entre as principais medidas, destacam-se:

70.
Ricoles
D
Ch
P
P
P

- A disponibilização gratuita do transporte e das refeições escolares aos alunos provenientes das freguesias rurais que frequentam o 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) nos Centros Escolares das Alagoas e da Alameda, bem como aos alunos que frequentam os Jardins de Infância de Loureiro e de Galafura;
- A comparticipação integral do passe escolar para os alunos oriundos das freguesias rurais do concelho, que frequentam o 2.º e 3.º CEB e o Ensino Secundário;
- A oferta, pelo 10.º ano consecutivo, dos cadernos de atividades das áreas disciplinares de Português, Matemática e Estudo do Meio a todos os alunos do 1.º CEB, incluindo ainda os cadernos de Inglês destinados aos alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade, num investimento total de 19.924,76 €;
- A atribuição de 71 bolsas de estudo destinadas a apoiar os jovens do concelho na frequência do Ensino Superior, contemplando os estudantes que cumpriram os critérios definidos no regulamento municipal, num montante global de 53.250,00 €;
- A garantia de acompanhamento aos alunos da EPE (Educação Pré-Escolar) do Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia (AEJAC) antes e/ou após o período diário de atividades educativas e durante as interrupções letivas, através das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF). Estas atividades, promovidas pela Câmara Municipal, constituem uma resposta social dirigida às crianças e às suas famílias, através da dinamização de iniciativas de carácter lúdico-pedagógico;
- A dinamização das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1.º CEB, de frequência facultativa e com uma componente lúdica, formativa e cultural, abrangendo áreas como o desporto, as artes e a aprendizagem de língua estrangeira. Estas atividades incluíram Atividade Física e Desportiva para todos os anos de escolaridade, Artes (Plástica e Musical) para o 1.º ano, Ensino do Inglês para o 2.º ano e Música para os 3.º e 4.º anos;
- A promoção do contato e adaptação ao meio aquático através da realização de aulas de natação nas Piscinas Municipais. Estas sessões foram dirigidas aos alunos do 1.º CEB, no âmbito da AEC de Atividade Física e Desportiva, bem como aos alunos do 2.º e 3.º CEB e do Ensino Secundário do AEJAC, integradas na componente letiva da disciplina de Educação Física, sendo o transporte igualmente assegurado pelo Município do Peso da Régua;
- A implementação do projeto “A Hora dos Superquinas”, desenvolvido em parceria com a Federação Portuguesa de Futebol e integrado na AEC de Atividade Física e Desportiva, com o propósito de estimular competências lúdicas e motoras nos alunos do 1.º CEB;
- A continuidade do funcionamento dos laboratórios de Ciências nos Centros Escolares e Jardins de Infância de Loureiro e de Galafura, iniciativa igualmente alargada à E.B 2,3 através da dinamização do Clube de Ciências, bem como às quatro IPSS que prestam apoio à infância, promovendo assim a equidade no acesso a experiências de aprendizagem entre alunos do ensino público e privado do concelho;
- A dinamização, pela personagem infantojuvenil LadyTag, de atividades de relaxamento junto das crianças da EPE dos Centros Escolares do AEJAC, durante o período de prolongamento das AAAF;

- A continuidade dos projetos curriculares da EPE nas áreas da Atividade Física e da Expressão Musical, proporcionando às crianças novas experiências educativas e o desenvolvimento de diferentes competências;
- A prática do xadrez como instrumento pedagógico de promoção do sucesso escolar, dirigida aos alunos do 1.º CEB e desenvolvida durante o período de almoço escolar, com sessões orientadas por técnicos especializados do Município. Esta iniciativa culminou com a realização do IV Torneio de Xadrez, no AUDIR, com transmissão em direto através da página de Facebook do Município do Peso da Régua;
- A continuidade da atividade do Centro Desportivo Municipal, que promove a prática desportiva como meio de inclusão e integração social, dirigida aos alunos do 1.º CEB e realizada aos sábados de manhã, com acompanhamento de técnicos da área do Desporto da Câmara Municipal do Peso da Régua.

A promoção da literacia alimentar manteve-se como uma área de intervenção prioritária, concretizada através do desenvolvimento de diversos projetos e iniciativas orientadas para a adoção de hábitos alimentares saudáveis, destacando:

- A continuidade do projeto “A Minha Lancheira tem Superpoderes”, dirigido aos alunos do 1.º ano de escolaridade, com o objetivo de incentivar hábitos alimentares equilibrados e melhorar a qualidade nutricional dos lanches escolares;
- A dinamização do projeto “O Meu Almoço tem Superpoderes”, direcionado aos alunos do 2.º ano de escolaridade, com o propósito de incentivar o consumo dos alimentos que compõem a refeição escolar e sensibilizar os alunos para a importância da redução do desperdício alimentar;
- A implementação do projeto “Missão Alimentação Sustentável”, dirigido aos alunos do 3.º ano de escolaridade, com enfoque na promoção de práticas alimentares sustentáveis e na valorização da dieta mediterrânica;
- O desenvolvimento do projeto “Oficina da Alimentação”, destinado aos alunos do 4.º ano de escolaridade, baseado na realização de atividades práticas orientadas para a promoção de escolhas alimentares mais conscientes e saudáveis;
- O acompanhamento dos alunos nos Centros Escolares durante o período de almoço, com o objetivo de incentivar o consumo da refeição completa e promover comportamentos alimentares adequados;
- A realização de sessões de promoção da alimentação saudável destinadas aos alunos do 1.º CEB, desenvolvidas em articulação com a Equipa de Saúde Escolar da Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) do Douro, no âmbito do PASSE – Programa Alimentação Saudável em Saúde Escolar, contribuindo para o reforço de comportamentos promotores de saúde;
- A dinamização da sessão de educação alimentar “Alimentação Saudável e Rendimento Escolar”, junto dos alunos do 12.º ano de escolaridade, abordando a relação entre hábitos alimentares equilibrados e desempenho académico;



- A monitorização do estado nutricional dos alunos da EPE e do 1.º CEB, através da recolha de indicadores antropométricos (massa corporal, estatura e perímetro da cintura), realizada em parceria com a Equipa de Saúde Escolar da UCC do Douro, permitindo a identificação de situações de risco e a respetiva referenciação para consulta de Nutrição na Unidade de Saúde Familiar;
- A distribuição diária e gratuita de leite simples aos alunos da EPE e do 1.º CEB do AEJAC;
- A realização das sessões "Roleta dos Alimentos", dirigidas às turmas do 3.º ano de escolaridade, em colaboração com a Equipa de Saúde Escolar da UCC do Douro, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Alimentação, com enfoque na promoção de uma alimentação equilibrada, diversificada e saudável;
- A dinamização de atividades educativas com as crianças da EPE, centradas na sensibilização para estilos de vida saudáveis, no conhecimento dos diferentes grupos de alimentos e na valorização da origem e importância dos alimentos na alimentação quotidiana, promovendo desde cedo atitudes positivas face à alimentação e ao bem-estar;
- A realização de sessões de sensibilização sobre sustentabilidade alimentar dirigidas aos alunos do 8.º ano de escolaridade, promovendo a reflexão sobre a importância de sistemas ambientalmente responsáveis, socialmente justos e economicamente sustentáveis;
- A dinamização de ações de promoção da literacia alimentar na Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo (EPDRR), direcionadas aos alunos dos diferentes cursos;
- A participação nas I Jornadas Pedagógicas AEJAC: Escola + Feliz, através de uma intervenção dedicada ao tema "Impacto da alimentação na saúde mental e bem-estar";
- A comunicação oral no II Congresso do Serviço de Nutrição, organizado pela ULSTMAD, subordinada ao tema "Restrições alimentares – como (man)ter uma alimentação saudável".

A educação ambiental continuou a ser promovida através da implementação de projetos e atividades de sensibilização dirigidas à comunidade escolar, incentivando práticas sustentáveis e comportamentos ambientalmente responsáveis. Salientam-se as seguintes ações:

- A continuidade das Hortas Pedagógicas nos Centros Escolares, associadas à realização de atividades práticas relacionadas com a alimentação saudável e a sustentabilidade, dirigidas às crianças da EPE do AEJAC. Estas iniciativas proporcionaram o contacto direto com a natureza, promovendo novas aprendizagens e incentivando a adoção de hábitos de vida mais saudáveis e sustentáveis;
- A implementação do projeto "Há espantalhos na horta", que consistiu na conceção e construção de espantalhos destinados às hortas escolares, numa iniciativa colaborativa entre os alunos do curso científico-humanístico de Artes Visuais e os alunos do 4.º ano de escolaridade;
- A realização das Oficinas Experimentais de Educação Ambiental, dinamizadas pela empresa Águas do Norte, através de atividades práticas dirigidas aos alunos dos 4.º, 5.º e 8.º anos de escolaridade, focadas na valorização da água e na reflexão sobre os desafios ambientais globais. No âmbito desta iniciativa,

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin of the page. The notes include a large checkmark, the word "Recebe", and several illegible signatures and initials.

foi igualmente apresentada a peça de teatro “Não deites tudo por água abaixo” aos alunos do 1.º CEB, abordando de forma pedagógica o funcionamento de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR);

- A atividade prática “Óleos alimentares usados”, dirigida aos alunos das turmas do 7.º ano de escolaridade, desenvolvida em parceria com a Divisão de Obras Públicas e Serviços Urbanos (DOPSU) e o Clube Ciência Viva na Escola (CCVnE) do AEJAC;
- A implementação de um programa de atividades práticas promovido pela Associação Santuário Animal Vida Boa, direcionado aos alunos da turma do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) da Escola EB 2,3, com o objetivo de estimular o interesse pela escola, sensibilizar para o bem-estar animal e promover a valorização da biodiversidade;
- O desenvolvimento de um projeto de sensibilização para a reciclagem da cortiça, que consistiu na criação de uma rede de recolha entre restaurantes, bares e estabelecimentos de ensino, cujos resultados reverteram a favor do programa Green Cork, contribuindo para a promoção da economia circular e para a redução do desperdício;
- A criação do projeto “Hotel de Insetos”, que consistiu na construção de estruturas destinadas ao abrigo de insetos polinizadores e auxiliares, posteriormente instaladas em diferentes zonas da cidade. Esta iniciativa, dinamizada por uma turma do 8.º ano do AEJAC, teve como principal objetivo promover a conservação da biodiversidade local e sensibilizar para a importância destes organismos nos ecossistemas.

No âmbito da promoção e do desenvolvimento de literacias académicas, pessoais e cívicas, foram dinamizadas diversas iniciativas dirigidas à comunidade escolar, das quais se ressaltam:

- A oferta de um livro a todos os alunos da EPE e do 1.º CEB, adequado a cada nível de escolaridade, que serviu de base ao Concurso de Leitura, desenvolvido em articulação com a Biblioteca Escolar do AEJAC. Os alunos vencedores foram premiados com jogos didáticos, correspondente a cada nível de ensino, num investimento global de 4.560,53 €;
- A atribuição do prémio Dr. João de Araújo Correia aos alunos do 9.º ano e do 12.º ano de escolaridade com melhor desempenho na disciplina de Português, considerando, igualmente, o desempenho global nas restantes disciplinas. A entrega decorreu durante a cerimónia do Dia do Diploma, numa iniciativa de organização conjunta entre o Município e o AEJAC, no valor de 1.100,00 €;
- A realização da XI Assembleia Municipal Jovem, iniciativa que permite aos alunos participantes experienciar diferentes papéis de participação cívica, promovendo competências de reflexão, gestão de conflitos e análise de problemáticas da comunidade;
- A comemoração do Dia Mundial da Criança com os alunos da EPE dos Centros Escolares e das IPSS do concelho, bem como com os alunos do 1.º CEB, através da realização de diversas atividades lúdico-pedagógicas ao longo do dia, no valor de 3.971,03 €;

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

- A realização de uma visita de estudo ao Oceanário de Lisboa, destinada aos alunos finalistas do 1.º CEB, proporcionando o contato com a biodiversidade marinha e sensibilizando para a importância da preservação dos oceanos, com um custo global de 3.301,89 €;
- A organização e dinamização da 5.ª edição do “Natal com Arte”, uma iniciativa colaborativa que consistiu no desenvolvimento de elementos decorativos alusivos à época natalícia, posteriormente expostos em espaços do concelho, designadamente no Mercado Municipal e na Praça do Município. Este projeto envolveu as crianças da EPE da rede pública e privada, os alunos dos diferentes ciclos de ensino do AEJAC e os utentes das IPSS de apoio à terceira idade e às pessoas com deficiência do concelho;
- A dinamização da atividade “O Novelo de Emoções”, que promoveu a exploração e expressão das emoções de forma lúdica e interativa, contribuindo para o desenvolvimento da inteligência emocional e para uma melhor gestão dos desafios do quotidiano dos alunos do 2.º ano de escolaridade;
- A apresentação da peça de teatro “Emoções no comando” às crianças da EPE da rede pública e privada e aos alunos do 1.º CEB, abordando a importância do reconhecimento e da gestão das emoções, bem como a valorização dos direitos das crianças;
- A implementação, pela primeira vez, do projeto “Ciclo de Conversas Intergeracionais”, que promoveu o encontro e a partilha de experiências entre os alunos do 7.º ano da EB 2,3 e seniores das diferentes IPSS de apoio à terceira idade do concelho, fortalecendo os laços intergeracionais;
- A realização de ações de informação e sensibilização nas áreas das ciências e da estimulação cognitiva junto dos alunos do PIEF da Escola EB 2,3, com o objetivo de desenvolver competências pessoais e sociais, fomentar o interesse pela aprendizagem e contribuir para a redução do absentismo e o abandono escolar precoce;
- O desenvolvimento da sessão “Estilos de Comunicação” com os alunos do 6.º e 9.º anos, com o intuito de desenvolver competências de comunicação eficaz e promover o crescimento pessoal e social;
- A comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, através da realização de atividades e jogos inclusivos que envolveram todos os alunos dos Centros Escolares das Alagoas e da Alameda, orientados pelos professores da AEC de Atividade Física e Desportiva, promovendo a sensibilização para a inclusão;
- A celebração do 25 de abril com a criação de um vídeo alusivo ao Dia da Liberdade, que contou com a participação dos alunos do 3.º e 4.º anos de escolaridade, promovendo a reflexão sobre os valores da liberdade, da democracia e das conquistas sociais associadas a esta data histórica;
- A dinamização da ação de capacitação “Primeiros Socorros e Suporte Básico de Vida”, dirigida aos Assistentes Operacionais do AEJAC e da EPDRR, com o objetivo de reforçar competências essenciais para a segurança de crianças e jovens nos estabelecimentos de ensino e melhorar a capacidade de resposta perante emergências. A formação foi promovida pelo Gabinete de Proteção Civil do Município.

Ao longo do ano letivo, manteve-se uma estreita articulação entre o AEJAC e o Município, que mobilizou

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

os recursos existentes para responder às necessidades dos diferentes níveis de ensino, nomeadamente através da Equipa do PIPSE (Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar), num trabalho colaborativo com os vários departamentos do AEJAC e com o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF).

Foram igualmente reforçadas parcerias com diversas entidades, contribuindo para o enriquecimento das atividades e projetos desenvolvidos, destacando-se a colaboração com:

- A Biblioteca Municipal do Peso da Régua, na dinamização de iniciativas como a Hora do Conto, Hora do Conto Creche, Hora do Conto Sénior e História Cantada, bem como na celebração de datas festivas, como a Páscoa e o Natal, através da apresentação de peças de teatro dirigidas às crianças da EPE do concelho, e ainda na realização de atividades no âmbito da Feira do Livro;
- A equipa da Promoção e Educação para a Saúde (PES) e a Equipa de Saúde Escolar da UCC do Douro, para o desenvolvimento de ações de promoção da saúde;
- O Clube Ciência Viva na Escola (CCVnE) do AEJAC, na promoção do ensino experimental das ciências e no desenvolvimento das literacias científica e tecnológica dos alunos;
- O programa CLDS 5G (Contratos Locais de Desenvolvimento Social de 5.ª Geração), na realização de iniciativas que envolveram a comunidade educativa;
- A Associação Comercial e Industrial dos Concelhos do Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio (ACIR), na concretização de atividades que promoveram o envolvimento com o comércio tradicional;
- A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) do Peso da Régua, no âmbito do Programa de Intervenção Precoce;
- A EPDRR, na promoção da oferta de educação e formação de adultos, no âmbito do acompanhamento das metas nacionais definidas para o Programa Qualifica;
- O Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta (CLA-UA), a Universidade Sénior do Rotary do Peso da Régua, a Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes (ARDAD), a Associação 2000 (A2000) e o Auditório Municipal (AUDIR).

ASSOCIATIVISMO

No âmbito das competências atribuídas aos municípios, designadamente ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município de Peso da Régua tem vindo a desenvolver uma política ativa e consistente de apoio ao movimento associativo e às instituições de solidariedade social do concelho, reconhecendo o seu papel determinante na dinamização cultural, desportiva, recreativa e, sobretudo, na coesão social e territorial.

No que respeita ao apoio ao associativismo, e tendo por base a dinâmica das atividades desenvolvidas nas

Deixe aqui


áreas cultural, recreativa, desportiva, juvenil e social, bem como o trabalho de proximidade desenvolvido em parceria com as associações, foi assegurado um conjunto alargado de apoios financeiros e logísticos que visam potenciar a oferta local e garantir a sustentabilidade das estruturas associativas.

Neste contexto, o apoio municipal estrutura-se não apenas através da atribuição de subsídios diretos — que em 2025 ascendem a 487.850,00 € - mas também através de um conjunto de apoios indiretos de elevada relevância, designadamente:

- Cedência de instalações desportivas municipais, no valor estimado de 154.318,50 €;
- Cedência de instalações para funcionamento de sedes associativas, no montante de 299.600,00 €;
- Apoio ao transporte para atividades, competições e eventos, no valor de 91.962,00 €.

Globalmente, o investimento municipal no apoio ao associativismo atinge, assim, o montante de 1.033.730,50 €, refletindo uma estratégia clara de valorização do tecido associativo enquanto elemento estruturante da vida comunitária e da identidade local.

Paralelamente, e com particular relevância, importa destacar o reforço muito significativo do apoio direto às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e a entidades de proteção e socorro, cujo papel no território é absolutamente essencial.

Em 2025, o Município assegurou um volume de apoios superior a 540.000,00 € dirigidos a estas entidades, abrangendo:

- Financiamento direto à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Peso da Régua, no valor de 80.000,00 €, bem como o apoio continuado às Equipas de Intervenção Permanente, através do reembolso de encargos salariais no valor de 86 611,81 €;
- Apoio ao funcionamento regular de diversas IPSS, incluindo participações em despesas correntes como água, transporte e refeições;
- Financiamento de atividades regulares de resposta social;
- Apoio à aquisição de equipamentos e à realização de obras de ampliação, requalificação e melhoria das infraestruturas sociais;
- Atribuição de apoios extraordinários, incluindo mecanismos de apoio reembolsável, assegurando a continuidade do funcionamento de respostas sociais críticas.

Este conjunto de medidas evidencia uma abordagem integrada por parte do Município, que vai muito além do apoio pontual, assumindo-se como um verdadeiro parceiro estratégico das IPSS e entidades de socorro, contribuindo de forma decisiva para a proteção das populações mais vulneráveis, o apoio à infância, à terceira idade e à deficiência, para a promoção da inclusão social e a garantia da segurança e proteção civil no território.

A leitura conjunta destes dados permite concluir que o Município de Peso da Régua assegura um investimento global superior a 1,5 milhões de euros no apoio direto e indireto ao associativismo e às IPSS,

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin of the page. The notes include a large arrow pointing upwards, a circle with a dot, and several illegible signatures and initials. One signature appears to be 'Direção' and another 'EP'.

o que traduz um compromisso inequívoco com o desenvolvimento social, a coesão territorial e a qualidade de vida da população.

Este esforço financeiro, devidamente enquadrado nos instrumentos de gestão municipal e suportado por deliberações formais, reflete uma política pública consistente, transparente e orientada para resultados, alinhada com os princípios da boa administração, da eficiência na afetação de recursos públicos e da valorização dos parceiros locais.

CAMPANHA DE APOIO À ESTERILIZAÇÃO DE CÃES E GATOS DE COMPANHIA E CAMPANHA DE APOIO À IDENTIFICAÇÃO ELETRÓNICA E REGISTO DE ANIMAIS DE COMPANHIA

A Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, estabelece, no n.º 3 do artigo 2.º, como responsabilidade dos organismos da administração central do Estado, em articulação com as autarquias locais, o movimento associativo e as organizações não-governamentais, a promoção de campanhas de esterilização de animais, enquanto instrumento estruturante de controlo da população animal, com vista à eliminação progressiva do recurso ao abate.

Neste enquadramento, e em conformidade com a Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, o Município do Peso da Régua tem vindo a assegurar a implementação destas campanhas, em estreita articulação com o ICNF, I.P., e com o apoio do movimento associativo local, que desempenha um papel determinante na sinalização de situações, sensibilização da população e acompanhamento dos animais.

No ano de 2025, a intervenção municipal traduziu-se num esforço financeiro consistente e estruturado, assente numa abordagem integrada que articula controlo populacional, prevenção e apoio social direto às famílias.

No âmbito da campanha de esterilização de cães e gatos de companhia, foi assegurado um investimento total de 30.414,86 €, permitindo a continuidade de uma política ativa de controlo da população animal, com impacto direto na redução do abandono e na melhoria das condições de bem-estar animal no concelho.

Paralelamente, no que respeita à campanha de identificação eletrónica e registo, foram identificados 109 animais, correspondendo a um investimento de 1.692,00 €, reforçando os mecanismos de controlo, responsabilização dos detentores e rastreabilidade, essenciais para uma gestão eficaz da população animal.

Acresce, com particular relevância, o apoio direto prestado às famílias do concelho em situação de maior vulnerabilidade, através da comparticipação de despesas médico-veterinárias, incluindo consultas, tratamentos, vacinação, cirurgias e situações de urgência, num montante global de 6.468,96 €.

Este apoio assume uma dimensão social particularmente relevante, permitindo garantir o bem-estar dos animais de companhia sem comprometer a estabilidade financeira das famílias, prevenindo



simultaneamente situações de abandono por incapacidade económica.

O conjunto destas medidas evidencia uma política municipal coerente e progressiva, que não se limita ao cumprimento das obrigações legais, mas que assume uma visão integrada do território, articulando saúde pública, bem-estar animal e coesão social.

TURISMO

Peso da Régua continua a afirmar-se como um ponto âncora do Turismo a norte de Portugal, em especial no Douro. Em 2025 os números de visitantes que chegaram pela via navegável do Douro voltaram a aproximar-se dos 350 mil, ainda que pela via férrea haja uma quebra de passageiros no final do ano, a mesma deve-se à redução de serviços por força da intervenção na linha.

Em 2025, a Loja Interativa de Turismo (adiante LIT) registou um total de 6797 atendimentos presenciais, evidenciando um aumento face ao ano anterior e confirmando a crescente atratividade turística do concelho.

A análise da distribuição mensal da procura evidencia um padrão sazonal bem definido, com maior concentração de atendimentos nos meses de verão e início do outono. Destacam-se os meses de agosto (1 320 atendimentos) e setembro (1 024 atendimentos) como os períodos de maior procura, seguidos de junho (969 atendimentos) e julho (933 atendimentos), reforçando a extensão da época alta para além dos meses tradicionais de verão.

Esta tendência encontra-se diretamente associada ao pico da atividade turística na região do Douro, impulsionada pela intensificação dos cruzeiros fluviais, pela realização de eventos de grande escala e pela forte atratividade paisagística e enoturística. Por outro lado, verifica-se uma quebra significativa nos meses de inverno, nomeadamente em dezembro (76 atendimentos) e janeiro (84 atendimentos), mantendo-se uma forte concentração da procura em períodos específicos do ano.

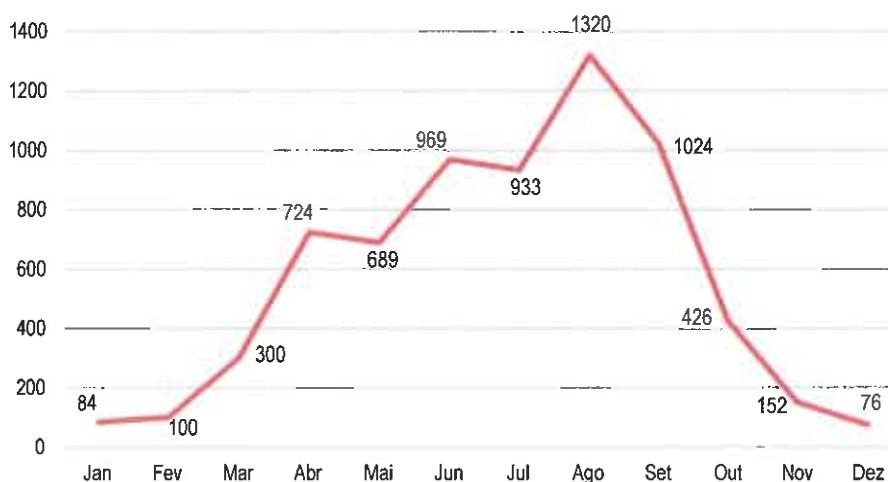


Gráfico 1 - Distribuição mensal da procura da LIT | 2025

Importa ainda referir que, apesar da elevada procura no período estival, os padrões de utilização da LIT podem variar em função do perfil do visitante, sendo expectável uma maior autonomia na organização da visita durante os meses de maior afluência turística.

Relativamente à origem dos visitantes, os turistas nacionais continuam a assumir um peso predominante, mantendo-se como o principal mercado emissor. Ao nível internacional, não se registam alterações significativas face ao ano anterior, destacando-se França, Espanha e Inglaterra como os mercados mais representativos, seguidos do Brasil.

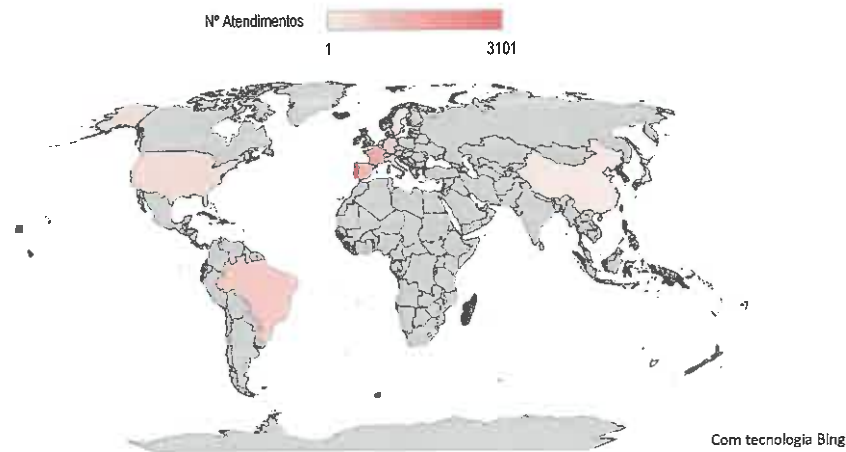


Gráfico 2 – Nacionalidade dos atendimentos na LIT |2025

No que respeita às motivações de visita, destaca-se de forma clara a Rota da N2 como principal fator de atração, mantendo-se como o produto turístico com maior procura. Seguem-se os pedidos de informação geral sobre o concelho e a região, evidenciando o papel central da LIT enquanto ponto de acolhimento e orientação dos visitantes.

Adicionalmente, assume particular relevância a procura associada aos cruzeiros no Douro, bem como a outros produtos turísticos, como a N222, visitas a quintas e experiências vínicas, refletindo a diversidade e complementaridade da oferta turística do território.

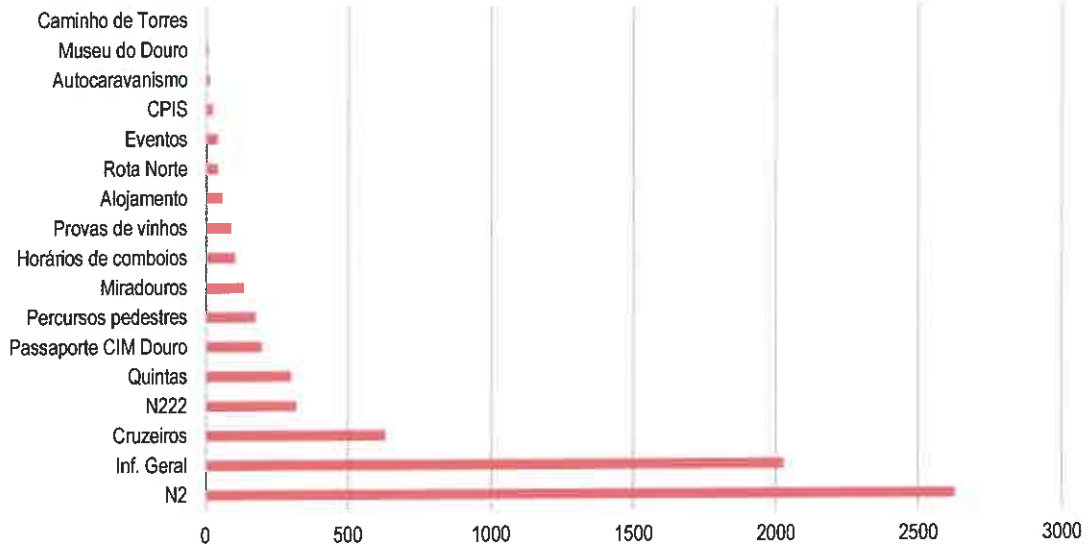


Gráfico 3 – Razões de procura da LIT |2025

A análise cruzada entre a motivação de visita e os padrões de permanência permite inferir que uma parte significativa dos visitantes associados à Rota da N2 e aos cruzeiros apresenta estadias de curta duração, frequentemente limitadas a uma passagem pelo território, o que reforça a importância de desenvolver estratégias que promovam a retenção e prolongamento da estadia.



Gráfico 4 – Motivação da visita versus tempo de permanência no Concelho pelos visitantes | 2025

No que se refere ao tempo de permanência na cidade/concelho, verifica-se uma predominância de visitas de curta duração, com maior incidência em estadias de um dia ou períodos parciais (manhã/tarde), confirmando o perfil de destino de passagem que ainda caracteriza uma parte significativa da procura.

Não obstante, regista-se também um volume relevante de visitantes com estadias de dois e três dias, o que evidencia uma evolução positiva na capacidade de retenção no território, particularmente associada a segmentos turísticos mais estruturados, como o turismo vínico e os circuitos organizados.

A leitura integrada destes dados sugere também que os visitantes internacionais tendem a apresentar uma maior permanência média, enquanto o mercado nacional evidencia padrões de visita mais curtos, reforçando a necessidade de estratégias diferenciadas de captação e fidelização.

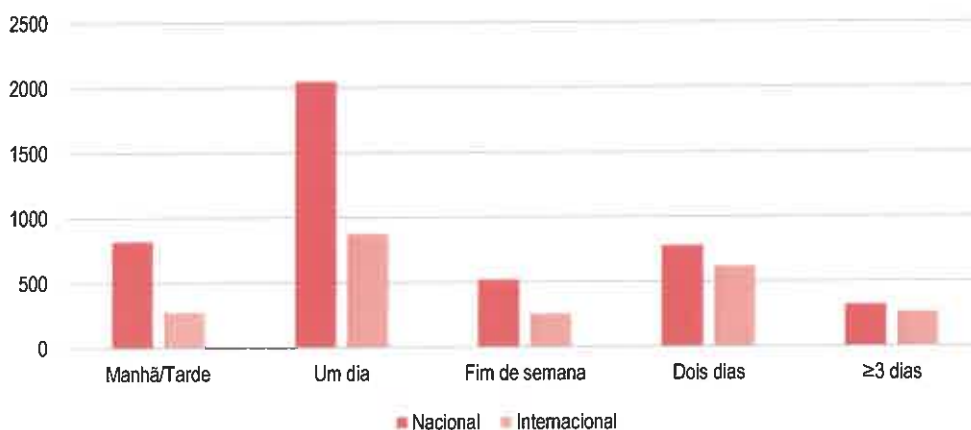


Gráfico 5 – Visitantes nacionais versus internacionais | 2025

No registo dos visitantes por género e faixa etária, mantém-se um equilíbrio global entre géneros, verificando-se igualmente a predominância de visitantes em faixas etárias adultas, em particular acima dos 40 anos, em linha com o perfil típico do turista que procura a região do Douro, frequentemente associado a motivações culturais, paisagísticas e enogastronómicas.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the name 'Heirely' and various scribbles.

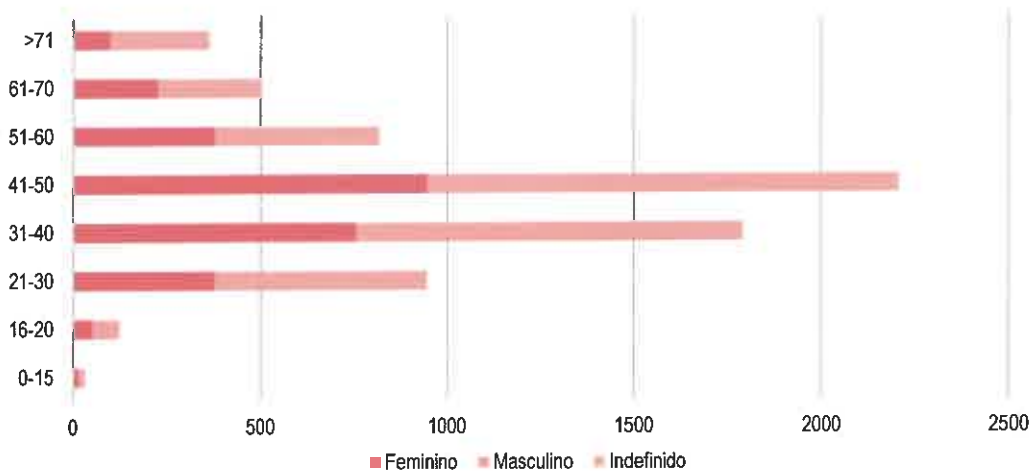


Gráfico 6 – Características dos visitantes | 2025

A análise global dos dados de 2025 permite concluir que o concelho continua a afirmar-se como um destino turístico consolidado, com crescimento sustentado da procura e forte posicionamento em produtos estruturantes como a Rota da N2 e o turismo vínico.

Não obstante, mantêm-se desafios estratégicos relevantes, designadamente a elevada concentração da procura em determinados períodos do ano, a predominância de estadias de curta duração e a necessidade de reforçar a conversão de visitantes de passagem em turistas com maior permanência no território.

A leitura dos dados permite ainda reforçar a necessidade de atuação ao nível da redução da sazonalidade, através da valorização dos períodos intermédios do ano, nomeadamente primavera e outono, que já evidenciam forte dinâmica de procura, impulsionada pelos grandes eventos e pela atividade vitivinícola.

Paralelamente, a predominância de visitas de curta duração, associadas a produtos como a Rota da N2 e os cruzeiros no Douro, exige o desenvolvimento de estratégias orientadas para o prolongamento da estadia, nomeadamente através da criação de experiências integradas e da estruturação de ofertas de curta duração (24 e 48 horas).

A estabilidade dos mercados emissores e o peso significativo do mercado nacional apontam para a necessidade de reforçar estratégias de promoção segmentadas, bem como de consolidar a captação de mercados internacionais com maior propensão para estadias prolongadas.

Adicionalmente, a crescente relevância de produtos como o turismo vínico e os percursos rodoviários reforça a importância de continuar a qualificar a oferta turística e a estruturar produtos que aumentem o valor da experiência no território.

Por fim, reforça-se o papel da Loja Interativa de Turismo enquanto instrumento estratégico de acolhimento e orientação, devendo evoluir progressivamente para um papel mais ativo na promoção da permanência e valorização da experiência turística no concelho.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right side of the page, including a large signature that appears to be 'Rafael' and several other illegible signatures.

A Douro Wine City teve a 5.ª edição realizada em 2025, contando com mais de 10 000 visitantes, 100 expositores de toda a região. Reforçando o impacto no setor dos vinhos e da promoção, consolidando-se como o evento do setor dos vinhos, de referência do Douro.

AUDITÓRIO MUNICIPAL DO PESO DA RÉGUA

No período compreendido entre janeiro e dezembro de 2025 realizaram-se 104 sessões de cinema, com 3 335 espetadores. No que aos espetáculos ao vivo diz respeito, realizaram-se 18 espetáculos de palco, aos quais corresponderam a 3509 espetadores.

À semelhança dos anos anteriores, o Auditório Municipal (AUDIR) recebeu a cerimónia de condecoração municipal, com cerca de 200 pessoas. A estas iniciativas juntamos três congressos, com uma participação global na ordem das 1 000 pessoas.

Mantivemos a polivalência do pequeno e do grande auditório, a qual permitiu a realização de iniciativas em parceria com várias entidades, nomeadamente Gabinete de Inserção Profissional, Rede Social, Clas do Peso da Régua, CIM Douro, CCDR-N, IVDP, Associação Douro Histórico, Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia, Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo, entre outros, cujo público-alvo se cifra em cerca de 3500 pessoas.

Em 2025, estiveram patentes seis exposições na Galeria de Artes do AUDIR, tendo as mesmas sido visitadas por cerca de 2000 pessoas.

Continuamos a incentivar o hábito de consumo de cultura na população, por parte da população, promovendo eventos culturais diversificados de qualidade nacional, procurando abranger diferentes públicos.

Os dados mostram que existe uma evolução positiva em indicadores qualitativos:

- Aumento da diversidade de público;
- Maior interesse escolar e associativo;
- Maior presença de famílias;
- Reconhecimento crescente do Auditório Municipal como espaço cultural da comunidade.

Os resultados do último ano do Auditório Municipal devem ser interpretados como parte natural de um caminho de crescimento cultural ainda em consolidação.

A cultura é um investimento estratégico e dos mais importantes que se pode fazer.

A formação de públicos constitui um processo estruturante, de natureza gradual, que exige tempo e continuidade.

Heireley
B.
C.
D.
E.
F.
G.
H.

7
 R. Rebelo
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]

BIBLIOTECA MUNICIPAL DO PESO DA RÉGUA

Enquanto pilar fundamental da estrutura cultural e educativa do concelho, a Biblioteca Municipal do Peso da Régua tem vindo a afirmar-se como um espaço dinâmico de promoção do conhecimento, da leitura e da participação cívica. Ao longo dos últimos anos, tem procurado adaptar-se de forma contínua às necessidades da comunidade, oferecendo um ambiente acolhedor, inclusivo e acessível a todos os cidadãos.

Neste contexto, apresenta-se uma síntese das principais atividades e iniciativas desenvolvidas ao longo do ano de 2025, acompanhada de indicadores estatísticos que permitem avaliar o alcance e o impacto da ação da Biblioteca junto da população do concelho.

Durante o ano de 2025, a Biblioteca Municipal registou um total de 4 939 entradas para utilização dos seus serviços gerais, o que representa um aumento de 18,7 % face ao ano anterior. Este crescimento evidencia uma maior procura pelos serviços e atividades disponibilizados, refletindo o reforço do papel da Biblioteca enquanto espaço de encontro, aprendizagem e dinamização cultural.

Apresenta-se, de seguida, uma análise detalhada dos padrões de utilização da Biblioteca, bem como das características e preferências dos seus utilizadores ao longo do último ano.

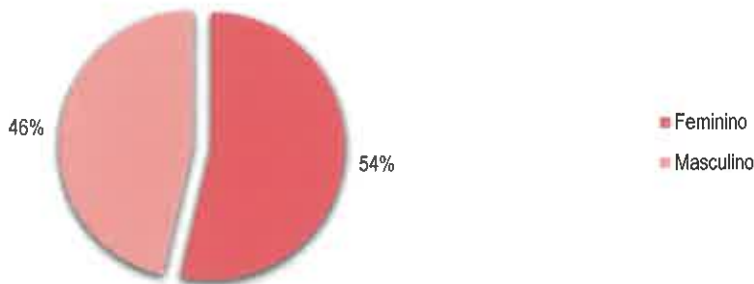


Gráfico 7 - Distribuição de Utilizadores por Género

O Gráfico 7 apresenta a distribuição demográfica dos utilizadores da Biblioteca Municipal por género, evidenciando uma ligeira alteração face ao ano anterior. Verifica-se uma diminuição da proporção de utilizadores do sexo feminino, que passam a representar 54 % do total (menos 3 pontos percentuais relativamente a 2024), enquanto os utilizadores do sexo masculino registam um aumento para 46 % (mais 3 pontos percentuais face ao ano anterior). Esta variação, embora moderada, poderá refletir um progressivo aumento da participação masculina nas atividades, serviços e dinâmicas promovidas pela Biblioteca. Apesar desta evolução, a distribuição entre géneros mantém-se relativamente equilibrada, o que evidencia a capacidade da Biblioteca em atrair públicos diversos e reforça o seu papel como espaço cultural inclusivo e acessível à comunidade.

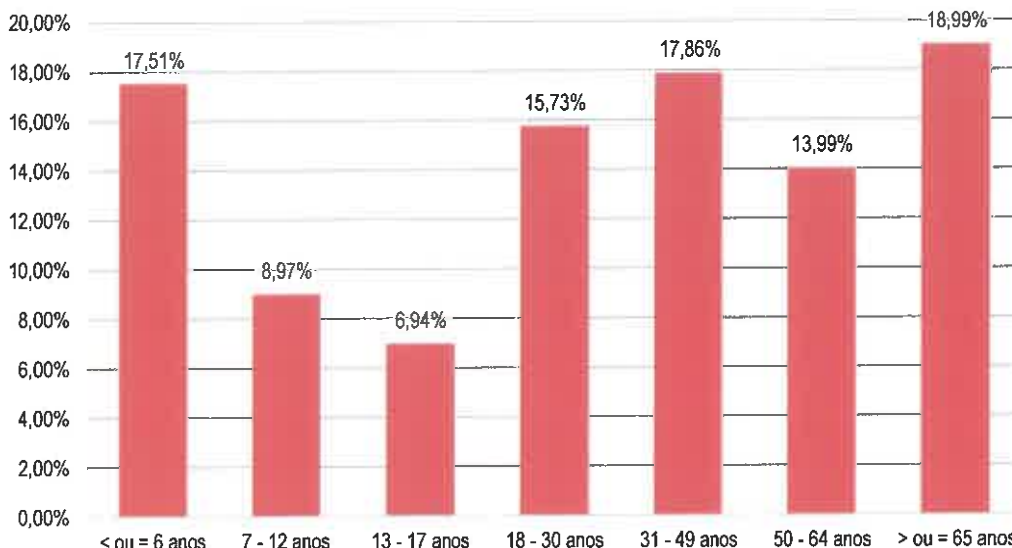


Gráfico 8 - Distribuição de Utilizadores por idades

O Gráfico 8 apresenta a distribuição dos utilizadores por faixa etária. As maiores percentagens registam-se nos grupos dos 65 anos ou mais (18,99 %), 31 aos 49 anos (17,86 %) e 6 anos ou menos (17,51 %).

Importa salientar que, comparativamente aos anos anteriores, verificou-se um aumento de dez pontos percentuais, face a 2024, no grupo etário dos 6 anos ou menos. Este crescimento poderá estar relacionado com o alargamento significativo das atividades destinadas a este público, designadamente a “Hora do Conto”, o “Conto Cantado”, os “Ateliês” e outras iniciativas de promoção da leitura.

Estes dados confirmam o papel da Biblioteca enquanto espaço de encontro e aprendizagem para diferentes gerações, oferecendo atividades e serviços adaptados às necessidades de cada faixa etária.

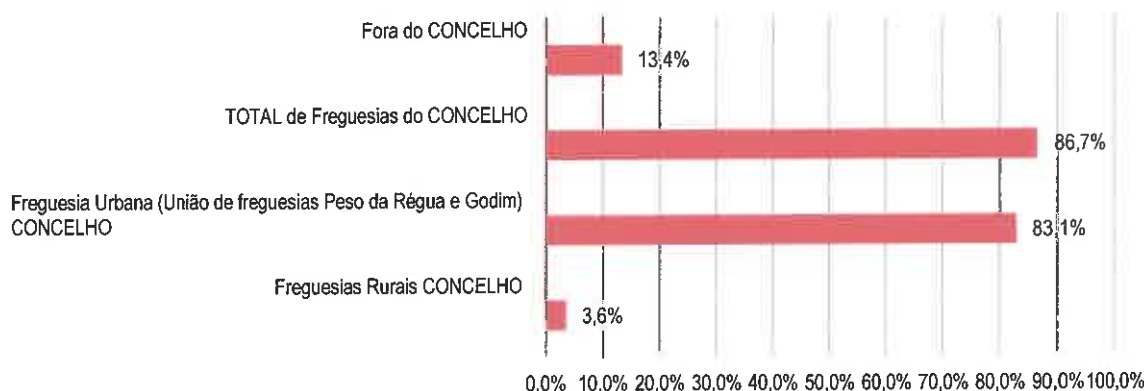


Gráfico 9 - Proveniência dos Utilizadores

O Gráfico 9 ilustra a proveniência dos utilizadores da Biblioteca Municipal. A maioria continua a residir no concelho do Peso da Régua, representando 86,7 % dos utilizadores, embora com alguma diminuição em relação a 2024 (90 %). Por outro lado, os utilizadores provenientes de fora do concelho aumentaram para

13,4 % (10 % em 2024), evidenciando um maior alcance da Biblioteca para além das fronteiras locais. Entre os residentes do concelho, a distribuição geográfica mantém-se estável: 83,1 % vivem na freguesia urbana (União das Freguesias do Peso da Régua e Godim) o que é consistente com a localização da Biblioteca, enquanto 3,6 % provêm de freguesias rurais.

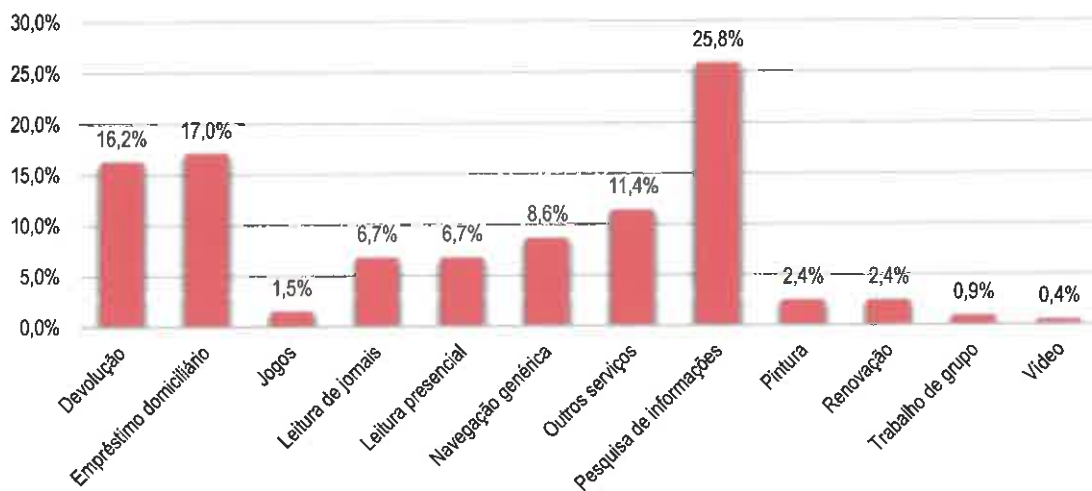


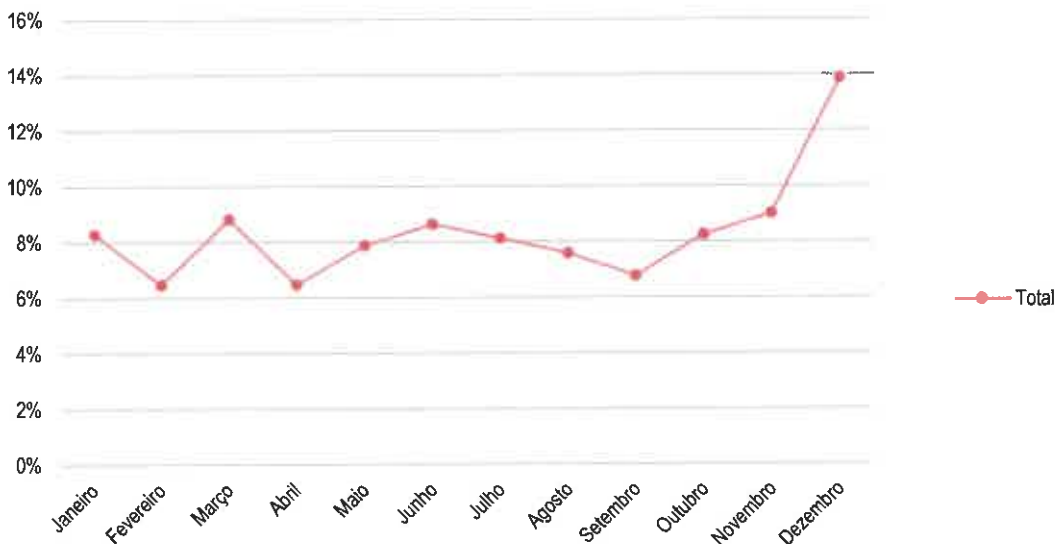
Gráfico 10 - Utilizadores de Serviços

O Gráfico 10 ilustra os serviços mais utilizados pelos utilizadores da Biblioteca Municipal, evidenciando uma distribuição variada nas atividades oferecidas. A maior parte da utilização concentra-se na “pesquisa de informações”, que representa 25,8 % do total, seguida do “empréstimo domiciliário” (17,0 %) e da devolução (16,2 %). A categoria “outros serviços” corresponde a 11,4 %. Seguem-se a “navegação genérica” (8,6 %) e a leitura de jornais e a leitura presencial (6,7 % cada). As atividades de pintura, trabalho de grupo, vídeo e jogos apresentam percentagens mais reduzidas, mas mantêm relevância pela diversidade de experiências que proporcionam na Biblioteca.

Numa análise ao ano transato, verifica-se que os dados registaram alterações significativas. A pesquisa de informação apresentou uma diminuição de 25 pontos percentuais. Contudo, esta variação poderá estar associada à introdução de três novos serviços na tipologia de registo.

Destaca-se, ainda, o aumento da categoria “Outros serviços”, que atingiu 11,4 % (face a 3,1 % em 2024). Este crescimento poderá estar relacionado com o registo, neste campo, de diversas atividades, como a hora do conto, apresentações de livros e ateliês, entre outras.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin of the page, including the word 'Retirete' and several illegible signatures.



Handwritten signatures and initials in black, blue, and purple ink, including the name 'Heizeley'.

Gráfico 11 - Número de utilizadores por meses

O Gráfico 11 que apresenta a evolução mensal do número de utilizadores registados revela flutuações significativas ao longo do ano. Destaca-se um pico de utilizadores no mês de março, seguido de outros períodos de elevada afluência, nomeadamente em junho, outubro e novembro. Contudo, é no mês de dezembro que se regista o maior número de utilizadores, situação que se justifica pelas diversas atividades dinamizadas pela Biblioteca durante o período natalício. Em contraste, os meses de fevereiro, abril e setembro apresentam uma diminuição no número de utilizadores. A redução verificada nesses meses poderá estar associada a fatores sazonais e ao calendário escolar, nomeadamente períodos de férias, feriados e fases de reorganização das rotinas escolares e familiares, que tendem a influenciar a frequência da Biblioteca.

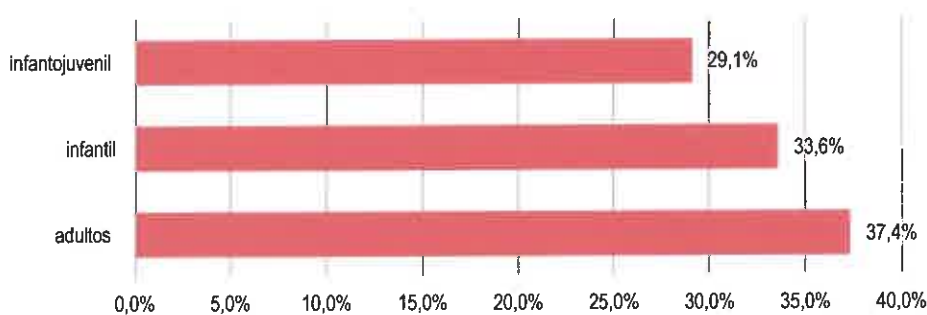


Gráfico 12 - Empréstimos por Categoria de Leitor

O Gráfico 12 apresenta a distribuição dos empréstimos por categoria de leitor, destacando que a maioria foi realizada por leitores adultos, representando 37,4 % do total, o que corresponde a uma diminuição de 24,3 % face a 2024.

Os empréstimos efetuados por crianças continuam a ter um peso significativo, representando 33,6 % do total, contudo registou-se uma ligeira redução face ao ano anterior de 4,1 %. Porém estas diminuições, nas

categorias de adultos e infantil devem-se ao aumento significativo na categoria infantojuvenil, registrando-se uma subida de 27,7 % em relação a 2024.

Estes dados indicam um aumento significativo da participação dos adolescentes no serviço de empréstimo, enquanto os adultos e as crianças mantêm uma utilização ativa.

Para fomentar o empréstimo domiciliário tanto para o público adulto como para o público infantil e juvenil, e sempre mediante a requisição de livros, foram realizadas as seguintes ações:

- Celebração do Dia dos Namorados, através da oferta de um marcador de livros;
- Celebração do Dia Internacional da Mulher, com a distribuição de um marcador de livros;
- Celebração do Dia Mundial da Poesia, com a dinamização de um Caminho Poético.
- Celebração do Dia Mundial do Livro e do Direitos de Autor, com a iniciativa "Leve um Livro, Receba uma Rosa"
- Celebração do Halloween, com a iniciativa "DOÇURA E LEITURA", através da oferta de uma caixa de doces;
- Celebração da época natalícia, através da oferta de um anjo.

Para além dos serviços gerais, ao longo do último ano, a Biblioteca Municipal apresentou uma programação que refletiu a vontade de oferecer uma ampla variedade de oportunidades de participação a todos os munícipes, tendo desenvolvido as seguintes atividades:

- Oito apresentações de livros;
- Seis sessões de "Memórias à Nossa Medida";
- Dez reuniões do Clube de Leitura "Café com Livros";
- Vinte sessões de "Conversas a fio(s)";
- Quatro exposições;
- Nove sessões da Hora do Conto;
- Uma sessão da História cantada (atividade implementada no mês de novembro)
- Três ações para os alunos da Educação Pré-escolar;
- Uma ação para os alunos do 1.º ciclo;
- Uma ação para os alunos do 3.º ciclo;
- Duas oficinas temáticas infantis;
- Celebração do 19.º aniversário da Biblioteca Municipal.

Estas atividades tiveram como principais objetivos promover a leitura e a cultura, estimular a imaginação, criar momentos de partilha e aprendizagem, além de intensificar a discussão e a troca de ideias. Procurou-se, assim, fomentar um ambiente propício ao diálogo e ao enriquecimento mútuo. No total, registou-se a participação de 2 410 pessoas nestas iniciativas.

Sempre com o objetivo de enriquecer a vida cultural e educacional dos seus munícipes, a Biblioteca



Municipal não se limitou às atividades no seu espaço físico e em 2025 estendeu a sua ação para além das suas paredes, tendo dinamizado as seguintes atividades:

- Hora do Conto Sénior, realizada nas instalações das IPSS do concelho que oferecem os serviços de Centro de Dia/Convívio, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Serviço de Apoio Domiciliário e prestação de cuidados de saúde e apoio psicossocial a pessoas em situação de dependência, seja ela temporária ou permanente, independentemente da idade, em colaboração com a equipa do PIPSE do Município do Peso da Régua;
- Leitura que Abraça, tem como objetivo aproximar a leitura e a cultura das pessoas idosas das IPSS, promovendo momentos de lazer, aprendizagem e convívio. Ao levar livros, jornais e revistas diretamente às entidades, facilita-se o acesso à leitura e estimula-se a curiosidade, a memória e a reflexão sobre diversos temas;
- Hora do Conto Creche nas instalações das IPSS do concelho que oferecem a resposta social de creche em colaboração com a equipa do PIPSE do Município do Peso da Régua;
- Hora do Conto Pré-Escolar IPSS (realizada na biblioteca pelas educadoras de infância e auxiliares de educação infantil), despertando o gosto pela leitura e pelo contacto com histórias desde a primeira infância. Ao ouvir as narrativas, as crianças desenvolvem a imaginação, a atenção e a capacidade de compreensão oral, ao mesmo tempo, que exploram novos mundos e experiências. Após o conto da história, o registo da narrativa numa tela permite que as crianças expressem a sua interpretação através da pintura, do desenho ou de outros elementos visuais, promovendo a criatividade, a expressão artística e a memória da história. Foi uma atividade realizada em colaboração com a equipa do PIPSE;
- Hora do conto Cantado no EPE dos Centros Escolares da Alameda e Alagoas e JI de Loureiro e Galafura, com a leitura através da música, tornando a experiência narrativa mais envolvente, sensorial e dinâmica. Procura-se estimular a imaginação, a criatividade e a expressão oral, ao mesmo tempo, que se desenvolvem a atenção, o ritmo e a capacidade de participação ativa;
- "O Novelo de Emoções" - Em fevereiro, os alunos do 2.º ano dos Centros Escolares das Alagoas e da Alameda participaram nesta atividade, promovida pela equipa do PIPSE em colaboração com a Biblioteca Municipal do Peso da Régua e inspirada na obra *O Novelo das Emoções*, de Elizabete Neves. Neste contexto, os alunos das 7 turmas do 2.º ano foram desafiados a explorar as suas próprias emoções de uma maneira interativa e lúdica. As dinamizadoras puxavam fios de um novelo colorido, sendo que, a cada cor estava associada uma emoção específica sobre a qual tinham de falar, partilhando, com todos, as suas experiências e vivências individuais sobre a mesma. Esta dinâmica permitiu promover a expressão emocional das crianças, ajudando-as a compreender os seus sentimentos e emoções, de modo a prepará-las melhor para enfrentar os desafios emocionais do seu dia a dia.
- Dramatizações destinadas à Educação Pré-escolar das IPSS do concelho e do Ensino Público, durante estas atividades, foram exploradas diferentes temáticas, tais como o Páscoa e o Natal, permitindo às



crianças compreender e vivenciar os costumes, valores e símbolos destas épocas. Através da dramatização, as crianças desenvolvem a expressão oral, corporal e emocional, a criatividade e a capacidade de trabalhar em grupo, reforçam a memória, a atenção e a compreensão de narrativas. Estas atividades promovem também a ligação entre a escola, a Biblioteca e a comunidade, tornando o espaço educativo mais dinâmico, inclusivo e lúdico. Foi uma atividade realizada em colaboração com a equipa da Educação da Câmara;

- Dinamização do projeto "Leitura em Família", em articulação com as Bibliotecas dos Centros Escolares;
- Apresentação dos livros "Zé-trinca Espinhas e as letras do lago" e "O menino que queria ser árvore", de José Torres Gomes, nos Centros Escolares da Alameda e das Alagoas.

Falando especificamente do evento de maior relevância no calendário anual da Biblioteca Municipal, a XXVI Feira do Livro do Douro contou com as seguintes atividades:

- Oito apresentações de livros;
- Dez sessões da Hora do Conto;
- Duas oficinas infantis;
- Nove visitas guiadas às IPSS concelhias que prestam serviços de apoio a pessoas com deficiência e pessoas idosas;
- Três espetáculos infantis;
- Sete espetáculos musicais;
- Animação infantil aos fins de semana.

Nas atividades em que foi possível contabilizar os participantes, registou-se um total de 1 915 pessoas.

AÇÃO SOCIAL

No âmbito da Ação Social e Habitação, o Município do Peso da Régua procura adotar uma perspetiva atenta e flexível na análise e compreensão dos problemas sociais, dadas as transformações aceleradas e intensas da realidade dos nossos tempos, implementado um conjunto de políticas sociais e desenvolvendo um trabalho de proximidade e de diagnóstico cada vez mais profundo com o objetivo de minimizar as situações de risco, pobreza e desigualdade social, junto das franjas mais vulneráveis da comunidade. De igual modo, através do setor de ação social e habitação, em concertação com as demais entidades com responsabilidade na área da solidariedade social, nomeadamente do Conselho Local de Ação Social procura desenvolver ações de prevenção para os grupos mais vulneráveis e de igual modo para a capacitação dos técnicos.

Em 2025 a Câmara Municipal do Peso da Régua, no âmbito da ação social, deu continuidade ao programa Radar Social, destinado a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, pobreza, exclusão social ou discriminação.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.

Trata-se de uma medida financiada a 100 %, no âmbito da Componente C03 - Respostas Sociais, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que se encontra em execução no Município desde abril de 2024. De referir que este programa previa a duração de 24 meses, tendo sido prorrogado por mais 3 meses, estando assim o seu termino previsto para junho de 2026.

Atualmente encontra-se na segunda fase de execução que compreende a concretização do Plano de Ação do Radar Social.

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL

A mutabilidade da realidade social e a atenção dirigida para os grupos sociais mais vulneráveis é uma prioridade na intervenção da Ação Social Concelhia e espelha-se nos diversos grupos de trabalho criados para esse efeito. É através do Plano de Ação aprovado anualmente, no primeiro trimestre de cada ano, em sede do Conselho Local de Ação Social (CLAS) e, que se planifica, dinamiza e operacionaliza um conjunto de ações no âmbito do trabalho da malha social concelhia, dando cumprimento para tal às competências atribuídas ao núcleo executivo do conselho local de ação social.

Em 2025, deu-se continuidade à dinamização do CLAS, no âmbito do trabalho promovido pela Rede Social, tendo sido realizadas seis reuniões com o Núcleo Executivo local (composto por sete entidades parceiras) e cinco reuniões plenárias com os elementos do Conselho Local de Ação Social (quarenta e cinco entidades parceiras), com o objetivo de colocar em prática estratégias de desenvolvimento social do concelho.

Em 2025, no Conselho Local de Ação Social teve assento de forma expressiva o Programa Contrato Local de Desenvolvimento Social 5G (Portaria n.º 428/2023 de 12 de dezembro), dando cumprimento ao plano de atividades com os demais parceiros que integram a rede e partilhando os relatórios semestrais para apreciação e votação do CLAS.

Nessas reuniões foi ainda partilhado o ponto de situação das candidaturas das IPSS concelhias aos novos equipamentos sociais, nomeadamente: Centro Social e Paroquial S. Pedro Loureiro; Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento; Casa do Povo de Vilarinho dos Freires e Associação de Assistência de Nossa Senhora das Candeias no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

No ano de 2025, o núcleo executivo considerando as necessidades diagnosticadas nos instrumentos de planeamento concelhio, nomeadamente no Diagnóstico Social 2024-2028, formulou projetos e iniciativas de desenvolvimento social local nas diversas áreas de intervenção prioritária: saúde mental, infância e juventude, violência doméstica, absentismo escolar, parentalidade positiva, população idosa, minorias étnicas, em articulação com as várias entidades que integram o Conselho Local de Ação Social do Peso da Régua | Rede Social.

Considerando ainda a importância do trabalho em rede e da colaboração das Forças de Segurança, nomeadamente da GNR participámos no Encontro Anual Distrital de Policiamento Comunitário e de Proximidade, promovido pelo Comando Territorial da GNR de Vila Real e com a organização do



Destacamento Territorial da GNR do Peso da Régua. Este encontro teve como intuito refletir e partilhar boas práticas sobre a intervenção em rede na identificação de situações de risco e na definição de estratégias de intervenção. Desenvolvemos, ainda, atividades em parceria com o Programa CLDS 5G e Radar Social e participámos nas I Jornadas do Douro contra a Violência, organizadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e no Seminário "Vidas com Voz, Percursos com Futuro", uma iniciativa da Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento.

Partindo do lugar do papel da família como o pilar fundamental na educação e desenvolvimento da criança, deu-se continuidade à atividade Dia da Família "Piquenique em Família", que conta já com a segunda edição, com o objetivo de proporcionar a participação das famílias (avós, filhos, netos, tios) e destacar a importância do seu papel na comunidade. Em 2025 a atividade fez-se coincidir com o Dia Mundial da Criança, aliando assim a pertinência dos dois temas: crianças e família.

Relativamente às atividades preconizadas pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, nomeadamente: Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância e Comemoração do Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança foram promovidas com as crianças do pré-escolar do concelho atividades no âmbito da parentalidade positiva e inteligência emocional - Apresentação e dramaturgia do Conto "Uma Aventura na Terra dos Direitos", cuja encenação foi promovida pelos técnicos da equipa de educação da Câmara Municipal do Peso da Régua; realização e exposição de trabalhos pelas crianças sobre os Direitos tendo como mote o tema dos Direitos das Crianças e o Dia do Pijama. Durante todo o mês de abril iluminou-se o edifício do Auditório Municipal de azul como forma de sensibilizar a comunidade para a prevenção dos maus-tratos.

Associámo-nos à semelhança dos anos transatos à Semana da Interculturalidade, uma iniciativa que a EAPN Portugal desenvolve desde 2014, em coorganização com a EAPN - Núcleo Distrital de Vila Real, dinamizando a Sessão de Capacitação subordinada ao tema - "Acolhimento e Integração de Refugiados e Migrantes". A estas entidades juntaram-se ainda a CPCJ do Peso da Régua, o Radar Social e a Equipa RSI| NLI da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua.

Participámos nas reuniões trimestrais da RIVD - "Rede Especializada para a Intervenção na Violência Doméstica em Contexto Familiar – RIVD – Comarca/Distrito de Vila Real", com vista a dar resposta na proteção e combate à violência contra mulheres e à violência doméstica.

No âmbito do Núcleo de Garantia para a Infância de Peso da Régua participámos em reuniões (online), pelas equipas técnicas com o objetivo de colocar em curso as linhas orientadoras deste programa, o que ainda não se concretizou até à data por falta de inoperância do próprio programa.

A intervenção da ação social do Município é também efetivada através do Gabinete de Ação Social e Habitação de forma presencial e não presencial, por atendimentos telefónicos, visitas, encaminhamentos, em articulação institucional, que se traduz de janeiro a dezembro de 2025 nos seguintes números: 1 250 atendimentos (média de 5 atendimentos por dia); 250 visitas domiciliárias; 50 reuniões de trabalho/parceria;

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the name "Helele" and several illegible signatures.

cerca de 60 encaminhamentos para instituições parceiras.

O número médio de atendimentos por mês foi de 100, sendo realizado de forma presencial ou telefonicamente. Em relação às visitas domiciliárias efetuadas, estão contempladas as visitas no âmbito da atividade dos Cabazes de Natal num total de 550 inscrições.

À exceção do contabilizado no decorrer da entrega de cabazes de Natal foram realizadas cerca de 45 visitas/mês. No seguimento, realizaram-se em média cerca de 4 reuniões/mês com os parceiros.

Em relação ao funcionamento do Espaço S, a Câmara Municipal manteve, durante o ano de 2025, o Espaço S, através da inclusão de dois elementos desempregados, inseridos através da Medida + Emprego, em articulação com o IEFP.

Ao longo de 2025, o Espaço Solidário apoiou uma média de 60 famílias/mês, na procura de bens, nomeadamente, vestuário e calçado e cerca de 40 famílias foram apoiadas com mobiliário.

No seguimento da política municipal de apoio e incentivo aos estudantes do Concelho ao Ensino Superior e considerando a vulnerabilidade económica das famílias, no ano letivo 2024/2025 foram atribuídas 71 bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior que frequentam a licenciatura, no valor de 750,00 € por cada aluno, perfazendo um total de 53.250,00 €.

No âmbito da intervenção comunitária e ao longo do ano de 2025 foram realizadas as seguintes atividades:

- Participação em reuniões quinzenais e colaboração com o Núcleo Local de Inserção, protocolo entre a SCM e o ISS, na sinalização, agilização e acompanhamento dos utentes com processos de RSI;
- Realização de trabalho em parceria com o Gabinete de Inserção Profissional, na sinalização e encaminhamento de casos.

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

No âmbito da transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da Ação Social operada pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, foi criado o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) do Peso da Régua. Nesse domínio, o município passou a assumir funções no âmbito da ação social, nomeadamente, na possibilidade de atribuição e apoios económicos a públicos devidamente carenciados e com critério de fragilidade económica, foram efetuados 8 apoios económicos e 10 apoios de carácter imediato denominados de apoios através do fundo de manuseio mensal deste serviço, para pagamento urgente de bens essenciais, como alimentação, água, luz e medicação.

De janeiro a dezembro de 2025 o denominado SAAS efetuou 82 atendimentos, encaminhamentos e pedidos de ingresso em resposta social adequada à problemática, nomeadamente, sinalização e encaminhamento de idosos para ingresso em vaga social, 7 referenciações com enquadramento em Estrutura Residencial para Idosos, tuteladas pelo ISS, bem como adotou como instrumento de trabalho a



base de dados e trabalho do WEBSISS, sistema da segurança social.

No âmbito da Comissão Municipal de Apoio ao Idoso (CMAI) foi elaborado relatório do I Encontro CMAI, com dificuldades e necessidades identificadas e que fragilizam à atuação destas comissões de idosos. Foram efetuadas 30 sinalizações de situações de idosos a carecer de acompanhamento por parte da comissão, remetidos 3 processos para tribunal e efetuadas 23 visitas domiciliárias neste âmbito.

Durante o ano transato, foram efetuadas 206 visitas (com reincidência), numa média mensal de 18 visitas mês. Resulta, ainda, do trabalho desta comissão a construção de relação de proximidade com o Ministério Público, no sentido de criação de fio condutor de situações limite e que, devem ser devidamente encaminhadas para esta entidade, por inexistência de resposta ou por impedimento do próprio idoso(a). Para o efeito, foram efetuadas reuniões junto desta entidade e, presentemente, nas situações de maior complexidade já existe essa disponibilidade de tempo para orientar situações afetas ao SAAS e CMAI.

HABITAÇÃO SOCIAL E ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO

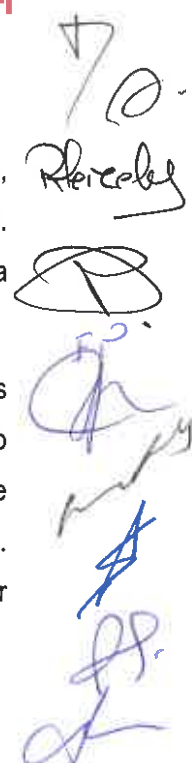
Tem sido através da implementação das suas Estratégias Locais de Habitação (ELH), que a ação dos Municípios se tem tornado um pilar fundamental para a resolução de um problema tão premente como se tem evidenciado ser o problema da habitação, mais concretamente do acesso a uma habitação condigna para as famílias.

Com a adoção de políticas de habitação, promotoras de condições de dignidade e habitabilidade, no seu território, o Município do Peso da Régua tem apostado fortemente na coesão social, económica e territorial, como fatores relevantes para a afirmação e competitividade do mesmo.

Face ao exposto, importa ressaltar que o Município do Peso da Régua encontra-se a executar, em pleno, a sua ELH, no âmbito do Programa 1.º Direito, criado pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), financiado pelo Programa de Recuperação e Resiliência (adiante designado PRR). Esta ELH tem um investimento total previsto de 26.229.463,08 €, dos quais 16.568.426,64 € para obras de fogos municipais e 9.661.036,44 € para obras em fogos de propriedade privada, por forma a ser possível atribuir uma habitação digna às famílias carenciadas do concelho, identificadas na sua ELH, através, não só da requalificação do seu parque público habitacional existente e da criação de novos fogos de arrendamento apoiado, mas também no apoio à reabilitação de fogos, propriedade de privados (adiante designados BD's), no âmbito do programa supramencionado.

Relativamente ao parque público habitacional, de fogos de propriedade e gestão municipal, foram submetidas, ao abrigo do Aviso N.º 01/CO2-i01/2021 – Programa de Apoio de Acesso à Habitação, 32 candidaturas, que correspondem a 223 fogos.

O gráfico 13 demonstra o ponto de situação, a 31/12/2025, de aprovação das mesmas, por parte do IHRU, com financiamento garantido pelo PRR.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large arrow pointing downwards and several illegible signatures.



Gráfico 13 - Ponto de situação de candidaturas submetidas da Câmara Municipal

A 31/12/2025 o Município recebeu a aprovação, por parte do IHRU, e assinou contratos de financiamento relativos a 19 candidaturas das 32 submetidas, que perfaz um valor financiado/contratado de 11.930.033,91 €.

Apresenta-se, de seguida, a distribuição, por freguesia, das 32 candidaturas submetidas, do Município, no que concerne ao seu ponto de situação.

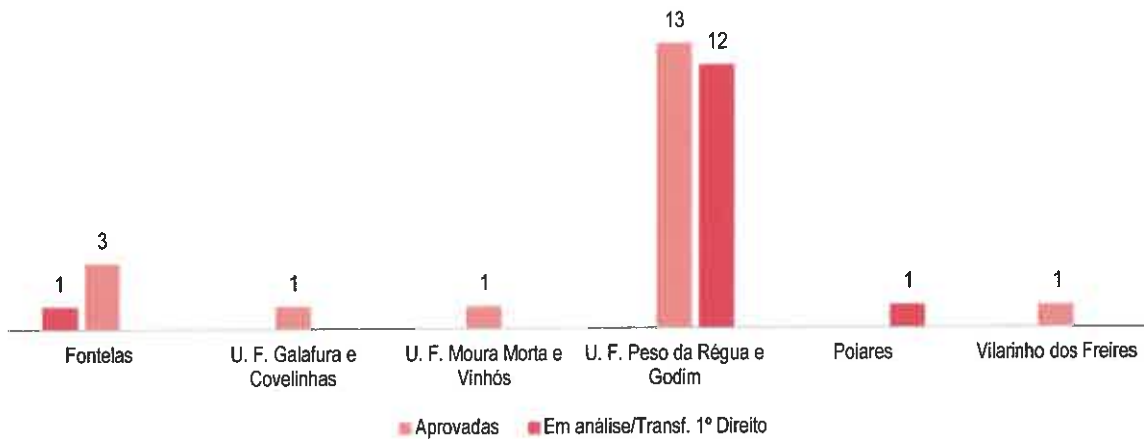


Gráfico 14 - Distribuição, por freguesia, de candidaturas da Câmara Municipal

Com execução iniciada em 2022, apresenta-se, no quadro abaixo, os valores candidatados, relativos a operações da Câmara Municipal, salientando-se que, cerca de 72 % obtiveram aprovação PRR (19 candidaturas) e os restantes foram transferidos para financiamento no Regime Geral do Programa 1.º Direito (13 candidaturas).

Solução Habitacional	Designação	Valor Candidatado C/IVA	Valor Aprovado C/IVA	Situação
Aquisição e Reabilitação	Casa do Eirô	319 874,21 €	319 874,21 €	A Contratar Obra
Reabilitação	Br. Fundo Fomento da Habitação - Bl. 21	281 873,20 €	281 873,20 €	Concluída
Reabilitação	Antigo Hotel Vilhena	1 330 134,47 €	1 330 134,47 €	Concluída
Reabilitação	Br. de Moura Morta	841 688,40 €	841 688,40 €	Em Obra
Reabilitação	Br. Junta Autónoma das Estradas	805 504,46 €	805 504,46 €	Em Obra
Reabilitação	Br. da Azenha	900 878,95 €	900 878,95 €	Em Obra
Reabilitação	Br. Diocese de Vila Real	1 519 242,47 €	1 519 242,47 €	Em Obra
Reabilitação	Br. de Fontelas	143 454,23 €	143 454,23 €	Em Obra
Aquisição e Reabilitação	Br. Fundo Fomento da Habitação - Bl. 21 - Fração H	68 140,25 €	68 140,25 €	Concluída
Aquisição e Reabilitação	Casa da Av. Dr. Manuel de Arriaga	299 929,00 €	289 679,05 €	Em Obra
Reabilitação	Casa de Covelinhas	160 165,00 €	160 165,00 €	Em Obra
Reabilitação	Escola de Fontelas	427 167,52 €	427 167,52 €	A Consignar Obra
Construção Nova	Rua Visconde da Régua	3 320 021,59 €	3 320 021,59 €	Em Obra
Reabilitação	Br. Fundo Fomento da Habitação - Bl. 22	296 668,27 €	296 668,27 €	Em Obra
Reabilitação	Br. Fundo Fomento da Habitação - Bl. 23	390 342,12 €	390 342,12 €	Em Obra
Reabilitação	Br. Fundação Salazar - Bl. 20	233 984,04 €	233 984,04 €	Em Obra
Reabilitação	Br. Fundação Salazar - Bl. 19	193 040,52 €	193 040,52 €	A Contratar Obra
Reabilitação	Antiga Escola da Preséueda	162 924,20 €	157 608,96 €	Em Obra
Reabilitação	Br. Fundação Salazar - Bl. 18	250 566,20 €	250 566,20 €	Em Obra
Reabilitação	Br. Calouste Gulbenkian - Bl. 17	67 666,30 €	- €	Aguarda aprovação
Reabilitação	Br. Calouste Gulbenkian - Bl. 14	64 533,36 €	- €	Aguarda aprovação
Reabilitação	Br. Calouste Gulbenkian - Bl. 6	67 666,30 €	- €	Aguarda aprovação
Reabilitação	Br. Calouste Gulbenkian - Bl. 5	119 855,74 €	- €	Aguarda aprovação
Reabilitação	Br. Calouste Gulbenkian - Bl. 3	54 296,01 €	- €	Aguarda aprovação
Reabilitação	Br. Calouste Gulbenkian - Bl. 4	129 055,65 €	- €	Aguarda aprovação
Reabilitação	Br. Calouste Gulbenkian - Bl. 16	68 196,30 €	- €	Aguarda aprovação
Reabilitação	Br. Calouste Gulbenkian - Bl. 1	65 924,80 €	- €	Aguarda aprovação
Construção Nova	Avª. Dr. Manuel de Arriaga	2 628 338,28 €	- €	Aguarda aprovação
Aquisição e Reabilitação	Casa de Poiares	193 574,40 €	- €	Aguarda aprovação
Aquisição e Reabilitação	Peso - Parcela C	601 615,10 €	- €	Aguarda aprovação
Aquisição e Reabilitação	Peso - Parcela D	282 972,90 €	- €	Aguarda aprovação
Aquisição e Reabilitação	Peso - Parcela F	279 132,40 €	- €	Aguarda aprovação
TOTAL		16 568 426,64 €	11 930 033,91 €	

Handwritten signatures and initials on the right side of the table, including 'Rerele', 'FIO', and others.

Quadro 1 - Valores relativos operações da Câmara Municipal, aprovados pelo PRR e transferidos para Regime Geral de 1º Direito

No que concerne a privados, foram, igualmente ao abrigo do Aviso N.º 01/CO2-i01/2021 – Programa de Apoio de Acesso à Habitação, submetidas 134 candidaturas.

Apresenta-se, de seguida, graficamente, o ponto de situação de aprovação das mesmas a 31/12/2025.

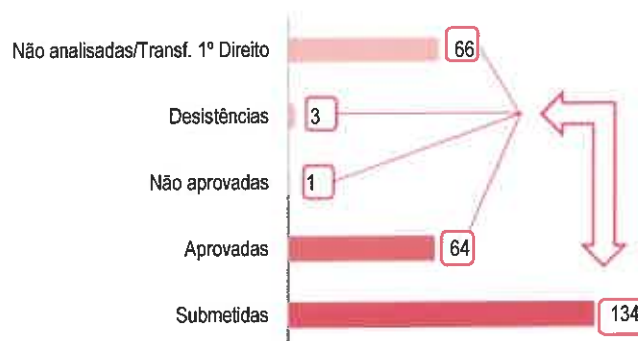


Gráfico 15 - Ponto de situação de candidaturas submetidas de BD's

A 31/12/2025 foi recebida a aprovação, por parte do IHRU, e assinados contratos de financiamento relativos

Recebe
TP
AS
af

a 64 candidaturas das 134 submetidas, que perfaz um valor financiado/contratado de 3.997.183,28 €.

O apoio prestado pelo Município aos BD's na instrução, submissão e acompanhamento das suas candidaturas é transversal a todo o concelho e, como tal, apresenta-se, no gráfico abaixo, a distribuição, por freguesia, das 134 candidaturas submetidas, relativas a BD's, no que concerne ao seu ponto de situação.

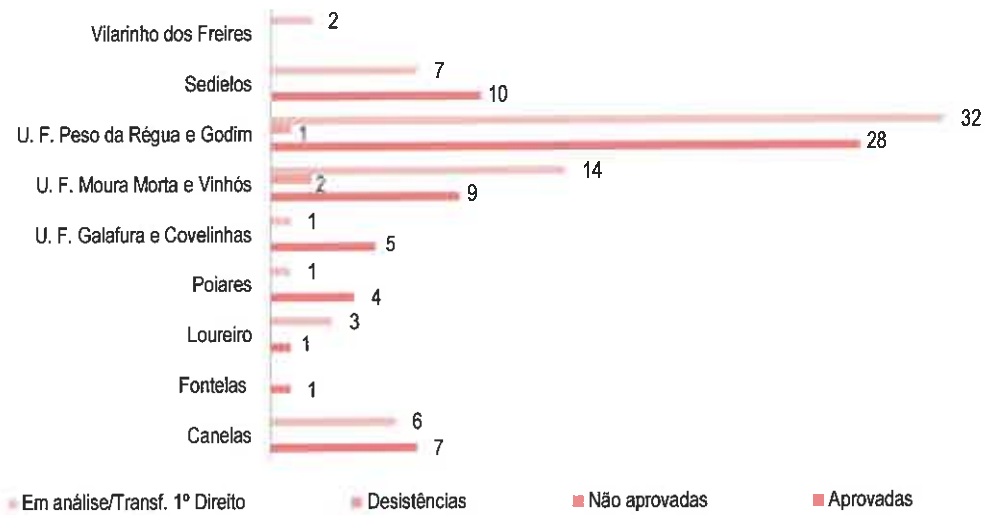


Gráfico 16 - Distribuição, por freguesia, de candidaturas de BD's

Com execução financeira iniciada em 2023, apresentam-se, no quadro abaixo, os valores executados até ao momento, relativos a candidaturas e operações de BD's, ressalvando-se que, tendo como referência o valor financiado/contratado, existe uma execução de cerca de 82 %.

Designação	Freguesia	Valor Candidatado C/IVA	Valor Aprovado C/IVA	Situação	Candidaturas (N.º)	Executado C/IVA
Privado (BD)	Canelas	584 193,03 €	584 193,03 €	Concluída	7	577 830,53 €
		648 662,00 €	- €	A aguardar aprovação	6	- €
TOTAL		1 232 855,03 €	584 193,03 €		13	577 830,53 €
Privado (BD)	Fontelas	86 547,50 €	- €	Não aprovada	1	- €
		TOTAL	86 547,50 €	- €		1
Privado (BD)	Loureiro	51 189,66 €	51 189,66 €	Concluída	1	50 803,75 €
		361 246,50 €	- €	A aguardar aprovação	3	- €
TOTAL		412 436,16 €	51 189,66 €		4	50 803,75 €
Privado (BD)	Poiares	56 252,50 €	56 252,50 €	Concluída	1	53 850,00 €
		207 434,38 €	207 434,38 €	Em obra	3	140 694,24 €
		97 972,50 €	- €	A aguardar aprovação	1	- €
TOTAL		361 659,38 €	263 686,88 €		5	194 544,24 €
Privado (BD)	U.F. Galafura e Covelinhas	300 033,30 €	300 033,30 €	Concluída	4	298 335,80 €
		100 182,15 €	100 182,15 €	Em obra	1	52 908,98 €
		160 671,50 €	- €	A aguardar aprovação	1	- €
TOTAL		560 886,95 €	400 215,45 €		6	351 244,78 €
Privado (BD)	U.F. Moura Morta e Vinhós	334 287,18 €	334 287,18 €	Concluída	6	330 897,58 €
		166 909,30 €	166 909,30 €	Em obra	2	120 637,50 €
		133 329,96 €	133 329,96 €	A contratar obra	1	6 150,00 €
		1 834 695,24 €	- €	A aguardar aprovação	14	- €
		125 986,50 €	- €	Desistências	2	- €
TOTAL		2 595 208,18 €	634 526,44 €		25	457 685,08 €
Privado (BD)	U.F. Peso da Régua e Godim	754 509,86 €	754 759,86 €	Concluída	19	732 081,27 €
		573 369,53 €	573 369,53 €	Em obra	9	293 106,11 €
		1 292 440,91 €	- €	A aguardar aprovação	32	- €
		59 152,70 €	- €	Desistências	1	- €
TOTAL		2 679 473,00 €	1 328 129,39 €		61	1 025 187,38 €
Privado (BD)	Sedielos	420 884,00 €	420 884,00 €	Concluída	6	411 696,51 €
		314 358,43 €	314 358,43 €	Em obra	4	214 597,89 €
		752 516,81 €	- €	A aguardar aprovação	7	- €
TOTAL		1 487 759,24 €	735 242,43 €		17	626 294,40 €
Privado (BD)	Vilarinho dos Freires	244 211,00 €	- €	A aguardar aprovação	2	- €
TOTAL		244 211,00 €	- €		2	- €
TOTAL		9 661 036,44 €	3 997 183,28 €		134	3 283 590,16 €








Quadro 2 - Valores relativos operações de BD's, aprovados pelo PRR e transferidos para Regime Geral de 1.º Direito

GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL (GIP)

No que respeita ao atendimento diário realizado, são recebidos em média de 15 utentes, onde a Técnica Animadora do GIP presta apoio aos mesmos na submissão de novos processos de desemprego, procura ativa de emprego, elaboração dos respetivos currículos vitae e cartas de apresentação, encaminhamentos para grupos de formação profissional e informação sobre as diversas medidas de apoio promovidas pelo IEFP, I.P, perfazendo uma média de 335 atendimentos/mês.

No decorrer do ano 2025, foram encaminhados para entrevistas presenciais, através de sites de procura ativa de emprego e ofertas registadas em gabinete, cerca de 745 utentes.

É também responsabilidade do GIP, a disponibilização de auxílio a todas as entidades empregadoras locais, no que respeita à submissão de candidaturas às diversas Medidas Ativas de Emprego e Medidas

de Apoio à Contratação, tendo sido estabelecidas parcerias com 25 Entidades Privadas e Públicas, pertencentes ao concelho do Peso da Régua, submetidas 30 candidaturas e colocados 56 munícipes reguenses. Após o início formal destes projetos, todas as Entidades foram igualmente apoiadas no que respeita à gestão dos processos das mesmas, nomeadamente no preenchimento de mapas de assiduidade, listagens de despesas pagas, elaboração de contratos, pedidos de reembolso, pedidos de encerramento de projetos, entre outras questões legais que possam surgir, sempre em articulação com os Técnicos do Serviço de Emprego de Vila Real.

No que concerne à vertente da formação profissional, o GIP conseguiu oferecer o encaminhamento de 613 munícipes para ofertas formativas disponibilizadas pelo Instituto de Formação Profissional de Vila Real, no âmbito de Cursos de Formação Modular, Cursos de Aprendizagem e Cursos EFA, maioritariamente nas áreas de Ação Educativa, Informática, Saúde, Assistente Familiar e Apoio à Comunidade e Inglês. Uma outra resposta do gabinete passa pela disponibilização de informação aos munícipes sobre a existência de outras possibilidades a nível formativo, ou pelo encaminhamento formal ou informal, para outras Entidades locais, tais como a ARDAD, A2000, Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo, e ainda para outras entidades formativas privadas a nível regional.

Em consonância com o ano 2024, o GIP fortificou de forma mais sólida, todas as suas parcerias com o Gabinete de Ação Social do Município, o Instituto da Segurança Social de Peso da Régua e projeto CLDS 5G, permitindo desta forma a todos os munícipes desempregados uma resposta mais concreta na área do emprego, direcionando-os e encaminhando os mesmos, para a oportunidade mais vantajosa, existente em cada momento.

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

O Município reconhece o desporto como um instrumento essencial para a promoção da qualidade de vida, defendendo o acesso generalizado à prática desportiva ao longo de todas as fases da vida. A atividade física, quando adaptada à idade e às capacidades de cada indivíduo, contribui não só para a saúde física e emocional, mas também para o fortalecimento das relações sociais e para o aumento da produtividade coletiva.

Neste contexto, a atividade física nos jovens e a continuidade da prática desportiva na idade adulta assumem um papel determinante na criação e manutenção de hábitos saudáveis, prevenindo os efeitos negativos da vida moderna. As autarquias têm, por isso, uma responsabilidade acrescida na implementação de políticas e projetos que respondam às necessidades e expectativas das suas comunidades.

O Município aposta na melhoria da qualidade e na diversificação da oferta desportiva, contando com o contributo fundamental do movimento associativo local. Paralelamente, existe uma preocupação em promover atividades que incentivem a ocupação saudável dos tempos livres, especialmente junto dos

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin of the page. The notes include a large arrow pointing upwards and to the right, the word 'Reirelel' written twice, and several illegible signatures and initials.

jovens e da população idosa.

Este relatório tem como principal objetivo apresentar e divulgar os níveis de ocupação e utilização dos equipamentos desportivos municipais, assente em valores como a comunicação, responsabilidade, confiança e competência, contribuindo para uma gestão mais eficiente e orientada para o bem-estar dos cidadãos.

Objetivos estratégicos e operacionais dos Equipamentos Desportivos

- Reforçar a capacidade de resposta às IPSS, proporcionando aos seniores do concelho atividades desportivas estimulantes e ajustadas às suas necessidades;
- Valorizar o desporto como fator essencial para a melhoria da qualidade de vida da população, pelos seus benefícios físicos e psicossociais;
- Criar e consolidar condições que favoreçam o desenvolvimento da atividade desportiva no concelho;
- Investir na qualificação e melhoria contínua dos serviços desportivos disponibilizados;
- Modernizar e otimizar os equipamentos desportivos existentes, garantindo a sua conservação e funcionalidade;
- Identificar e colmatar carências ao nível das infraestruturas desportivas;
- Expandir e valorizar espaços ao ar livre destinados a atividades lúdicas e desportivas;
- Promover uma gestão eficiente dos recursos, reduzindo custos de manutenção sem comprometer a qualidade;
- Alargar a participação desportiva a toda a população, incentivando a inclusão e o acesso universal à prática física.

Atividades e eventos desportivos | Pavilhão Municipal

- Torneio das vindimas/futsal (AAAD);
- Torneio de andebol/ADG;
- Torneio organizado pela Villa Regula;
- Concentração de andebol/traquinas;
- Concentração de futsal/traquinas;
- Festand de andebol, infantis masculinos e femininos;
- Atividades e aulas da escola EB 2,3;
- Desporto Escolar/competição;
- Férias 100%;
- Atividades relacionadas com o boccia sénior;
- Torneio de voleibol (Clube Voleibol da Régua);
- Jogos dos quadros competitivos das diversas modalidades e escalões (futsal, andebol e voleibol);
- Ceias de Natal (Município do Peso da Régua);
- Festa de Natal do Patronato de Godim;



- Festas de encerramento do ano letivo:

O Pavilhão Multiusos António Saraiva mantém um elevado nível de utilização, registando, durante a semana, uma ocupação praticamente contínua entre as 9h00 e as 00h30. Aos fins de semana, verifica-se igualmente uma taxa de ocupação máxima, decorrente da realização dos jogos inseridos nos respetivos quadros competitivos.



Gráfico 17 – Ocupação do Pavilhão Multiusos António Saraiva

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the name 'Raícel' and several illegible signatures.

Atividades/Eventos Desportivos – Estádio Municipal

- Treinos e jogos de todos os Escalões de Futebol11 e Futebol7, desde as Escolinhas aos Veteranos;
- Férias 100%;
- Jogos recreativos de diversos grupos.

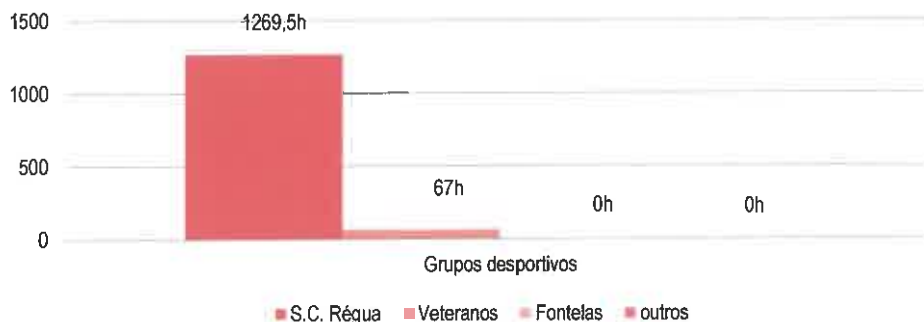


Gráfico 18 – Ocupação do Estádio Municipal Artur Vasques

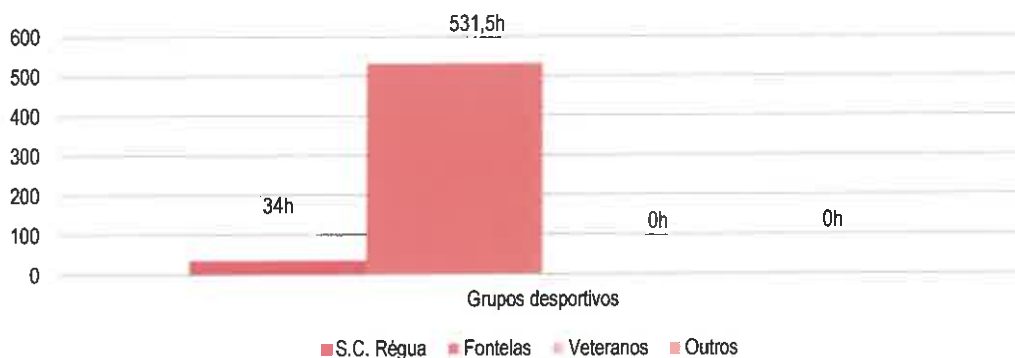


Gráfico 19 – Ocupação do Campo Dr. Rui Machado/Fontelas

Instalações	Nº Total De Utilizadores	Nº Total De Horas
Pavilhão Multiusos António Saraiva	26.575	2.597,5h
Estádio Municipal Artur Vasques	22.145	1.339h
Campo Dr. Rui Machado	-----	565,5h
Total	48.720	4.502h

Quadro 3- Número total de utilizadores e horas de utilização dos respetivos equipamentos desportivos.

PISCINAS MUNICIPAIS

Em 2025 as Piscinas Municipais do Peso da Régua demonstraram, uma vez mais, capacidade de oferecer um serviço de qualidade e consolidaram-se como o grande ponto de encontro para quem procura movimento, saúde e equilíbrio no concelho. O município reforçou o seu compromisso com o bem-estar da comunidade apostando em ideias novas, ampliando significativamente a oferta de atividades e cuidando das instalações/equipamentos da infraestrutura, para que cada visita culmine numa experiência positiva, acolhedora e aberta a todos.

As piscinas municipais mantiveram-se como um motor essencial da promoção da vida ativa, através de uma panóplia, diversificada, de atividades e programas. Cada faixa etária e cada necessidade encontra nesta infraestrutura o seu espaço para a melhoria da qualidade de vida. Pensada de raiz para abraçar crianças, jovens, adultos, seniores e pessoas com condições específicas, possui uma programação rica e variada de aulas, desde sessões de fitness aquáticas e terrestres, a saber:

▪ AULAS DE NATAÇÃO

Oferta completa e inclusiva de aulas em ambiente aquático, pensadas para todos os públicos e diferentes níveis desde as primeiras braçadas e pernadas na natação para bebés, passando pelo ensino e aperfeiçoamento das técnicas na natação < 16 anos e adultos até ao treino avançado para atletas do Clube Municipal de Nataação que representa o nosso concelho nas mais variadas provas regionais e nacionais. Com resultados desportivos assinaláveis como são exemplo os títulos nacionais alcançados.

▪ AULAS DE AQUAFITNESS

Os programas aquáticos continuam a afirmar-se como uma oferta de grande relevância, através de sessões dinâmicas que conjugam a prática de exercício físico com os benefícios terapêuticos da água. Destacam-se as aulas de hidroginástica, as sessões de hidrobike, as atividades de hidrosénior e os programas específicos de hidroterapia. Estas modalidades revelam-se particularmente adequadas para quem procura melhorar a condição física, promover a recuperação funcional ou, simplesmente, usufruir de momentos de bem-estar e revitalização do corpo e da mente.

▪ PROGRAMAS DE FITNESS

As Piscinas Municipais disponibilizam igualmente um diversificado conjunto de atividades fora do meio aquático, desenvolvidas em diferentes espaços e orientadas não apenas para a melhoria da condição física, mas também para a promoção do bem-estar, do equilíbrio emocional e da vitalidade no quotidiano dos seus utilizadores. Esta oferta procura manter elevados níveis de motivação e proporcionar resultados consistentes, respondendo aos diferentes objetivos e perfis dos participantes.

Entre as modalidades disponibilizadas destacam-se dance, localizada, YourFit Jump, YourFit Pump, YourFit Core, treino funcional, Fit Bum Bum, GAP, Cardio FT e pilates, garantindo uma programação variada e adaptada a diferentes níveis de prática e necessidades.

Paralelamente, o grupo Dance Kids continua a registar um crescimento assinalável, consolidando a sua presença na dinâmica desportiva e cultural. Dirigido a crianças e jovens entre os 3 e os 18 anos, este grupo promove o ensino e a prática da dança, culminando anualmente na realização de dois espetáculos de grande participação e visibilidade, bem como na presença regular em galas e eventos na região:

▪ PARCERIAS COM ESCOLAS

A colaboração com o Agrupamento de Escolas João Araújo Correia manteve-se sólida e consistente, assegurando que as crianças e jovens, do 1.º ao 12.º ano de escolaridade, continuassem a beneficiar de acesso regular a sessões de natação. Paralelamente, foi dada especial atenção ao desenvolvimento de programas adaptados para alunos com necessidades educativas especiais, reforçando o compromisso com a inclusão, a igualdade de oportunidades e a promoção da prática desportiva para todos:

▪ EVENTOS

O ano de 2025 ficou marcado por uma agenda particularmente rica e diversificada de iniciativas, que combinaram momentos de diversão, convívio e competição, envolvendo de forma significativa a comunidade. Ao longo do ano, foram promovidas diversas atividades especiais que contribuíram para dinamizar as Piscinas Municipais e reforçar o espírito de participação entre utentes de todas as idades.

Entre os momentos de maior destaque estiveram o Especial Halloween, o Festival de Escolas de Natação, a celebração do 14.º aniversário das Piscinas Municipais, o estágio interno de cadetes, o Festival de Carnaval, os Campeonatos Regionais de Natação, as comemorações do Dia Mundial da Criança, a

Receber
EP
EP
EP
EP
EP

Semana do Desporto e a iniciativa Verão 100 % Fitness, eventos que evidenciaram o dinamismo e a forte ligação destas instalações à comunidade;

▪ **QUALIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES**

Ao longo do ano, as instalações foram alvo de diversas intervenções com o objetivo de garantir elevados padrões de qualidade na prestação de serviços, bem como reforçar o conforto e a segurança dos utilizadores.

Modernização de equipamentos: Procedeu-se ao reinvestimento em materiais didáticos destinados às atividades aquáticas e terrestres, bem como à substituição de equipamentos essenciais ao bom funcionamento das piscinas, nomeadamente sistemas de filtração, bombas e mecanismos de tratamento de água e ar, assegurando elevados níveis de segurança, eficiência e qualidade ambiental.

Manutenção preventiva e corretiva: Com vista a garantir um ambiente funcional, seguro e atrativo para todos os utilizadores, foram realizadas diversas intervenções, tanto no interior como no exterior da nave das piscinas. Entre as principais ações destacam-se o reforço das juntas no tanque de aprendizagem, a substituição de grelhas nos balneários e melhorias no sistema de iluminação.

▪ **ENTRADAS/ACESSOS NA INFRAESTRUTURA | PISCINAS MUNICIPAIS**

	NATAÇÃO E AQUAFITNESS	REGIME LIVRE	AULAS DE GRUPO EM ESTÚDIO	DANCE KIDS	ENTIDADES (ESCOLAS E INSTITUIÇÕES)	TOTAL MENSAL ENTRADAS/ACESSOS
JANEIRO	2213	256	985	705	525	4684
FEVEREIRO	2124	195	972	767	692	4750
MARÇO	2310	209	967	798	572	4856
ABRIL	1972	222	951	774	225	4144
MAIO	2492	222	930	786	959	5389
JUNHO	1708	184	819	810	307	3828
JULHO	ENCERRADOS					
AGOSTO	ENCERRADOS					
SETEMBRO	2287	192	948	531	100	4058
OUTUBRO	2577	248	1190	729	1071	5815
NOVEMBRO	2266	204	833	815	867	4985
DEZEMBRO	1432	141	622	689	124	3008
TOTAL ANUAL P/ ATIVIDADE	21381	2073	9217	7404	5442	45517

Quadro 4 – Acessos nas Piscinas Municipais

▪ COMPARAÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE MEMBROS ATIVOS COM ANOS ANTERIORES

	2021	2022	2023	2024	2025
JANEIRO	350	604	760	833	941
FEVEREIRO	277	513	722	839	956
MARÇO	93	516	749	846	969
ABRIL	140	573	764	860	971
MAIO	283	601	755	843	972
JUNHO	255	578	732	801	906
JULHO	ENCERRADOS				
AGOSTO					
SETEMBRO	505	556	702	780	918
OUTUBRO	628	711	807	885	1032
NOVEMBRO	679	773	853	942	1065
DEZEMBRO	683	755	844	933	1023

Recebel

Quadro 5 - COMPARAÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE MEMBROS ATIVOS COM ANOS ANTERIORES

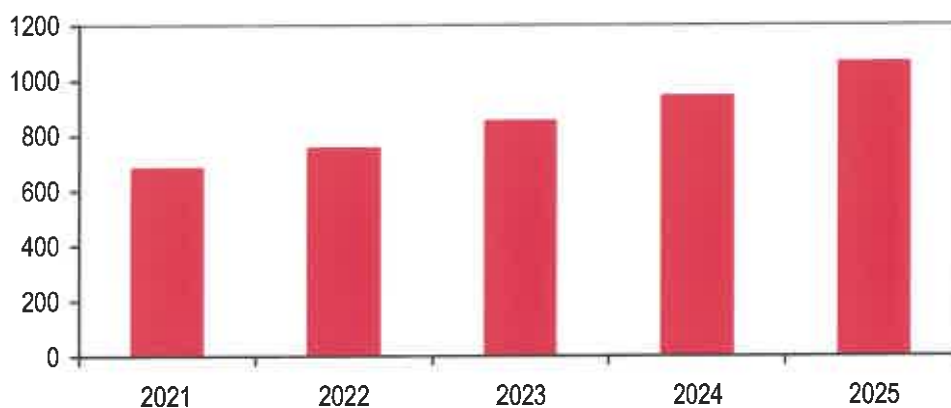


Gráfico 20 - Número máximo de utentes ativos nos últimos 5 anos

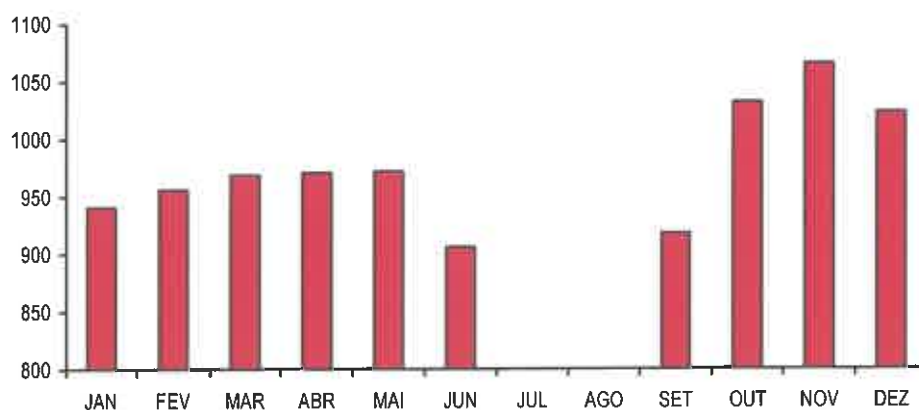


Gráfico 21 - Número máximo de utentes ativos em 2025

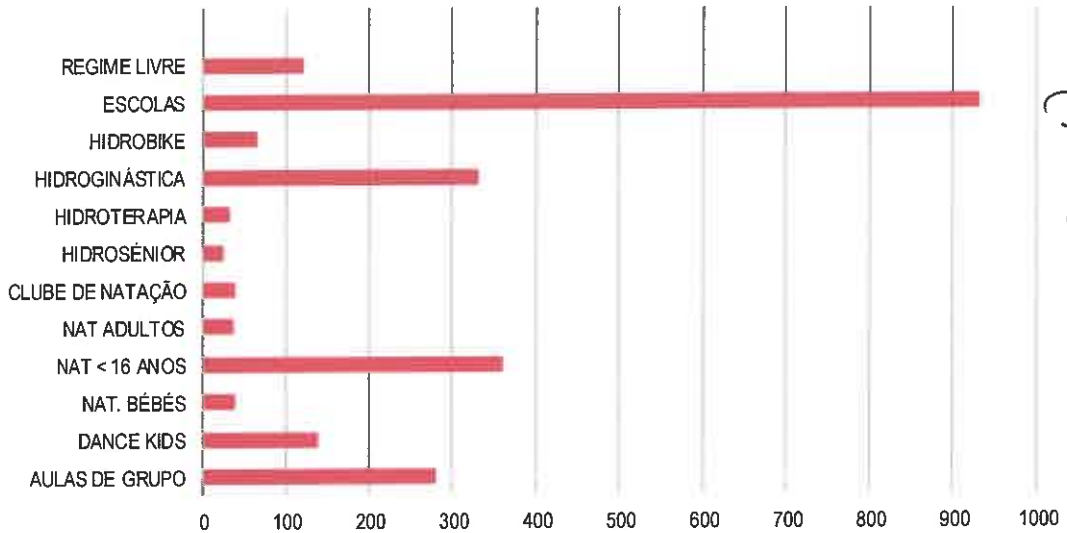


Gráfico 22 – Utentes por modalidade

O ano de 2025 reflete o compromisso do Município com a qualidade de vida da população, incentivando hábitos saudáveis e a inclusão social através do desporto. As Piscinas Municipais do Peso da Régua voltaram a afirmar-se como um centro de referência para a promoção da atividade física e do bem-estar na comunidade. O balanço positivo de 2025 permite continuar a projetar um futuro ainda mais promissor, com novas iniciativas e estratégias que continuarão a valorizar e dinamizar este equipamento municipal.

Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including a large arrow pointing down and several illegible signatures.

Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including a large arrow pointing down, and the name "Kerebel" written in black ink.



DAF

DIVISÃO ADMISTRATIVA E FINANCEIRA

Enquadramento

A Divisão Administrativa e Financeira (DAF), nos termos do Regulamento Interno dos Serviços Municipais, é uma unidade orgânica flexível, dirigida por um Chefe de Divisão a quem compete:

- A coordenação e direção dos respetivos serviços, designadamente no âmbito do apoio geral aos órgãos da autarquia, do expediente e arquivo, da gestão e valorização dos recursos humanos, bem como prestar todos os serviços comuns de apoio às demais Divisões Operativas;
- A coordenação e direção dos respetivos serviços, designadamente a Tesouraria, no âmbito da gestão financeira, do controlo e registo de bens da autarquia, gerir e otimizar os recursos financeiros e patrimoniais, bem como prestar todos os serviços comuns de apoio à atividade das demais Divisões Operativas;
- Gerir o setor de apoio Jurídico e Contencioso que presta informação técnico-jurídica sobre quaisquer questões ou processos que lhe sejam submetidos pela Câmara Municipal ou pelo Presidente;
- Gerir o Setor de apoio ao Município que cria uma ligação cada vez mais direta com os municípios, caminhando o sentido do seu atendimento mais célere, eficaz, personalizado, integrando a sua participação de uma forma ativa.

A DAF tem a seguinte composição e dotação de pessoal, por subunidade orgânica:

Subunidade	Coordenador Técnico	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional
● Secção de Pessoal	1	1	2	0
Setor de apoio ao Município	0	0	0	3
Setor de Expediente, Arquivo e Serviços gerais	0	0	3	1
Setor de apoio à Assembleia Municipal	0	0	1	0
● Secção de Taxas e Licenças	0	0	2	0
● Secção de Contabilidade	1	1	3	1
Setor de Aprovisionamento e Património		1	3	0
● Tesouraria	1	0	1	0
● Setor de Apoio Jurídico e contencioso	0	1	0	0
TOTAL	3	4	15	5

Esta Unidade Orgânica, DAF, no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) tem assumida a:

Missão

A missão específica desta divisão consiste no apoio aos órgãos autárquicos e seus membros, gerir com eficiência, eficácia e qualidade os recursos humanos, cumprir prazos, divulgar documentos internos e

normas a adotar pelos serviços, executar a gestão de procedimentos administrativos, tratamento e difusão de legislação, jurisprudência, doutrina e outras informações relevantes, controlo das adjudicações em curso e de outros procedimentos de contratação, executar a gestão de procedimentos de fiscalidade e contabilísticos, elaboração de documentos previsionais e prestação de contas, fornecer informação fiável e em tempo útil e instruir o processo de decisão.

Objetivos Estratégicos (O.E):

O.E. 1- Melhorar a Qualidade de prestação de informação ao executivo relativo aos recursos humanos; à contratação e demais procedimentos técnicos e administrativos, fornecer informação fiável e em tempo útil e instruir os processos de decisão.

O.E 2- Melhorar a Qualidade de prestação de informação ao executivo relativo aos recursos, financeiros: executar planos de orçamento; e demais procedimentos contabilísticos

O.E. 3- Melhorar procedimentos por forma a tornar a informação mais célere e eficaz entre serviços

O.E. 4- Assegurar que os processos e as tarefas da responsabilidade da divisão sejam realizados dentro dos prazos estabelecidos

O.E- 5- Aumentar a capacidade de resposta no âmbito das atividades municipais por forma a garantir uma satisfação total das necessidades dos munícipes

O.E- 6- Garantir o rigor, a transparência e a celeridade nos processos de análise

O.E-7- Promover a formação dos trabalhadores

A fim de fixarmos a base para análise da evolução do desempenho e cumprimento dos objetivos Estratégicos e operacionais, apresentam-se os seguintes dados reportados à atividade desenvolvida pelas subunidades no ano 2024 e 2025:

1. Tratamento de Expediente

Serviço	Total 2024	Total 2025
Entradas de correspondência (Papel)	55.000	11.194
Saídas de correspondência (Papel)	6.933	6.619
Correio Eletrónico Tratado	Recebido: 55.000 Tratado 10.000	Recebido: 50.500 Tratado 9.500
Requisições de documentos ao arquivo	75	122

2. Licenciamentos Diversos

Serviço	N.º de licenças emitidas 2024	N.º de licenças emitidas 2025
Licença Especial de Ruído/ Autorização de Lançamento de fogo	46	58
Licença de Evento Desportivo/Manifestações de Cultural	18	22
Licença de Recinto Improvisado	1	1
Publicidade / Ocupação da Via Pub/ Toldos	166	190
TOTAL	231	271

Recebu


3. Outros Licenciamentos

Serviço	Total 2024	Total 2025
Averbamentos às Licenças de Táxis (Titular e/ou Veículo)	10	6
Inumações	131	107
Exumações/Trasladações	5	8
Concessões de terreno	19	16
TOTAL	165	137

4. Contratação Pública/tipo de procedimento

Tipo de Procedimento Adotado	N.º de procedimentos Executados 2024	N.º de procedimentos Executados 2025
Aquisição de serviços	64	77
Locação ou aquisição de bens móveis	25	26
Acordo Quadro	2	4

5. Setor de Apoio Jurídico e Contencioso

Serviço Realizado	Total 2024	Tota 2025
Contratos celebrados por oficial público	83	108
Processos de expropriação	4	0
Processos de compra e venda	2	2
Preparação de ações para tribunal	5	2
Contraordenações rodoviárias	38	165
Outros processos de contraordenação	23	29
TOTAL	155	306

6. Recursos Humanos do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal

Os dados que de seguida se apresentam dizem respeito ao total dos Recursos Humanos do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, que estão integrados nas quatro unidades flexíveis:

Handwritten notes and signatures:
 7
 Raiceles
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Outros	Total
Comissão de Serviço	5	1	0	0	0	6
CTFP por tempo indeterminado	0	47	70	192	7	316
CTFP a termo resolutivo certo	0	0	0	0	0	0
CTFP a termo resolutivo incerto	0	0	0	0	0	0
Outra	0	0	0	5	0	5
TOTAL	5	47	70	197	7	327

DISTRIBUIÇÃO POR CARGO/CARREIRA E GÉNERO

A 31 de dezembro de 2025 o número de trabalhadores era de 327. Consta-se o predomínio da carreira de assistente operacional.

Verifica-se um rácio de 65,4 trabalhadores por dirigente, mantendo-se a média global de efetivos em 2025 comparativamente a 2024.

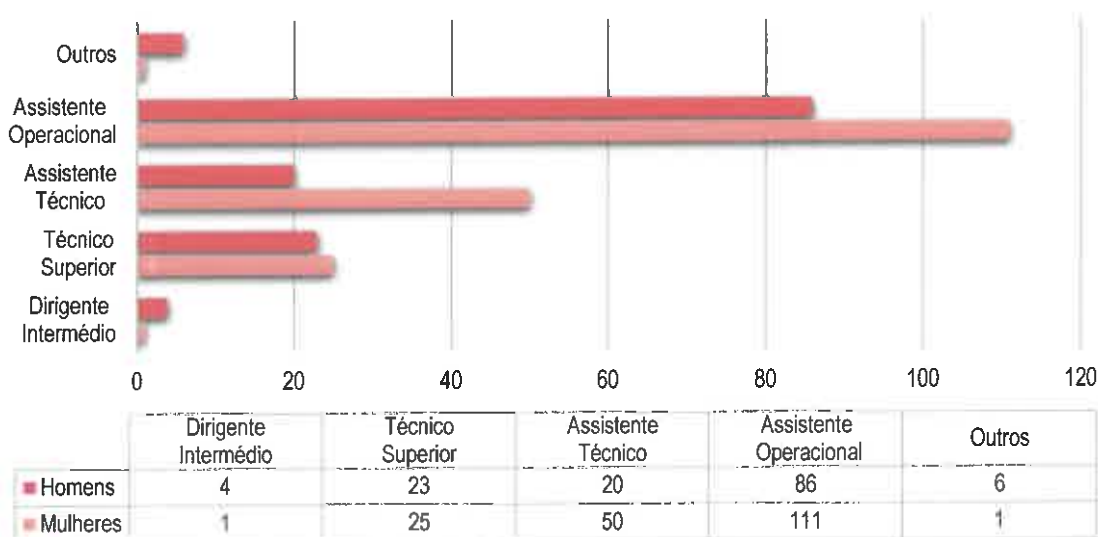


Gráfico 23 – Rácio de trabalhadores por dirigente

Distribuição por cargo/carreira e género

O número de mulheres é ligeiramente superior ao número de homens, sendo que os homens constituem 42,5 % dos trabalhadores. De salientar que as mulheres estão inseridas na sua maioria nas carreiras de técnico superior, assistente técnico e assistente operacional.

		Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros	TOTAL
2025	♂	4	22	20	86	6	139
	♀	1	25	50	106	1	188
	TOTAL	5	47	70	192	7	327
2024	♂	4	20	19	92	6	141
	♀	1	23	52	109	1	186
	TOTAL	5	43	71	201	7	327
2023	♂	5	20	19	91	6	141
	♀	1	24	48	103	1	177
	TOTAL	6	44	67	194	7	318
2022	♂	5	21	21	86	6	139
	♀	1	23	48	98	1	171
	TOTAL	6	44	69	184	7	310
2021	♂	4	22	21	86	6	139
	♀	0	24	50	106	0	180
	TOTAL	4	46	71	192	6	319
2020	♂	4	13	22	91	6	136
	♀	0	21	48	106	0	175
	TOTAL	4	33	63	197	5	311
2019	♂	4	21	24	91	1	141
	♀	0	25	39	69	0	133
	TOTAL	4	46	63	160	1	274
2018	♂	4	20	24	95	1	144
	♀	0	22	36	78	0	136
	TOTAL	4	42	60	173	1	280
2017	♂	4	20	25	89	1	139
	♀	0	23	34	78	0	135
	TOTAL	4	43	59	167	1	274

Handwritten notes and signatures:
 - A large arrow pointing upwards.
 - The name "Renele" written in blue ink.
 - A circled signature in blue ink.
 - Another signature in blue ink.
 - A signature in blue ink with a large "S" or "H" character.
 - A signature in blue ink at the bottom.

DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÃO ETÁRIO

Analisando a distribuição por escalão etário, verifica-se que 29 % dos funcionários têm 60 ou mais anos, 31 % têm entre 50 e 59 anos e 26 % têm entre 40 e 49 anos de idade, permitindo concluir que 87 % da totalidade dos funcionários apresentam 40 ou mais anos.

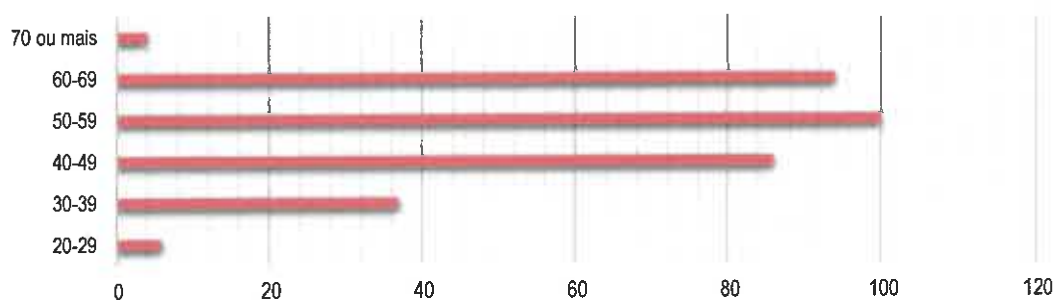


Gráfico 24 – Distribuição dos trabalhadores por escalão etário

Trabalhadores segundo faixa etária

Pela análise do seguinte quadro, verificamos que o grupo etário mais representado situa-se entre os 50 e 59 anos, no qual estão 100 funcionários, dos quais, 52 são mulheres e 48 são homens, representando, assim, 30,7 % do universo dos trabalhadores.

Escalão Etário	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65 ou +
Homens	0	3	9	7	16	18	20	28	27	11
Mulheres	0	3	5	16	23	29	29	23	36	24
TOTAL	0	6	14	23	39	47	49	51	63	35
	6		37		86		100		98	

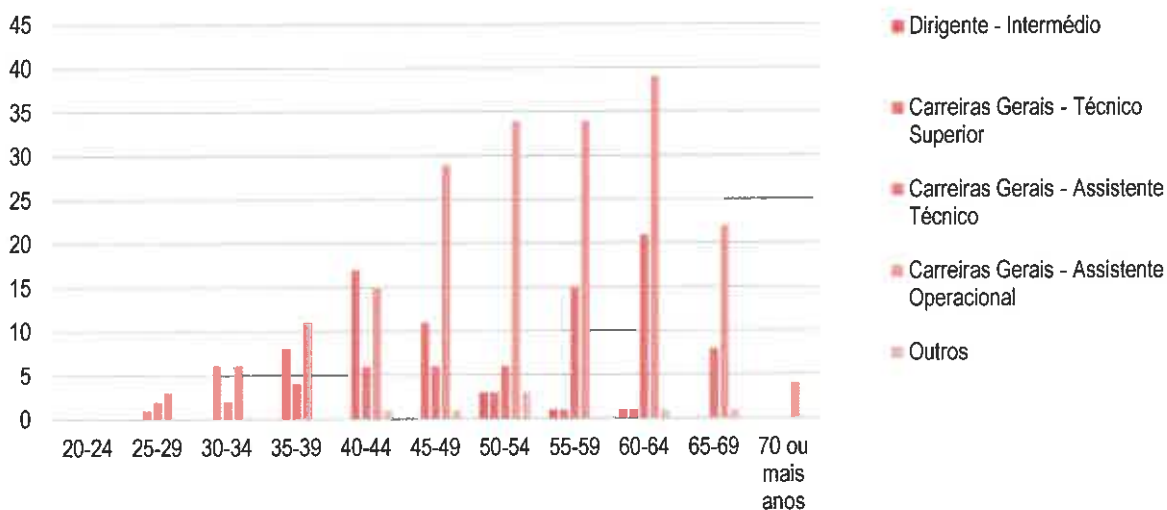


Gráfico 25 – Distribuição etária pelas diferentes carreiras

Observa-se que nos escalões mais jovens, inferiores a 35 anos, predominam as carreiras de técnico superior e assistente operacional, enquanto nos escalões com idades superiores a 40 anos, predomina a de assistente operacional.

ANTIGUIDADE

Da análise deste parâmetro verifica-se que mais de metade do total de trabalhadores, exerce as suas funções há mais de 10 anos, o que manifesta um sentido de continuidade na prestação do serviço à comunidade.

Racely
[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]

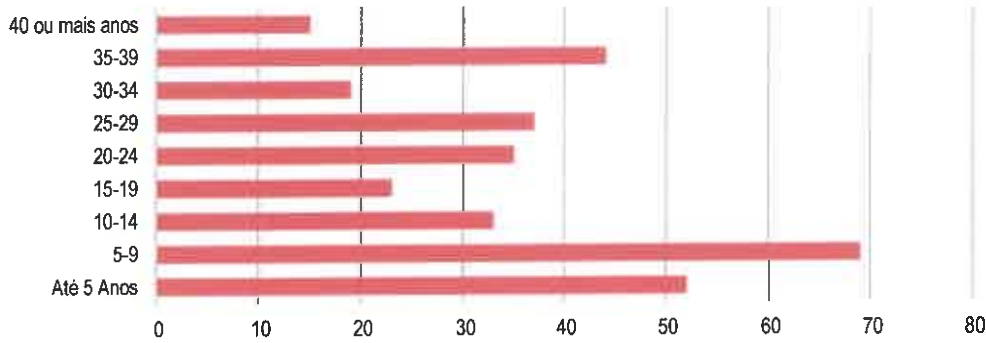


Gráfico 26 – Antiguidade dos trabalhadores

A Câmara Municipal, como órgão público responsável por representar e administrar os interesses da comunidade local, conta com uma equipa diversificada de trabalhadores, cada um trazendo consigo conhecimento, habilidades e experiências únicas. As habilitações dos trabalhadores são variadas e abrangentes, sendo essa diversidade de competências e conhecimentos essencial para garantir o funcionamento eficaz e eficiente da Câmara Municipal, permitindo que ela atenda às necessidades da comunidade de forma abrangente e responsiva.

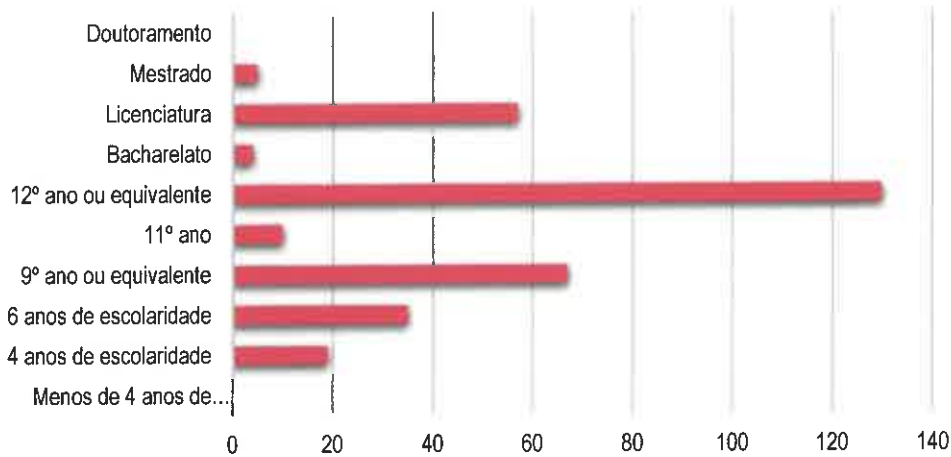


Gráfico 27 – Habilitações dos trabalhadores

O Município tem efetuado um enorme esforço no sentido de promover ações de formação, que permitam aos seus trabalhadores adquirir e aprimorar competências essenciais para o desempenho eficaz das suas funções, garantindo que estejam sempre atualizados nas respetivas áreas de atuação, resultando numa equipa mais capacitada e preparada para atender às necessidades da comunidade de forma eficiente e responsável.

Verifica-se que, 17,43 % dos trabalhadores possui licenciatura, enquanto 20,49 % possuem o 9.º ano ou

equivalente, sendo 39,76 % a percentagem de trabalhadores com o 12.º ano.

	Dirigente Intermediário	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Outros	Total
< 4º ano de escolaridade	0	0	0	0	0	0
4º ano de escolaridade	0	0	0	19	0	19
6º ano de escolaridade	0	0	1	34	0	35
9º ano ou equivalente	0	0	11	55	1	67
11º ano	0	0	6	4	0	10
12º ano ou equivalente	0	0	46	78	6	130
Bacharelato	0	3	0	1	0	4
Licenciatura	5	41	6	5	0	57
Mestrado	0	4	0	1	0	5
Doutoramento	0	0	0	0	0	0
TOTAL	5	48	70	197	7	327

Handwritten notes and signatures:
 - An arrow pointing to the table.
 - A signature: "K. Almeida"
 - A circled signature: "E.P."
 - A signature: "W.M."
 - A signature: "A."
 - A signature: "H.P."
 - A signature: "A.P."

Recursos humanos através do Contrato de Emprego e Inserção (CEI) e Contrato de Emprego e Inserção+ (CEI+)

A análise da tendência dos contratos de emprego inserção (CEI) e inserção + (CEI+), que de acordo com a nova terminologia são, + Ativação e + Inclusão, respetivamente, revela padrões distintos ao longo dos anos recentes.

No caso dos contratos de emprego inserção (CEI), observa-se uma tendência decrescente relativamente a 2024. Por outro lado, em relação aos contratos de emprego inserção + (CEI+), nota-se um acréscimo na tendência desde 2024.

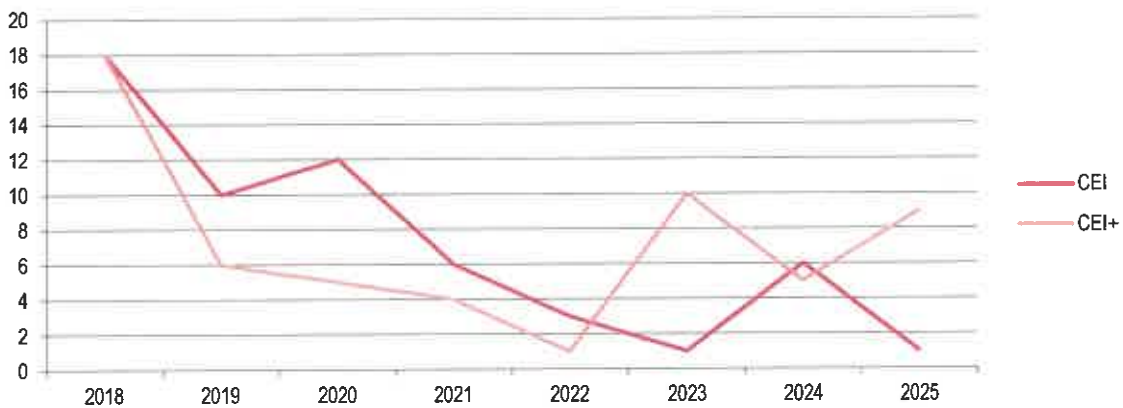


Gráfico 28 – Contratos Emprego Inserção/Contratos emprego Inserção+

REPARTIÇÃO GLOBAL DO TIPO DE AUSÊNCIA

Ausências por tipologia

TIPO DE FALTA	2025 Dias ausência
Doença	7489,5
Acidente em serviço	582
Injustificadas	20
Casamento	45
Proteção na Parentalidade	503
Trabalhador-Estudante	6
Falecimento de familiar	103
Assistência a familiares	5
Greve e atividade Sindical	156
Outras a)	385
TOTAL	9.294,50

a) Dias de ausência para cumprimento de obrigações legais, provas de concurso, socorismo, doação de sangue, tratamento ambulatorio, atividade associativismo, primeiro dia de aulas, licenças de vencimento pontuais, dispensa de funções, doenças crónicas.

Ausências por cargo/Categoria

Cargo/Carreira	Dirigente	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros	Total Dias ausência
Doença	11	254	1679,5	5541	4	7489,5
Acidente em serviço	0	0	239	343	0	582
Injustificadas	20	0	0	0	0	20
Casamento	0	30	15	0	0	45
Proteção na Parentalidade	0	251	193	55	4	503
Trabalhador-Estudante	0	0	6	0	0	6
Falecimento de familiar	0	11	29	63	0	103
Assistência à família	0	0	0	5	0	5
Greve e atividade Sindical	0	0	10	145	1	156
Outras	0	148	40	188	9	385
TOTAL	31	694	2211,5	6340	18	9.294,50

ENCARGOS COM O PESSOAL

Os encargos com o pessoal ascenderam em 2025 a 5 944 930,41 €, dos quais 86,99 % destinaram-se ao pagamento de remunerações base:

	2025
REMUNERAÇÕES BASE	5 171 494,11 €
Suplementos Remuneratórios	345 596,63 €
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)	76 181,00 €
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (não incluído em trabalho extraordinário)	191 010,62 €
Abono para falhas	9 096,44 €
Risco, Penosidade ou Insalubridade	3 187,73 €
Ajudas de custo	8 324,16 €
Representação	39 559,30 €
Outros suplementos remuneratórios	18 237,38 €
Prestações Sociais	427 839,67 €
Abono de Família	4 593,53 €
Subsídio no âmbito de Proteção da Parentalidade	267,38 €
Subsídio de refeição	420 027,00 €
Outras prestações sociais	2 951,76 €

Handwritten notes and signatures on the right side of the remuneration table, including a circled 'B' and several illegible signatures.

Entrada de Trabalhadores

Entradas	Quantidade
Pessoal Dirigente	0
Designação em comissão de serviço/regime de substituição	
Contratos de Trabalho em Funções Públicas	19
Celebração de CTFPTI	
Comissão de serviço no âmbito de procedimento concursal	
TOTAL	19

Saída de Trabalhadores

Saídas	Total
Falecimento	1
Aposentação	10
Denúncia ou Exoneração por iniciativa do trabalhador	1
Limite da Idade	1
TOTAL	13

Acumulação de Funções Autorizadas

Carreira/Cargo/categoria	Acumulação de Funções autorizadas			TOTAL
	CTFPTI	Comissão de Serviço	Regime de substituição	
Dirigentes intermédios	0	1	0	1
Técnico Superior	14	0	0	14
Assistente Técnico	3	0	0	3
Assistente Operacional	9	0	0	9
Fiscal Municipal	3	0	0	3
TOTAL	29	1	0	30

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Enquadramento Organizativo	Menos de 30 Horas	De 30 a 59 Horas	De 60 a 119 Horas	120 ou mais horas	TOTAL
Interna	0	0	0	0	0
Externa	2	0	0	0	2
TOTAL	2	0	0	0	2

Perceles
D.O.
EJ
K
L
M



REPORTING FINANCEIRO

III - REPORTING FINANCEIRO

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão dos Municípios, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados – os documentos previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade autárquica.

Estes documentos facultam informação aos cidadãos sobre a atividade desenvolvida pelo Município no ano económico a que se reportam.

É da competência do órgão executivo a elaboração e a aprovação dos documentos finais, que devem ser submetidos pelo respetivo Presidente à apreciação e votação pelo órgão deliberativo.

No conjunto de mapas e demonstrações financeiras que integram as contas anuais, é projetada a imagem real da situação económica, financeira, patrimonial e de gestão, bem como dos resultados obtidos pelo Município.

A prestação de contas do ano 2025 é apresentada em conformidade com a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação e com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, sendo aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município do Peso da Régua.

O presente relatório analisa a execução do orçamento do Município e a sua situação económico-financeira. O Município desenvolveu todos os esforços e algum arrojo, no sentido de garantir o apoio social às famílias e empresários, potenciando medidas de alavancagem da economia local, continuando a apostar na boa execução de investimentos essenciais para o bem estar e qualidade de vida dos seus munícipes, seja através de capitais próprios, seja através de cofinanciamento comunitário, no âmbito dos quadros comunitários de apoio, dando prioridade aos projetos a desenvolver no âmbito do PRR (Plano de recuperação e Resiliência) e do Portugal 2030.

As contas do Município são auditadas por um Revisor Oficial de Contas.

1 – Processo Orçamental

A NCP26 – Contabilidade e Relato Orçamental, tem em vista regular a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidades gerais (individuais, separadas e consolidadas), componentes principais do relato orçamental de uma entidade pública ou de um perímetro de consolidação, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades. Os utilizadores dessas demonstrações orçamentais de finalidades gerais incluem cidadãos em geral, membros do Parlamento e



do governo nos seus diferentes níveis, financiadores, fornecedores, órgãos de comunicação social e trabalhadores. Tais demonstrações incluem as que são apresentadas separadamente ou em conjunto com outro documento público.

As demonstrações orçamentais têm por finalidade traduzir uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

O relato orçamental pode também proporcionar aos utilizadores informação que indique:

Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado;

Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

A seguir apresenta-se uma análise à execução da contabilidade orçamental, cujas demonstrações se encontram elencadas no presente documento, elaboradas nos termos dos modelos exigidos na Instrução 1/2019, do Tribunal de Contas e no cumprimento da Resolução n.º 6/2025 de 13 de fevereiro – Prestação de Contas relativas ao ano 2025 e gerências partidas de 2026.

1.1 – Execução Orçamental

1.1.1 – Resumo do Orçamento – Inicial e Final

A comparação entre o Orçamento Final (corrigido) e o Executado permite aferir a fiabilidade do orçamento apresentado e a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas efetivamente arrecadado.

Na elaboração dos Documentos Previsionais para 2025, foi aprovado o orçamento de acordo com as previsões iniciais constantes do quadro 1:

RESUMO DO ORÇAMENTO - Dotações Iniciais			
RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	31 616 587,99	Correntes	30 337 535,05
De capital	26 305 302,79	De capital	27 584 455,73
Outras	100,00		
Total	57 921 990,78	Total	57 921 990,78

Quadro 1 - Resumo do Orçamento - Inicial

Após identificação das necessidades de reforços e anulações nas respectivas rubricas, durante a execução orçamental, vieram a ser produzidas as adequadas e legais alterações orçamentais resultando o seguinte orçamento corrigido, de acordo com quadro 2:

RESUMO DO ORÇAMENTO - Dotações Corrigidas			
RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	23 146 235,08	Correntes	21 984 348,39
De capital	8 465 302,79	De capital	11 716 248,53
Outras	2 089 059,05		
Total	33 700 596,92	Total	33 700 596,92

Quadro 2 - Resumo do Orçamento - Corrigido

Comparando os valores previstos no Orçamento Corrigido com os montantes já executados na Receita e na Despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, apresentadas no quadro 3.

Estes indicadores traduzem, assim, a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, dado que a taxa referente às despesas é calculada com base nos valores efetivamente pagos e da receita efetivamente cobrada (execução financeira).

Natureza	orçamento 2025		execução líquida c)	desvio	tx execução
	inicial a)	final b)		c)-b)	
Receitas	57 921 990,78 €	33 700 596,92 €	28 894 527,86 €	-4 806 069,06 €	85,74%
correntes	31 616 587,99 €	23 146 235,08 €	22 492 219,76 €	-654 015,32 €	97,17%
ca pital	26 305 302,79 €	8 465 302,79 €	4 277 601,73 €	-4 187 701,06 €	50,53%
outras	100,00 €	2 089 059,05 €	2 124 706,37 €	35 647,32 €	101,71%
Despesas	57 921 990,78 €	33 700 596,92 €	27 422 911,22 €	-6 277 685,70 €	81,37%
correntes	30 337 535,05 €	21 984 348,39 €	19 759 822,57 €	-2 224 525,82 €	89,88%
ca pital	27 584 455,73 €	11 716 248,53 €	7 663 088,65 €	-4 053 159,88 €	65,41%

Quadro 3 - Execução da Receita e Despesa

Pela análise da execução global vertida no quadro 3, denota-se um equilibrado nível de execução das receitas e despesas totais 85,74% e 81,37%, respetivamente, dando cumprimento ao previsto no nº 3 do art.º 56º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação - grau de execução da receita global não inferior a 85%, registando-se um valor total cobrado de 28.894.527.86€.

Em "outras receitas" regista-se a execução decorrente da integração do saldo da gerência anterior e as reposições não abatidas aos pagamentos, totalizando o valor de 2.124.706,37€.

A despesa total paga totalizou 27.422.911,22€, traduzindo uma execução de 81,37% registando face ao ano anterior um aumento de 1,33%.

1.2 – Execução Orçamental da Receita

A Receita total cobrada líquida totalizou 28.894.527,86€, sendo que 554.140,93€, dizem respeito a receitas por cobrar no início do período, transitadas de anos anteriores referente a dívidas de terceiros ao Município. Como resultado da execução do orçamento da Receita, ficam 583.016,70€ de receitas por cobrar no final do ano e uma taxa de execução de 85,74%, inferior em 0,69% face ao exercício anterior.

As receitas estruturais, pela sua natureza, representam uma base consistente no financiamento de um conjunto de despesas de carácter regular e indispensável ao normal funcionamento da atividade municipal. A estrutura e a execução da Receita Corrente e Capital encontram-se representadas no quadro 4, onde se pode observar o peso dos diversos capítulos bem como a respetiva execução.

Análise Orçamental	Orçamento da receita 01/01/2025 (a)	%	Receita corrigida 31/12/2025 (b)	%	Receita cobrada líquida (c)	%	Desvio (c-b)	Tx. execução
Recostas Correntes	31 616 587,99 €	54,54%	33 146 236,28 €	63,68%	22 492 219,76 €	77,84%	-654 015,32 €	97,17%
Impostos diretos	3 005 870,25 €	5,19%	3 005 870,25 €	8,92%	3 283 636,11 €	11,36%	277 765,86 €	109,24%
Impostos indiretos	63 816,78 €	0,11%	63 816,78 €	0,19%	36 402,46 €	0,13%	-27 414,32 €	57,04%
taxas, multas e out. penalidades	259 333,07 €	0,45%	259 333,07 €	0,77%	312 629,90 €	1,08%	53 296,83 €	120,55%
Rendimentos de propriedade	698 902,63 €	1,21%	698 902,63 €	2,07%	698 790,64 €	2,42%	-111,99 €	99,98%
Transferências correntes	24 979 093,58 €	43,13%	16 668 680,67 €	49,46%	15 939 986,54 €	55,17%	-728 694,13 €	95,63%
Vendas de bens e serviços	2 274 067,87 €	3,93%	2 114 067,87 €	6,27%	2 115 430,27 €	7,32%	1 362,40 €	100,06%
Outras receitas correntes	335 363,61 €	0,50%	335 563,81 €	1,00%	105 348,84 €	0,36%	-230 219,97 €	31,39%
Recostas de Capital	38 326 382,79 €	45,42%	4 485 932,78 €	11,52%	4 277 601,73 €	14,80%	-4 187 331,05 €	50,33%
Venda de bens de Investimento	383 226,46 €	0,66%	383 226,46 €	1,14%	0,00 €	0,00%	-383 226,46 €	0,00%
Transferências de capital	24 812 940,04 €	42,84%	6 972 940,04 €	20,69%	5 627 813,83 €	19,48%	-1 345 126,21 €	80,71%
Ativos financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Passivos financeiros	1 109 136,29 €	1,91%	1 109 136,29 €	3,29%	-1 350 212,10 €	-4,67%	-2 459 348,39 €	-121,74%
Outras receitas de capital	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Receitas outras	100,00 €	0,00%	2 089 059,05 €	6,20%	2 124 706,37 €	7,35%	35 647,32 €	101,71%
Reposições não abatidas aos pagamentos + saldo gerência anterior	100,00 €	0,00%	2 089 059,05 €	6,20%	2 124 706,37 €	7,35%	35 647,32 €	101,71%
TOTAL	57 921 990,78 €	100,00%	33 700 596,92 €	100,00%	28 894 527,86 €	85,74%	-4 806 069,06 €	85,74%

Quadro 4 - Execução da Receita

No que diz respeito às Receitas Correntes, durante o ano de 2025, a sua execução financeira foi de 22.492.219,76€, percentualmente em 97,17% e representando 77,84% do total da receita cobrada líquida.

Nas Receitas de Capital, verificou-se uma execução financeira de 4.277.601,73€ correspondendo a uma taxa de execução de 50,53%, sendo que em transferências de capital, registou-se um conjunto de reembolsos provenientes de financiamentos comunitários por receber.

1.2.1 – Evolução Orçamental da Receita

No gráfico seguinte podemos verificar a evolução da Receita, de 2022 a 2025.

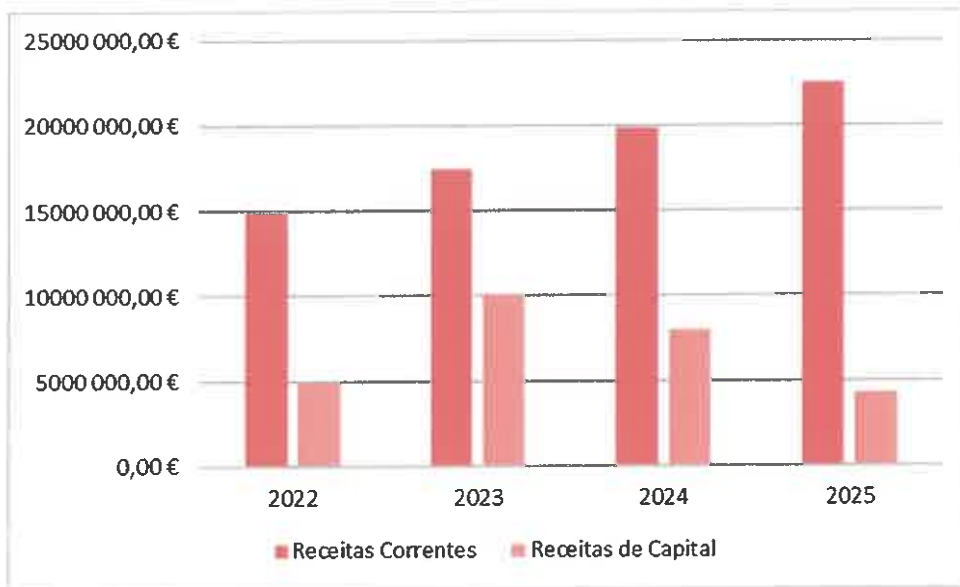


Gráfico 5 - Evolução da Receita cobrada líquida 2022-2025

As Receitas Correntes apresentam um crescimento sustentado registando um acréscimo de 13,41%, face ao exercício anterior, mantendo a tendência dos últimos anos e as receitas de capital traduzem uma quebra de 46,21%, grosso modo resultante da diminuição da rubrica de "Passivos Financeiros".

Sectorialmente, é apresentado gráfico elucidativo da evolução da cobrança na componente de impostos diretos, registando uma subida 2024 para 2025, de 13,75%, no total de impostos diretos cobrados.

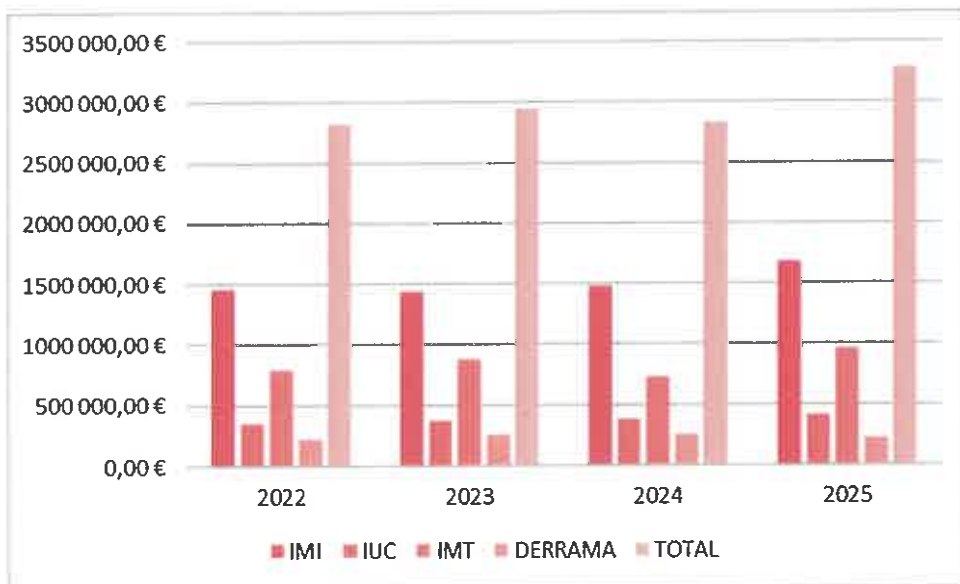


Gráfico 6 - Evolução dos impostos indiretos

Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including the word "Receitas" and various scribbles.

Handwritten signatures and initials:
 Reiceleg
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

	2022	2023	2024	2025
IMI	1 457 767,43 €	1 440 670,52 €	1 475 742,59 €	1 684 109,90 €
IUC	353 947,00 €	375 097,65 €	377 123,36 €	416 486,60 €
IMT	792 647,33 €	877 793,39 €	727 979,19 €	960 137,91 €
DERRAMA	219 586,13 €	251 234,52 €	251 153,37 €	222 901,70 €
TOTAL	2 823 947,89 €	2 944 796,08 €	2 831 998,51 €	3 283 636,11 €

Quadro 5- Evolução Impostos Diretos

No quadro infra verificamos, de forma detalhada, a execução e evolução financeira da receita, de cada uma das sub-rubricas.

Designação	2022			2023			Δ 2022-2023	2024			Δ 2023-2024	2025			Δ 2024-2025
	Previsões Corrigidas	Receita cobrada líquida	Tx execução	Previsões Corrigidas	Receita cobrada líquida	Tx execução		Previsões Corrigidas	Receita cobrada líquida	Tx execução		Previsões Corrigidas	Receita cobrada líquida	Tx execução	
Receitas Correntes	18 033 385,57 €	14 888 676,27 €	82,56%	19 263 000,11 €	17 462 758,29 €	90,68%	17,39%	22 755 537,09 €	19 832 785,52 €	87,18%	11,17%	23 146 110,08 €	22 492 219,76 €	97,17%	13,41%
Impostos diretos	2 572 130,34 €	2 823 947,89 €	109,79%	2 767 911,69 €	2 944 796,08 €	106,39%	4,28%	3 876 485,51 €	2 831 998,51 €	73,06%	-3,83%	3 005 870,25 €	3 283 636,11 €	109,24%	15,95%
Impostos indiretos	160 846,76 €	219 958,20 €	136,78%	700,00 €	59 789,76 €	8541,33%	-72,82%	149 451,44 €	52 469,20 €	35,11%	-12,24%	63 816,78 €	36 402,46 €	57,04%	-30,62%
Taxas, multas e out. penalidades	142 455,42 €	103 932,96 €	72,96%	424 255,90 €	308 130,11 €	72,63%	196,47%	197 434,23 €	200 573,07 €	101,59%	34,91%	259 333,07 €	312 629,90 €	120,55%	55,87%
Rendimentos de propriedade	500 300,00 €	617 664,46 €	123,46%	680 466,95 €	663 793,91 €	97,55%	7,47%	680 655,85 €	685 535,33 €	100,72%	3,28%	698 902,63 €	698 790,64 €	99,98%	1,93%
Transferências correntes	11 996 355,94 €	9 702 087,27 €	80,87%	12 883 871,36 €	11 399 344,08 €	88,41%	17,49%	14 810 324,29 €	13 753 613,02 €	92,87%	20,65%	16 668 680,67 €	15 939 986,54 €	95,63%	15,90%
Vendas de bens e serviços	1 197 157,11 €	827 724,80 €	69,14%	1 810 910,06 €	1 852 688,58 €	102,31%	123,88%	2 185 163,19 €	1 842 270,46 €	84,31%	-2,56%	2 114 067,87 €	2 115 430,27 €	100,08%	14,83%
Outras receitas correntes	1 464 000,00 €	593 370,69 €	40,53%	685 320,27 €	234 216,68 €	34,18%	-60,53%	856 022,68 €	466 325,93 €	54,48%	95,10%	335 563,81 €	105 343,84 €	31,39%	-77,41%
Receitas de Capital	6 068 360,45 €	4 883 714,91 €	79,18%	12 093 776,85 €	10 083 866,11 €	83,37%	106,50%	9 489 675,03 €	7 952 546,11 €	83,80%	-11,14%	8 465 000,19 €	4 277 600,73 €	50,53%	-46,21%
Venda de bens de Investimento	814 641,25 €	67 901,25 €	8,34%	467 192,10 €	23 248,00 €	4,98%	-65,76%	680,00 €	24 576,00 €	3614,12%	5,71%	383 226,46 €	0,00 €	0,00%	-100,00%
Transferências de capital	4 580 913,05 €	3 342 627,93 €	72,97%	7 064 804,14 €	6 110 410,45 €	86,49%	82,80%	6 308 582,68 €	6 308 482,40 €	100,00%	3,24%	6 972 940,04 €	5 627 813,83 €	80,71%	-10,79%
Ativos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	1 472 806,15 €	1 472 805,72 €	100,00%	4 561 780,41 €	3 950 207,66 €	86,59%	168,21%	3 180 412,35 €	1 619 487,71 €	50,92%	-59,00%	1 108 136,29 €	-1 350 212,10 €	-121,74%	-183,37%
Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Receitas Outras	80 000,00 €	85 729,81 €	107,05%	42 267,09 €	44 874,65 €	106,17%	43,18%	460 390,39 €	488 865,57 €	106,18%	6,10%	2 089 059,85 €	2 124 796,37 €	101,71%	341,85%
Reposições não abobidas aos pagamentos + saldo gerência anterior	80 000,00 €	80 800,86 €	100,00%	41 936,39 €	41 936,39 €	100,00%	48,10%	460 290,30 €	460 290,30 €	100,00%	997,59%	2 088 959,05 €	2 088 959,05 €	100,00%	353,84%
TOTAL	24 902 566,88 €	19 857 740,18 €	79,49%	31 359 400,77 €	27 590 699,96 €	87,87%	28,94%	32 705 602,52 €	28 266 197,20 €	86,43%	-11,10%	33 700 596,92 €	28 894 527,46 €	85,74%	-2,22%

Quadro 6 - Evolução da Receita 2022-2025

A receita referente aos "impostos diretos", "taxas multas e outras penalidades", "rendimentos de propriedade" "transferências correntes" e "vendas de bens e serviços" apresentam um acréscimo de 15,95%, 55,87%, 1,93%, 15,90€ e 14,83%, respetivamente, face ao ano anterior. Em "impostos indiretos", e "outras receitas", regista-se um decréscimo de 30,62% e 77,41%.

O quadro infra demonstra a participação do Município nos impostos do Estado.

	FEF CORRENTE	FEF CAPITAL	FSM	IRS	N.3, ART.34, LEI 73/2013	IVA	FFD- Fundo de Financiamento da Descentralização	TOTAL	Δ
2023	6 951 053,00	772 339,00	334 322,00	531 686,00	313 888,00	95 677,00	3 051 563,00	12 050 528,00	19,89%
2024	7 247 054,00	805 228,00	384 648,00	581 940,00	1 652 681,00	157 468,97	3 618 583,00	14 447 602,97	9,83%
2025	7 603 597,00	844 844,00	412 512,00	608 861,00	2 590 277,00	91 937,00	3 715 755,00	15 867 783,00	

Quadro 7 – Participação do Município nos Imposto do Estado

1.3 – Execução Orçamental da Despesa

A previsão corrigida da Despesa foi de 33.700.796,92€, realizada em 27.422.911,22€, valor que originou uma taxa de execução global de 81,37%, durante o ano em análise.

Análise orçamental	Orçamento da despesa 01/01/2025 (a)	%	Despesa corrigida 31/12/2025 (b)	%	Despesa paga (c)	%	Desvio (c-b)	Tx execução
Despesas Correntes	30 337 535,05 €	52,38%	21 984 348,39 €	65,37%	19 759 822,57 €	72,06%	-2 224 525,82 €	89,88%
Despesas com pessoal	8 368 602,52 €	14,45%	7 718 225,08 €	22,90%	7 522 077,84 €	27,43%	-196 147,24 €	97,46%
Aquisição de bens e serviços	10 497 273,00 €	18,12%	8 436 453,81 €	25,03%	6 849 465,75 €	24,98%	-1 586 988,06 €	81,19%
Juros e outros encargos	795 606,66 €	1,37%	592 733,28 €	1,76%	591 891,19 €	2,16%	-842,09 €	99,86%
Transferências Correntes	2 637 250,00 €	4,55%	2 562 490,93 €	7,60%	2 372 579,93 €	8,65%	-189 911,00 €	92,59%
Subsídios	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Outras despesas correntes	8 038 802,87 €	13,88%	2 674 445,29 €	7,94%	2 423 807,86 €	8,84%	-250 637,43 €	90,63%
Despesas de Capital	27 584 451,73 €	47,62%	11 716 448,53 €	34,77%	7 663 088,65 €	27,94%	-4 053 359,88 €	65,40%
Aquisição de bens de capital	26 061 916,13 €	44,99%	10 159 255,18 €	30,15%	6 323 803,64 €	23,06%	-3 835 451,54 €	62,25%
Transferências de capital	559 330,00 €	0,97%	411 150,00 €	1,22%	411 150,00 €	1,50%	0,00 €	100,00%
Ativos Financeiros	10 710,00 €	0,02%	10 710,00 €	0,03%	0,00 €	0,00%	-10 710,00 €	0,00%
Passivos Financeiros	952 299,60 €	1,64%	1 135 133,35 €	3,37%	928 135,01 €	3,38%	-206 998,34 €	81,76%
Outras despesas de capital	200,00 €	0,00%	200,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-200,00 €	0,00%
total	57 921 990,78 €	100,00%	33 700 796,92 €	100,00%	27 422 911,22 €	100,00%	-6 277 887,70 €	81,37%

Quadro 8 - Execução Orçamental da Despesa

No que respeita à Despesa Corrente, que reflete todos os custos de funcionamento municipal: recursos humanos, custos operacionais, atividades realizadas e apoiadas pelo município, desde o apoio social, desportivo, cultural e recreativo, verifica-se uma previsão corrigida de 21.984.348,39€ e 19.759.822,57€ de despesa efetivamente paga, correspondendo a uma taxa de execução de 89,88%, superior em 0,89%, face ao ano anterior.

Ao nível da Despesa de Capital, a previsão corrigida foi de 11.716.448,53€ e as despesas pagas totalizaram 7.663.088,65€, tendo uma execução de 65,40% da despesa prevista, superior em 4,78%, face ao anterior exercício.



1.3.1 – Evolução Orçamental da Despesa

Designação	2022			2023			Δ 2023-2022	2024			Δ 2024-2023	2025			Δ 2025-2024
	Previsões Corrigidas	despesa paga	% execução	Previsões Corrigidas	Despesa paga	% execução		Previsões Corrigidas	Despesa paga	% execução		Previsões Corrigidas	Despesa paga	% execução	
Despesas Corretivas	13 766 733,44 €	12 752 033,30 €	92,68%	28 139 182,36 €	15 766 944,51 €	56,03%	15,48%	11 882 733,76 €	13 121 134,65 €	111,77%	11,27%	21 366 644,39 €	20 733 822,31 €	96,91%	4,54%
Despesas com pessoal	5 973 938,67 €	5 894 836,96 €	98,86%	6 657 769,51 €	6 495 139,00 €	97,56%	10,18%	6 903 848,45 €	6 740 445,37 €	97,63%	3,78%	7 718 225,08 €	7 522 077,84 €	97,46%	11,60%
Aquisição de bens e serviços	6 837 727,17 €	4 609 152,54 €	67,41%	7 488 366,61 €	5 640 295,54 €	75,32%	11,97%	8 577 046,18 €	7 326 868,49 €	85,42%	29,80%	8 436 453,81 €	6 849 465,75 €	81,19%	-41,2%
Juros e outros encargos	218 875,44 €	212 264,76 €	96,98%	602 775,04 €	571 467,18 €	94,81%	169,22%	907 365,56 €	904 155,27 €	99,65%	58,23%	592 733,28 €	591 891,19 €	99,86%	-34,54%
Transferências Correntes	1 619 302,88 €	1 287 859,98 €	79,53%	2 357 458,75 €	2 120 227,19 €	89,94%	64,63%	2 745 310,08 €	2 459 873,66 €	89,60%	16,02%	2 562 490,93 €	2 372 579,93 €	92,59%	-31,5%
Subsídios	655 612,41 €	389 318,64 €	59,38%	317 917,19 €	317 917,19 €	100,00%	-38,34%	0,00 €	0,00 €	0,00%	-100,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Outras despesas correntes	461 276,91 €	359 133,04 €	77,86%	713 815,09 €	621 838,41 €	87,12%	73,37%	1 992 140,31 €	1 689 751,66 €	84,83%	17,17%	2 214 411,19 €	2 423 807,86 €	109,63%	43,44%
Despesas de Investimento	9 122 070,48 €	7 281 247,81 €	79,81%	10 348 874,15 €	11 963 445,15 €	115,77%	28,40%	11 639 891,79 €	7 866 189,78 €	67,62%	-42,33%	13 779 063,34 €	7 663 060,63 €	55,69%	-55,0%
Aquisição de bens de capital	6 862 264,94 €	4 709 683,45 €	68,62%	10 508 322,32 €	8 870 426,32 €	84,39%	23,04%	8 817 557,34 €	4 347 330,07 €	49,30%	-49,57%	10 159 255,18 €	6 323 803,64 €	62,13%	-38,66%
Transferências de capital	322 434,00 €	322 434,00 €	100,00%	389 600,00 €	389 600,00 €	100,00%	20,83%	413 203,21 €	413 203,21 €	100,00%	6,06%	411 150,00 €	411 150,00 €	100,00%	-0,50%
Ativos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%	10 000,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	10 710,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	2 031 130,46 €	2 031 130,42 €	100,00%	2 353 435,89 €	2 353 435,83 €	100,00%	15,87%	2 408 931,41 €	2 295 562,42 €	95,29%	-2,46%	1 135 133,35 €	928 135,01 €	81,76%	-29,57%
Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	200,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	200,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
TOT	28 982 565,88 €	24 033 281,11 €	83,23%	31 599 857,77 €	27 130 409,64 €	85,84%	14,91%	31 196 641,53 €	26 177 236,15 €	83,88%	-11,23%	33 708 298,21 €	27 422 911,22 €	81,36%	-17,76%

Quadro 9 - Evolução da Despesa

Pela análise do quadro 9, relativamente à evolução orçamental nas rubricas de despesa corrente, verificamos que, em relação ao ano anterior, houve um aumento na taxa de execução, nas rubricas: “despesas com pessoal” e “outras despesas correntes”. As rubricas “aquisição de bens e serviços”, “juros e outros encargos” e “transferências correntes”, registam diminuições de 6,52%, 34,54%, 3,55% respetivamente.

A rubrica de despesas com o pessoal, regista um aumento de 781.632.47€, face ao anterior exercício, fruto, grosso modo, dos aumentos salariais da função pública e pelo incremento promovido pelo acelerador de carreiras previsto no Dec.Lei nº75/2023, de 29 de agosto.

No capítulo “aquisição de bens e serviços” verifica-se uma diminuição de 477.402,74€.

A diminuição das taxas de juros no ano 2025 reflete-se na diminuição da rubrica dos encargos com “juros e outros encargos”, no montante de 312.304,08€, face a 2024 e também pelas amortizações efetuadas.

A despesa paga com transferências correntes, nas quais se enquadram as transferências para Juntas de Freguesia e instituições sem fins lucrativos e famílias, regista uma ligeira diminuição de cerca de 3,55%.

As despesas de capital pagas registam um ligeiro aumento de 8,60% em 2025. A rubrica referente à despesa de capital que registou acréscimo de execução no ano em análise, foi a de “aquisição de bens de capital”, com um aumento de 45,46%, originado pela aquisição dos terrenos para implementação/construção da zona empresarial e de diversos edifícios no âmbito do PRR.

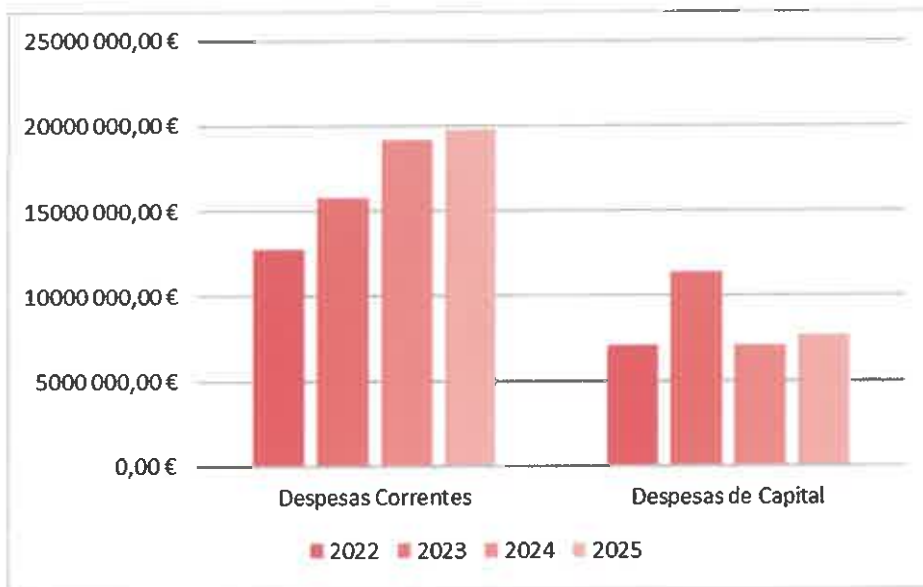


Gráfico 7 - Evolução da Despesa Paga

De acordo com o gráfico, a evolução da despesa corrente regista uma tendência de aumento, ao longos dos últimos 4 anos.

Recebe
[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]

1.4 – Execução das GOP's

Designação do Projeto	Montante previsto	%	Montante Executado	%	Desvio	Taxa de Execução
Funções Gerais	2 506 986,06 €	15,73%	757 283,06 €	6,64%	- 1 749 703,00 €	30,21%
Serviços Gerais de Administração Pública	2 426 986,06 €	15,22%	677 283,06 €	5,94%	- 1 749 703,00 €	27,91%
Segurança e ordem Públicas	80 000,00 €	0,00%	80 000,00 €	0,70%	- €	100,00%
Funções Sociais	10 467 591,47 €	65,66%	8 121 303,98 €	71,22%	- 2 346 287,49 €	77,59%
Educação	419 217,10 €	2,63%	265 924,11 €	2,33%	- 153 292,99 €	63,43%
Saude	5 670,00 €	0,04%	5 670,00 €	0,05%	- €	100,00%
Segurança e ação sociais	2 229 926,44 €	13,99%	2 129 858,81 €	18,68%	- 100 067,63 €	95,51%
Habituação e serviços coletivos	7 569 082,78 €	47,48%	5 681 568,76 €	49,83%	- 1 887 514,02 €	75,06%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	243 695,15 €	1,53%	38 282,30 €	0,34%	- 205 412,85 €	15,71%
Funções Económicas	2 967 546,08 €	18,61%	2 524 124,11 €	22,14%	- 443 421,97 €	85,06%
Industria e Energia	1 830 846,90 €	11,48%	1 570 213,23 €	13,77%	- 260 633,67 €	85,76%
Transportes e Comunicações	21 933,23 €	0,14%	11 547,23 €	0,10%	- 10 386,00 €	52,65%
Comercio e Turismo	746 252,19 €	4,68%	658 099,23 €	5,77%	- 88 152,96 €	88,19%
Outras funções económicas	368 513,76 €	2,31%	284 264,42 €	2,49%	- 84 249,34 €	77,14%
Total:	15 942 123,61 €	100,00%	11 402 711,15 €	100,00%	- 4 539 412,46 €	71,53%

Quadro 10 - Execução das GOP's

Pela análise do quadro supra, verifica-se que as funções económicas traduzem maior representatividade no total das despesas executadas nas GOP'S (77,59%), expressando a vontade da estratégia política, na melhoria da competitividade e dinamização da economia local. As funções que traduzem maior taxa de execução, no total das GOP'S, são as funções económicas, com uma taxa de 85,06%, seguida das funções sociais com 77,59% de execução.

1.4.1 – Evolução das GOP's

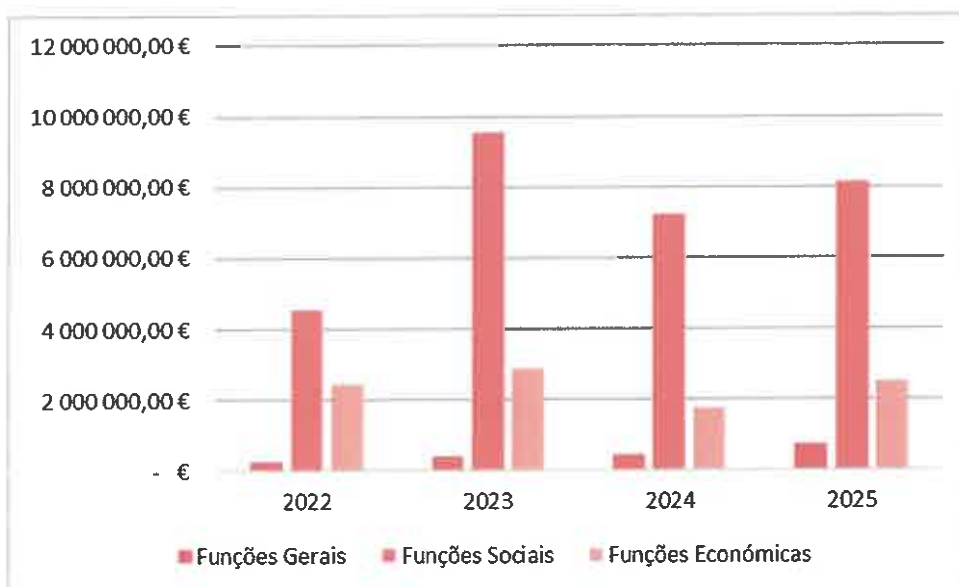


Gráfico 8 – Evolução das GOP's

O gráfico apresentado, evidencia a aposta municipal ao nível do investimento, com especial destaque para a função económica e social.

1.5 – Equilíbrio Orçamental

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece no seu artigo 40.º o seguinte:

- 1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.
- 3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.
- 4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo.

Mapa de Equilíbrio Orçamental

LEI n.º 73/2013, de 3 de setembro

REGRAS ORÇAMENTAIS - Artigo 40º

Período de Relato - 31 dezembro de 2025	Valor	Validação
1 - Receita Corrente cobrada bruta 2025	22 708 987,87 €	Situação de Cumprimento
2 - Despesas correntes brutas	19 759 822,57 €	
3 - Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	1 094 138,97 €	
Apuramento do saldo corrente		
1 - Receita Corrente cobrada bruta 2025	22 708 987,87 €	Situação de Cumprimento
2 - Despesas correntes brutas	19 759 822,57 €	
Saldo Corrente (3)=(1)-(2)	2 949 165,30 €	
Amortizações previstas (4)	1 094 138,97 €	
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5)=(3)-(4)	1 855 026,33 €	Não Aplicável (Situação de Cumprimento)
Total das receitas correntes (6)	22 492 219,76 €	
5% das receitas correntes totais (7)=(6)x5%	1 124 610,99 €	

O quadro-resumo apresentado demonstra o cumprimento da referida Regra do Equilíbrio Orçamental, conforme estabelecido no art.º 40º, da aludida Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual e de carácter obrigatório, tanto na fase de elaboração como na fase de execução do orçamento de 2025.

2 – Processo Económico-Financeiro

A presente análise económico-financeira teve por base as contas anuais individuais apresentadas pelo Município do Peso da Régua em 2025, preparadas de acordo com o referencial contabilístico SNC-AP. Considerando a informação proporcionada pelas demonstrações financeiras do período objeto de prestação de contas, apresenta-se, em seguida uma análise das principais variações ocorridas na posição financeira e no desempenho.

2.1 – Estrutura do Ativo

Ativo	31/12/2024	Peso (%)	31/12/2025	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Ativos fixos tangíveis	53 346 518,01 €	67,22%	55 951 362,61 €	70,14%	2 604 844,60 €	4,88%
Ativos intangíveis	4 623 701,76 €	5,83%	4 186 763,94 €	5,25%	- 436 937,82 €	-9,45%
Participações Financeiras	7 443 103,00 €	9,38%	7 443 103,00 €	9,33%	- €	0,00%
Cientes, contribuintes e utentes	69 032,08 €	0,09%	69 716,00 €	0,09%	683,92 €	0,99%
Ativo não corrente	65 482 354,85 €	82,52%	67 650 945,55 €	84,80%	2 168 590,70 €	3,31%
Inventários	- €	0,00%	315 290,60 €	0,40%	315 290,60 €	315290,60%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	7 574 382,92 €	9,54%	6 895 330,13 €	8,64%	- 679 052,79 €	-8,97%
Cientes, contribuintes e utentes	194 799,90 €	0,25%	201 412,97 €	0,25%	6 613,07 €	3,39%
Estado e outros entes públicos	83 368,07 €	0,11%	83 368,07 €	0,10%	- €	0,00%
Outras contas a receber	3 448 150,41 €	4,35%	2 589 133,70 €	3,25%	- 859 016,71 €	-24,91%
Diferimentos	80 532,27 €	0,10%	121 683,48 €	0,15%	41 151,21 €	51,10%
Caixa e depósitos bancários	2 492 389,19 €	3,14%	1 919 217,29 €	2,41%	- 573 171,90 €	-23,00%
Ativo corrente	13 873 622,76 €	17,48%	12 125 436,24 €	15,20%	- 1 748 186,52 €	-12,60%
Total do Ativo	79 355 977,61 €	100%	79 776 381,79 €	100%	420 404,18 €	0,53%

Quadro 11 – Estrutura do Ativo

Comparativamente com o ano 2024 no total do ativo verifica-se um ligeiro acréscimo 0,53%, destacando-se um aumento significativo em “Inventários”, no montante de 315.290,60€ decorrente da aquisição de terrenos para implementação da zona empresarial.

Regista-se ainda uma subida de 3,39% em “Clientes, contribuintes e utentes”, 51,10% em “Diferimentos” e uma diminuição de 23% em “Caixa e depósitos bancários”, face ao exercício anterior.

2.2 – Estrutura do Passivo

Passivo	31/12/2024	Peso (%)	31/12/2025	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Provisões	4 151 662,30 €	10,91%	3 477 494,08 €	9,65%	- 674 168,22 €	-16,24%
Financiamentos obtidos	11 837 940,70 €	31,12%	9 586 679,29 €	26,59%	- 2 251 261,41 €	-19,02%
Fornecedores de investimento	722 445,72 €	1,90%	584 720,13 €	1,62%	- 137 725,59 €	-19,06%
Fornecedores	2 618 507,01 €	6,88%	2 183 007,96 €	6,05%	- 435 499,05 €	-16,63%
Diferimentos	14 060 539,81 €	36,96%	13 815 822,86 €	38,32%	- 244 716,95 €	-1,74%
Outras contas a pagar	2 091,49 €	0,01%	2 091,49 €	0,01%	- €	0,00%
Passivo não corrente	33 393 187,03 €	87,78%	29 649 815,81 €	82,24%	- 3 743 371,22 €	-11,21%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	67 238,81 €	0,18%	- €	0,00%	- 67 238,81 €	-100,00%
Fornecedores c/c	1 135 916,58 €	2,99%	2 265 923,91 €	6,28%	1 130 007,33 €	99,48%
Estado e outros entes públicos	172 196,30 €	0,45%	178 097,59 €	0,49%	5 901,29 €	3,43%
Financiamentos obtidos	952 335,17 €	2,50%	925 249,47 €	2,57%	- 27 085,70 €	-2,84%
Fornecedores de investimento	496 667,25 €	1,31%	1 008 471,05 €	2,80%	511 803,80 €	103,05%
Outras contas a pagar	1 823 039,92 €	4,79%	2 026 009,45 €	5,62%	202 969,53 €	11,13%
Passivo corrente	4 647 394,03 €	12,22%	6 403 751,47 €	17,76%	1 756 357,44 €	37,79%
Total do Passivo	38 040 581,06 €	100%	36 053 567,28 €	100%	- 1 987 013,78 €	-5,22%

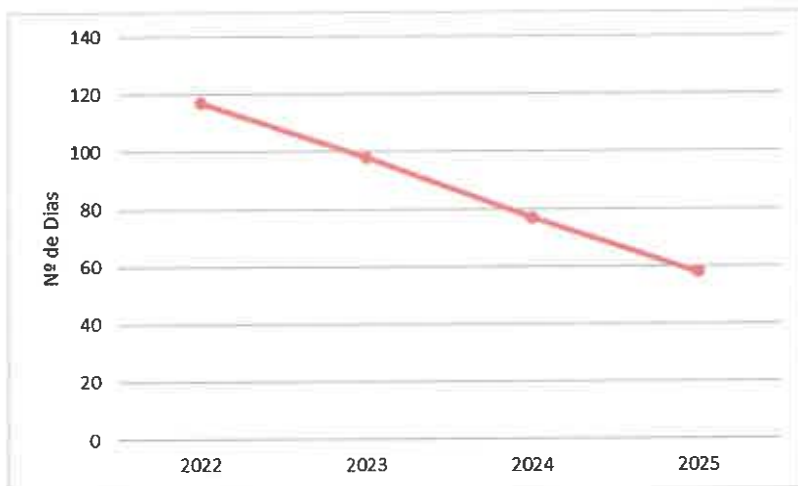
Quadro 12 – Estrutura do Passivo

Apesar do aumento verificado no “Passivo Corrente” em “Fornecedores c/c” em 99,48% e em “Fornecedores de investimento”, de 103,05%, no “Total do Passivo” regista-se um decréscimo global de 5,22%, face ao exercício anterior.

Destaca-se, uma diminuição da dívida no passivo não corrente, de 11,38% e com uma expressiva redução

nos “fornecedores de investimento” e “fornecedores”, de -19,06% e -16,63%. De referir também uma diminuição de 19,02% nos financiamentos obtidos.

É imperativo salientar que o prazo médio de pagamentos a fornecedores tem vindo nos últimos anos a apresentar uma considerável redução. Pelo gráfico apresentado, verificamos que em 31 de dezembro de 2022 o valor era de 117 dias e em 31 de dezembro de 2025 passamos para 58 dias, demonstrando um comportamento exemplar do município na regularização dos compromissos financeiros.



Handwritten notes and signatures:
 Reizele
 EP
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

2.3 – Estrutura das Dívidas de Terceiros c/prazo

Dívida de terceiros a curto prazo	31/12/2024	31/12/2025	Variação	
			(€)	(%)
Cientes, contribuintes e utente	194 799,90 €	201 412,97 €	6 613,07 €	3,39%
Outras contas a receber	3 448 150,41 €	2 589 133,70 €	- 859 016,71 €	-24,91%
Total	3 642 950,31 €	2 790 546,67 €	- 852 403,64 €	-23,40%

Quadro 13 – Estrutura das Dívidas de Terceiros c/prazo

Destaca-se uma diminuição da dívida de terceiros para com o Município, em termos globais de cerca de 23,40%, face a 31/12/2024.

2.4 – Estrutura do Património Líquido

Património Líquido	31/12/2024	Peso (%)	31/12/2025	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Património	59 703 312,73 €	144,51%	59 703 312,73 €	136,55%	- €	0,00%
Resultados transitados	43 548 392,45 €	-105,40%	43 897 131,15 €	-100,40%	348 738,70 €	0,80%
Outras variações no património líquido	24 990 875,24 €	60,49%	27 742 888,68 €	63,45%	2 752 013,44 €	11,01%
Resultado líquido do período	169 601,03 €	0,41%	173 744,25 €	0,40%	4 143,22 €	2,44%
Total do Património Líquido	41 315 396,55 €	100,00%	43 722 814,51 €	100,00%	2 407 417,96 €	5,83%

Quadro 14 – Estrutura do Património Líquido

O “Património líquido” regista um aumento de 5,83%, ainda que para as entidades públicas o lucro não seja o seu fim, damos conta de que há uma ligeira melhoria do Resultado Líquido do período em 2025, face a 2024, traduzido num montante de 4.143,22€.

2.5 – Estrutura dos Rendimentos

Estrutura de Rendimentos	2024	Peso (%)	2025	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Vendas	71,04 €	0,00%	0,50 €	0,00%	- 70,54 €	-99,30%
Prestações de serviços e concessões	2 622 629,06 €	12,13%	2 741 372,42 €	11,87%	118 743,36 €	4,53%
Impostos, contribuições e taxas	3 205 727,80 €	14,82%	3 505 740,95 €	15,18%	300 013,15 €	9,36%
Reversões de perdas por imparidades de dívidas a receber	- €	0,00%	2 146,97 €	0,00%	2 146,97 €	0,00%
Provisões (reduções)	- €	0,00%	122 061,37 €	0,53%	122 061,37 €	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	2 722 671,08 €	12,59%	2 532 645,36 €	10,97%	- 190 025,72 €	-6,98%
Juros e rendimentos similares obtidos	3 026,90 €	0,01%	1 619,74 €	0,01%	- 1 407,16 €	-46,49%
Transferências e subsídios correntes obtidos	13 070 736,78 €	60,44%	14 183 120,55 €	61,43%	1 112 383,77 €	8,51%
Total	21 624 862,66 €	100%	23 088 707,86 €	100%	1 463 845,20 €	6,77%

Quadro 15 – Estrutura dos Rendimentos

Pela análise do quadro, observa-se um aumento de 6,77% nos rendimentos em relação ao exercício anterior, essencialmente devido ao crescimento da rubrica ‘Impostos, contribuições e taxas’, que registou um acréscimo de 300.013,15€.

As componentes “vendas”, “outros rendimentos e ganhos” e “juros e rendimentos similares obtidos” registam diminuições de 99,30%, 6,98% e 46,49% relativamente ao ano 2024.

2.6 – Estrutura dos Gastos

Estrutura de Gastos	2024	Peso (%)	2025	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Transferências e subsídios concedidos	3 446 244,79 €	16,06%	3 460 658,22 €	15,10%	14 413,43 €	0,42%
CMVMC	658 455,37 €	3,07%	598 450,22 €	2,61%	- 60 005,15 €	-9,11%
Fornecimentos e serviços externos	5 474 457,14 €	25,52%	6 729 511,76 €	29,37%	1 255 054,62 €	22,93%
Gastos com o pessoal	6 841 852,45 €	31,89%	7 522 131,24 €	32,83%	680 278,79 €	9,94%
Gastos de depreciação e amortização	2 756 092,82 €	12,85%	2 813 894,95 €	12,28%	57 802,13 €	2,10%
Provisões do período	52 029,00 €	0,24%	58 200,00 €	0,00%	- €	11,86%
Outros gastos	1 252 374,85 €	5,84%	600 739,52 €	2,62%	- 651 635,33 €	-52,03%
Juros e gastos similares suportados	966 574,86 €	4,51%	1 106 968,03 €	4,83%	140 393,17 €	14,52%
Imparidade de dívidas a receber	7 180,35 €	0,03%	24 409,67 €	0,11%	17 229,32 €	239,95%
Total	21 455 261,63 €	100%	22 914 963,61 €	100%	1 459 701,98 €	6,80%

Quadro 16 – Estrutura dos Gastos

A estrutura de gastos apresenta um acréscimo de cerca de 6,80%, face a 2024. Destaca-se um aumento na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” de 22,93% e de 9,94% em “Gastos com pessoal”.

Verifica-se ainda uma diminuição de 52,03% em “Outros gastos”, no período em análise.

2.7 – Principais Indicadores de Desempenho Económico

Indicadores		31/12/2024	31/12/2025
RENTABILIDADE			
Rentabilidade do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	0,41%	0,40%
Rentabilidade Ativo	Resultado Líquido/Ativo	0,21%	0,22%
Rentabilidade Económica	EBITDA/ATIVO	4,90%	5,13%
Margem EBITDA	EBITDA/Vendas, Serviços Prestados e impostos e taxas	66,73%	65,52%
ESTRUTURA FINANCEIRA			
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo Total	108,61%	121,27%
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo Total	52,06%	54,81%
Endividamento	Passivo/Ativo	47,94%	45,19%
LIQUIDEZ			
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	298,52%	189,35%
Liquidez Reduzida	Ativo Corrente-Inventários/Passivo Corrente	297,18%	184,43%
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	53,63%	29,97%

Quadro 17 – Principais Indicadores de Desempenho Económico

3 – Endividamento Municipal

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI). O n.º 1 do art.º 52.º estipula que “a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no art.º 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos

três exercícios anteriores”.

Endividamento - Mapa Síntese	
Situação a 31.12.2025	
APURAMENTO DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO PARA 2025	
Apuramento do Limite da Dívida Total para 2025	
1. Total Receita cobrada nos 3 últimos anos	52 184 221 €
1.1. Receita Corrente cobrada em 2022	14 888 676 €
1.2. Receita Corrente cobrada em 2023	17 462 759 €
1.3. Receita Corrente cobrada em 2024	19 832 786 €
2. Média da Receita	17 394 740 €
3. 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos	26 092 110 €
APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL	
4. Dívida Total Operações Orçamentais do Município¹	17 717 549,37 €
4.1. 20.4 - Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis (EMLP BEI - excecionados)	780 843,00 €
4.2. 20.8 - Outros devedores e credores por transferências e subsídios	350 417,13 €
4.3. 22.1 - Fornecedores c/c	2 513 487,10 €
4.4. 22.6 - Fornecedores - faturas em receção e conferência	0,00 €
4.5. 22.6 - Fornecedores - sociedades de factoring	1035 444,88 €
4.6. 23 - Pessoal	0,00 €
4.7. 24.2 - Retenção de impostos sobre rendimentos	31358,56 €
4.8. 24.3.3 - Iva liquidado	0,00 €
4.9. 24.5 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	154 536,72 €
4.10. 25.111112 - EC - empréstimo curto prazo	0,00 €
4.11. 25.112. - Empréstimos bancários MLP	8 480 385,54 €
4.12. 25.112.2.- Outros EMLP excecionados	1250 700,22 €
4.13. 27.11- Fornecedores de investimentos c/c	1332 059,44 €
4.14. 27.16 - Fornecedores factoring	261 131,74 €
4.15. 27.5.1- FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,00 €
4.16. 27.7 - Cauções	447 600,85 €
4.17. 27.8.5 - Sindicatos	0,00 €
4.18. 27.8.9.2.9.019.08 - Credores Diversos - sem terceiros	0,00 €
4.19. 27.8.9.2.9.019.09 - Credores Diversos - com terceiros	149 399,81 €
4.20. 27.8.9.2.9.02.9 - Outras entidades	2 091,49 €
4.21. 28.19.019 - Outros	28 093,20 €
5. Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total	61 011,46 €
5.1. AMVDN - Associação de Municípios do Vale do Douro Norte	47 775,83 €
5.2. APMCH - Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico	6,71 €
5.3. Fundação Museu do Douro	13 228,92 €
Dívida Total da Autarquia	17 778 561 €
6. Dívida Total a 31/12/2025 excluindo operações extraorçamentais e FAM	15 299 417 €
APURAMENTO DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO	
7. Limite da dívida total da Autarquia calculado a 01/01/2025	26 092 110 €
8. Montante da dívida total em 31/12/2025 (excluindo operações extraorçamentais e FAM)	15 299 417 €
9. Margem Absoluta [7-8]	10 792 693 €
10. Margem utilizável [40%²]	4 317 077 €
11. Montante de empréstimos já contratualizados e não refletidos na dívida	995 769 €
12. Margem efetivamente disponível para endividamento	3 321 308 €

¹Cálculo apurado de acordo com orientações da DGAL emanadas no Guia do SISAL

²Al. b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3/09, republicada pela Lei n.º 54/2018, de 16/06

4 – Declarações Pagamentos e recebimentos em atraso

Para os efeitos previstos na alínea b), do nº1, do artigo 15º, da Lei nº22/2015, de 17 de março, a qual promove a 5ª alteração à Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro – LCPA, é emitida declaração obrigatória na qual se identificam, em mapa anexo e de forma agregada, todos os recebimentos em atraso e, de forma analítica, todos pagamentos em atraso, à data de 31 de dezembro de 2025, e que consta do ponto “Outros documentos da LCPA” do dossier de prestação de contas.

No que respeita aos pagamentos em atraso, a Lei do Orçamento do Estado em conjugada com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso tem vindo há alguns anos a regular a redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias dos municípios. Em 2025 o artigo 129º da Lei nº45-A/2024 de 31 de dezembro (LOE), diz-nos no nº 1 que (...)até ao final de 2025, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem, no mínimo, 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados na plataforma eletrónica de recolha de informação da DGAL à data de setembro de 2024(...).

Em cumprimento do disposto no referido artigo, é de notar que o município do Peso da Régua apresenta em 31 de dezembro de 2025 uma redução dos pagamentos em atraso relativamente a 30 de setembro do ano anterior de 81%, como demonstra o quadro apresentado de seguida.

Pag. atraso >90 dias	30/09/2024	31/12/2025	Redução
		1 333 614,21 €	255 846,56 €

IV – Proposta de aplicação de resultados

De acordo com as Demonstrações Financeiras do Município Peso da Régua, o Resultado Líquido apurado no período de 2025 totaliza 173.744,25€, pelo que se propõe que o mesmo tenha a seguinte aplicação:

Transferência para a conta “56.1 – Resultados Transitados de períodos anteriores”.